

ANAIS DO V ENCONTRO
DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

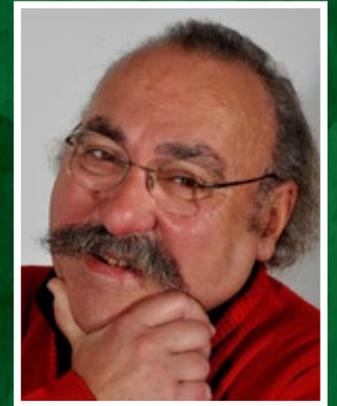
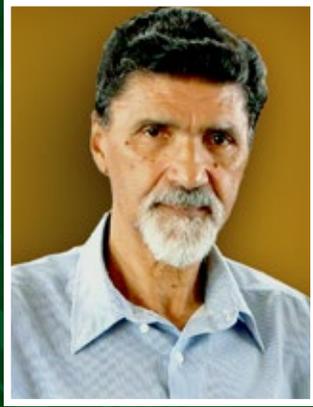
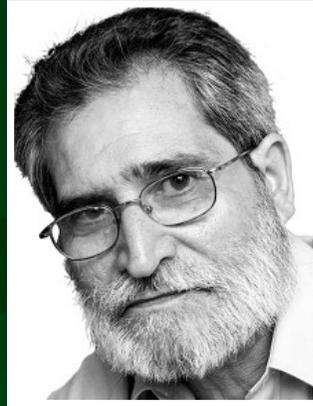
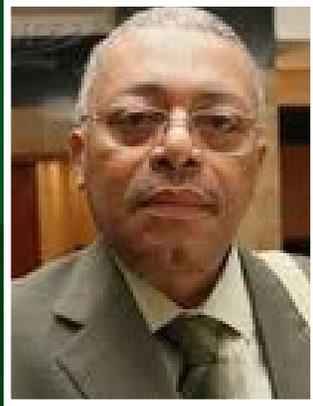
LITERATURA E LUSOFONIA

2015



ALBINO CARLOS
ANTÓNIO FONSECA
CARMO NETO
CONCEIÇÃO CRISTÓVÃO
JOÃO LOPES FILHO
JOSÉ FANHA
JOSÉ LUIZ TAVARES
LUÍS CARDOSO "TAKAS"
MANUEL RUI
MARCO GUIMARÃES
MIGUEL SENNA FERNANDES
PEPETELA
SULEIMAN CASSAMO
TONY TCHEKA
UNGULANI BA KA KHOSA





Ficha Técnica

Título

LITERATURA E LUSOFONIA
ANAIIS DO V ENCONTRO DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2015

Edição

UCCLA

Coordenação

Rui D'Ávila Lourido

Revisão e edição de textos

Maria do Rosário Rosinha
Revisão com colaboração de Renato Costa

Fotografia

Anabela Carvalho | UCCLA

Ilustrações

Vários autores e fontes

Design e paginação

Catarina Amaro da Costa | UCCLA

ISBN

978-989-96607-5-5

Impressão

Imprensa Municipal

Tiragem

300 exemplares

Apoio



Janeiro 2017

Os textos incluídos nesta obra, *Literatura e Lusofonia 2015*, são da responsabilidade exclusiva dos seus autores. A presente edição segue a grafia do Acordo Ortográfico, exceto nos casos em que os autores quiseram manter a antiga grafia.

ANAIIS DO V ENCONTRO
DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA
**LITERATURA
E LUSOFONIA**
2015



ÍNDICE

§ Texto de Apresentação	
UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa	15
§ Introdução	17
§ Tema Geral OS ESCRITORES, A LITERATURA E A CIDADE	
§ 1º Capítulo Dinâmicas, Transformações e Ambiente Social	
UNIÃO DOS ESCRITORES ANGOLANOS — 40 ANOS: ESCRITORES, CIDADES E LITERATURA	
Carmo Neto (Angola)	27
LUANDA, LOANDA, LWANDA... DO NOME À LITERATURA	
António Fonseca (Angola)	31
RELATÓRIO DE EXPEDIÇÃO	
Manuel Rui (Angola)	38
BENGUELA, A CIDADE MESTIÇA	
Pepetela (Angola)	44
LITERATURA NOS MUSSEQUES	
Albino Carlos (Angola)	48
A CIDADE: DINÂMICAS DO CENTRO E PERIFERIA [ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO NA LITERATURA]	
Conceição Cristóvão (Angola)	55

§ 2º Capítulo | **As Migrações e as Cidades**

**MIGRAÇÃO E IDENTIDADE: EXPERIÊNCIA DE UMA
COMUNIDADE EM MACAU**

Miguel Senna Fernandes (Macau)65

AS VIAGENS DO SACI PERERÊ

Marco Guimarães (Brasil)71

**ERGUER(-SE) PELA PALAVRA — UMA FENOMENOLOGIA
DA CRIAÇÃO POÉTICA**

José Luiz Tavares (Cabo Verde)78

**INFLUÊNCIAS DA EMIGRAÇÃO NA CIDADE / SOCIEDADE
CABO-VERDIANA**

João Lopes Filho (Cabo Verde)82

§ 3º Capítulo | **A Infância nas Cidades**

**A CRIANÇA, A MULHER E A CIDADE NA LITERATURA
GUINEENSE — MENINOS DA TERRA VERMELHA**

Tony Tcheka (Guiné-Bissau)95

**A CIDADE E A INFÂNCIA, OU RECORDANDO LUANDINO
E OUTROS AUTORES**

Ungulani Ba Ka Khosa (Moçambique)108

NOSSAS CIDADES, NOSSOS LAÇOS LITERÁRIOS

Suleiman Cassamo (Moçambique)114

PONTES DE PALAVRAS

José Fanha (Portugal)119

“MONANGAMBÉ”, O POEMA, O POETA E O MEU EQUÍVOCO

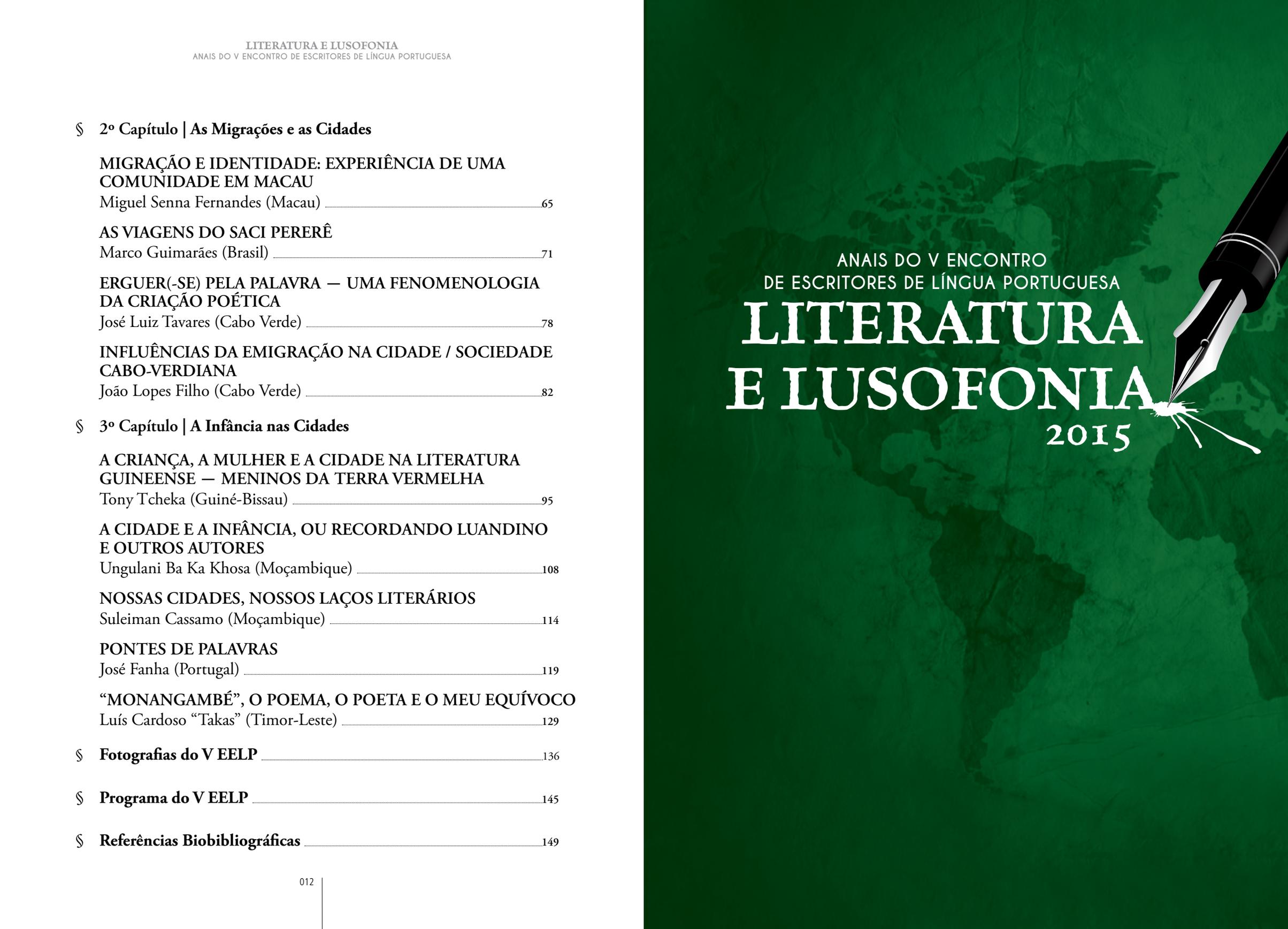
Luís Cardoso “Takas” (Timor-Leste)129

§ **Fotografias do V EELP**136

§ **Programa do V EELP**145

§ **Referências Bibliográficas**149

ANAIIS DO V ENCONTRO
DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA
**LITERATURA
E LUSOFONIA**
2015





O V Encontro de Escritores de Língua Portuguesa, que decorreu de 21 a 23 de janeiro de 2015, e que é refletido no presente livro, foi mais uma vez realizado pela UCCLA e, pela primeira vez, na cidade de Luanda, a capital da República de Angola.

A temática abordada durante o Encontro teve por base a relação dos Escritores com as cidades, a forma como as encaram e em que medida elas os inspiram, tendo sido propostas três perspetivas diferentes desse relacionamento – as Dinâmicas, Transformações e Ambiente Social, as Migrações e, finalmente, as Cidades e a Infância.

Houve a preocupação, tal como se verificou nos Encontros anteriores, de fazer participar Escritores de todos os países de língua oficial portuguesa e também da Região Administrativa Especial de Macau.

A língua falada em português é hoje a quarta mais falada à escala planetária, a primeira do Atlântico Sul e também uma das primeiras que se utilizam nas redes sociais.

A crescente afirmação do português como uma das línguas mais faladas e escritas teve um enorme desenvolvimento após as independências dos países africanos de língua oficial portuguesa que a adotaram como língua oficial.

Suportada numa conceção universalista e tolerante e com grande plasticidade,



a língua portuguesa tem servido de veículo privilegiado para a também crescente afirmação dos escritores que a utilizam, de tal sorte que a atribuição do Nobel de Literatura a José Saramago, em 1998, surgiu como uma inevitabilidade. Este prémio deve ser entendido como abrangendo todos os escritores que escrevem em português, independentemente do grande mérito de Saramago. Isso mesmo se demonstra e prova na invulgar pléiade de escritores de todos os nossos países, onde se incluem os que participaram no V Encontro, em Angola. A representação da União de Escritores Angolanos neste Encontro, bem como de escritores traduzidos e reconhecidos em inúmeros países, a par de outros que se estão a evidenciar, partilhando intervenções com os dos demais países de língua oficial portuguesa, acabou por se traduzir, no final, num grande sucesso, como seria de esperar.

A participação no V Encontro de personalidades representativas das instituições públicas de Angola, desde logo a da Senhora Ministra da Cultura, Dra. Rosa Cruz e Silva, e o apoio que, desde a primeira hora, foi dado pelo Senhor Presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), General José Tavares, e ainda do Senhor Governador Provincial de Luanda, Dr. Graciano Domingos, que o encerrou, acrescentaram um brilho particular a este Encontro.

É devida ainda uma referência especial à Comunicação Social, que não se poupou a esforços para divulgar o evento por todos os países de língua oficial portuguesa.

E porque os últimos são os primeiros, para os Escritores que aceitaram integrar as três mesas do Encontro vai a nossa gratidão e reconhecimento.

Bem hajam todos!

Vitor Ramalho
Secretário-Geral da UCCLA

Introdução

OS ESCRITORES, A LITERATURA E A CIDADE

Refletir sobre a cidade e a literatura foi o desafio colocado à criatividade literária dos escritores convidados para o V Encontro de Escritores de Língua Portuguesa, que se realizou na cidade de Luanda, em Angola, de 21 a 23 de janeiro de 2015.

A cidade, como fenómeno humano e local característico da aquisição de direitos de cidadania (palavra com raiz em cidade), tem um potencial imenso de atração pela inerente esperança/promessa de uma vida melhor para os seus habitantes. A urbanização transforma-se num processo dominante nas sociedades pós industriais e no mundo globalizado de hoje, onde as principais tensões sociais ocorrem. Da simples aquisição de direitos cívicos e condições de modernidade associadas ao acesso aos serviços públicos essenciais (como água potável, saneamento básico, eletricidade), as cidades alargaram a possibilidade de acesso a um número imenso de meios culturais (como à informação global por internet e a realizações artísticas, desportivas e outros). Pela evolução demográfica, as cidades são os maiores centros de produção cultural e literária e onde estão a maioria dos respetivos consumidores.

Do passado ao presente, as migrações definem a História Humana, desde a saída de África aos recentes movimentos de globalização, agravados pelas guerras e destruição de habitat de povos e nações. As transferências do saber, de tecnologias e,

fundamentalmente, as interações culturais são o fenómeno mais global da atualidade e dos movimentos migratórios.

O mundo que se exprime em Língua Portuguesa é já hoje um mundo que se desenvolve maioritariamente em sociedades urbanizadas, basta referir como exemplo, em África, Angola, na América, o Brasil e, na Europa, Portugal. Neste contexto, será interessante analisar como os escritores que se exprimem em Língua Portuguesa têm refletido sobre estas tensões.

A UCCLA propôs aos escritores convidados abordar a temática das relações do escritor e da literatura com a cidade em três temáticas complementares, que aqui assumem a forma de capítulos: o primeiro, sobre Dinâmicas, Transformações e Ambiente Social, o segundo, sobre As Migrações e as Cidades, e o terceiro, sobre a Infância. Pelos textos que a seguir se apresentam neste livro, os leitores verão que foi um desafio superado com sucesso

O 1º tema – Dinâmicas, Transformações e Ambiente Social – foi analisado por seis escritores angolanos:

O primeiro texto, **União de Escritores Angolanos 40 anos: escritores, cidades e literatura**, da autoria do escritor angolano **Carmo Neto**, presta homenagem à UEA, criada em 1975, pelo seu esforço no combate à ignorância, a barbárie contemporânea, e pela salvaguarda do património literário. O autor considera que a literatura contribui para vivermos em cidades melhores e progressivamente mais humanas. Um escritor tem na cidade duas condições fundamentais à sua existência: a fonte inspiradora da sua obra e os seus destinatários (mercado de leitores). Carmo Neto refere-se ao modo como os autores angolanos envolvem as cidades nos seus textos, explorando conflitos atuais mas analisando igualmente diferentes períodos marcantes da sua existência (passado colonial, pós-independência, conflito armado...) e termina elogiando Luanda, que acolhe este encontro de escritores e cujas águas, espíritos e kianda foram e serão fonte inspiradora de muitos artistas no trinómio «escritor, cidade e literatura».

Luanda, Loanda, Lwanda ... do nome à literatura, é o texto que António Fonseca nos apresenta, onde analisa a importância da literatura enquanto suporte e veículo da memória das cidades, no caso, a cidade de Luanda. A abordagem inclui a origem e evolução da cidade, em particular no que se prende com a sua toponímia, articulando-a com a sua história antiga, como é o caso de *“textos portugueses do século XVII, de António de Oliveira Cadornega, na sua História Geral das Guerras Angolanas...”*. No caso da Ilha de Luanda, recorda a referência ao pagamento de tributo, *“njimbu”*, devido ao Rei do Congo, referindo a propósito que *“segundo a tradição, o vocábulo Luanda significa na língua Kimbundu, Tributo”*. O autor refere-se igualmente

à riqueza e diversidade dos escritores angolanos que escreveram sobre Luanda, em particular sobre a deslocação da população na cidade, mercê de transformações e dinâmicas sociais sofridas, como ilustra com *Quem me dera ser Onda*, de Manuel Rui, escritor a quem atribui, pela publicação da referida novela, o surgimento do que designa de *“uma nova etapa que marca o que poderemos chamar de «renascimento» da literatura de Angola”*, a que *O Cão e os Cabús*, de Pepetela, vem dar continuidade.

Relatório de expedição é o criativo texto apresentado por Manuel Rui que, a pretexto duma viagem de Numa, filho do soba grande do reino Bailundo, nos convida a embarcar no ritmo das palavras, que são como a corrente descontrolada do Zaire após as chuvadas do céu. As palavras são feitas de terra duma *“embaraço de respeito”*, de história e tradição *“dos mucubais, gente do sul do sul”*, e de sonho. A expedição de Numa, “escriva oficial”, uma *“viagem é pelo tempo”*, essência do sonho. [Os viajantes] chegarão à ilha de Luanda, onde o peixe se escala esfregando sal e gindungo e se compra por troca de aguardente e missangas, e saberão tudo das diferentes línguas e da língua portuguesa, de que ninguém é dono. O autor ironiza com as novas tecnologias (computadores Magalhães e telemóveis, vendidos para escutar conversas, essa *“peste das escutas”*) e as políticas de austeridade impostas aos povos por organizações internacionais (como o FMI ou o Banco Mundial).

Manuel Rui termina com o poema *“Andorinhas entre as nossas vontades”*, de sua autoria. Nele se valorizam as diferentes identidades na união de vontades das nossas cidades, *“em português com sotaques tão diferentes ... Pedacos de céu nas mãos para além dos continentes”*.

Benguela, a cidade mestiça, é o título do texto de autoria de **Pepetela**, que revela aspetos da sua vivência nessa cidade. Neste trabalho entrelaçam-se memórias pessoais e dados históricos, com elementos associados ao comportamento, *“vida social”*, da população de Benguela, *“cidade miscigenada”*, a que prefere chamar *“cidade mestiça”*, em detrimento de outros nomes criados pelos seus filhos mais entusiastas, como *“cidade das acácias rubras”*, *“cidade mulata”* ...ou *“cidade mãe de cidades”*.

Ser mestiça é um elemento determinante de Benguela (*“não só de Angola mas de África”*), como *“símbolo de confluência de culturas, de compreensão e de aceitação entre pessoas diferentes apenas na cor da pele”*. O autor reflete sobre vários aspetos da miscigenação na vida de Benguela, particularmente, sociopolítica (*Benguela foi “no tempo colonial a cidade angolana onde havia menor discriminação e menos tensões entre os diferentes grupos raciais” e a única cidade de todo o império português onde Salazar perdeu eleições em 1958*), e familiar (*a família era muito numerosa, por vezes oficiosamente poligâmica, pois o dono da “casa grande”, se fosse branco ou mestiço, tinha a mulher principal que podia ser negra ou mulata e no quintal, numa casa menor, residia*

uma segunda mulher, esta geralmente negra). Benguela ganhou particular expressão a nível cultural e literário, e o autor destaca o “*grande poeta da urbe*”, Aires de Almeida Santos, e o imortal cronista “*branco de cor, mas mestiço de cultura, Ernesto Lara Filho*”, possuidor de talento, ironia e amor pela vida, presente em todas as suas crónicas (“*onde conviviam as comidas próprias da terra, consumidas em grandes almoços na sombra dos quintalões e as crenças nos feitiços de amor...*”).

O autor convida todos visitarem a sua cidade, para que verifiquem pessoalmente ser “*Benguela [...] ainda hoje, uma cidade diferente*”, e termina, citando Raul David: “*Menino, o resto são estórias para ensornar brutos.*”

O angolano **Albino Carlos** apresenta-nos **Literatura nos musseques**, onde considera que a Luanda dos textos literários simboliza a «Nação imaginada», no sentido em que “*as nações acabam confundindo o desejo nacional com a cidade que, no decurso do tempo e na geografia, passa a significá-las*”. Assim, o autor percorre a evolução da cidade de Luanda recorrendo a textos antigos, de autores portugueses (do século XVII, sobre a conquista de Angola, realçando a respetiva visão negativa “*quando não era eivada da perspectiva epidérmica, folclórica e snob próprias da estética colonial*”), e a outros, mais recentes, de autores angolanos. A partir dos anos 50, são os subúrbios e os musseques, como espaços protagonistas, heróis e anti-heróis da narrativa angolana, que inspiram os escritores angolanos como Luandino, Neto e o próprio autor.

Conceição Cristóvão intitulou o seu texto de **A Cidade: Dinâmicas do centro e periferia – [Entre o real e o imaginário na literatura]**. O espaço coletivo é o centro da atenção do autor, o “*espaço de exercício de cidadania*”, cujo “*traço marcante*”, a rua, é “*lugar e não lugar*”, onde a vida é, cada vez mais, “*tecida e erigida*”. A rua revela-se, para este autor angolano, o “*traço mais cultural da cidade*”, e nela, como que se realiza a síntese da “*relação dialógica entre centro e periferia*”, pelo que se constitui, na grande maioria dos casos, “*em verdadeiro personagem da vida real e também da vida ficcional*”. O tempo é outro elemento fundamental na literatura da cidade, ficcionada por escritores e poetas, entre os quais o autor refere nomes como Luandino Vieira, Uanhenga Xitu, Boaventura Cardoso, Manuel Rui, Jacinto de Lemos, Roderick Nehone, Luís Fernando e Pepetela, Agostinho Neto, Aires de Almeida Santos, João Maimona e Cristóvão Neto.

As Migrações e as Cidades é o tema do 2º capítulo deste livro, abordado especificamente por quatro escritores (um macaense, um brasileiro e dois cabo-verdianos). Os movimentos migratórios existiram desde o início do desenvolvimento da humanidade e estiveram na origem do próprio fenómeno urbano, mas, devido à guerra, às mudanças climáticas e ao crescimento das desigualdades, vêm assumindo na atua-

lidade uma gravidade especial. Um dos temas de maior relevância levantado pelas migrações, tenham elas que origem tiverem, é o da identidade das comunidades em presença. Vejamos como os escritores deste capítulo refletem sobre este tema.

Migrações e Identidade: Experiência de uma Comunidade em Macau é o texto apresentado pelo macaense Miguel Senna Fernandes, com a caracterização do fenómeno migratório. As naturais tensões derivadas da enorme rapidez da evolução, da massificação, dos contrastes destacam a capacidade e a necessidade das “populações locais e da sua cultura” se miscigenarem e resistirem, protegendo a sua identidade. A reflexão do autor sobre a sua cidade natal, Macau, cidade que designa por “*cidade de passagem migratória*”, a qual, “*por trás do “glamour” do néon... esconde...o que há de mais genuíno seu*”, “*uma cultura e um crioulo próprios*”, produto de antiga miscigenação. O domínio excessivo do jogo levou à perda de referências socioculturais tradicionais, e ao “amargo preço de descaracterização da cidade”.

O autor pergunta-se, “*que é da nossa terra?*” e, mais dramaticamente, “*quem somos nós?*”, pugnando pela diferença na defesa da sua identidade, protegida pela “*lei constitucional que regula a Região, culminando com a política externa chinesa de aproximação aos países de língua portuguesa*”, o velho crioulo português de Macau e as iniciativas culturais próprias de Macau. Finalmente, o autor evoca “A Literatura, instrumento de sublimação da diferença”, já que “*pressupõe um espaço cultural de referência*”, sendo que “*através da escrita registam-se referências espaciais indelévelis, independentemente do tempo e do espaço que tematicamente nela se revêm*”.

Marco Guimarães ilustra criativamente a temática das migrações através do texto **As viagens do Saci Pererê**. De facto, com base na fantasia de Saci Pererê, o autor recupera a lenda do Curumim, das tribos indígenas do Sul do Brasil, a qual, ao longo dos séculos e das várias migrações que ocorreram no Brasil, sofre a influência da cultura negra, que lhe imprime elementos provenientes da cultura dos escravos negros, escurece a pele do personagem e o coloca a dançar capoeira. De influência europeia, a mitigação da nudez ao ser-lhe colocado um gorro vermelho.

O fenómeno da migração e da inerente aculturação são referidos pela boca de Saci Pererê, quando ele diz que os contadores de histórias, para sobreviverem na sociedade colonial, assimilaram elementos culturais dominantes na sociedade de acolhimento “*para depois, então, expressarem os seus discursos, reconstruindo as suas identidades*”. A identidade aparece assim como elemento diferenciador e fundamental da literatura, seja ela oral ou escrita.

Erguer (-se) pela palavra – uma fenomenologia da criação poética, é o texto apresentado pelo poeta cabo-verdiano **José Luiz Tavares**, onde a poesia é entendida como “*o momento selvagem da linguagem*”, que “*consubstancia a mais humana das*

aspirações, a mais humana das necessidades, das aspirações... [d]os designios – a liberdade”.

A palavra, como elemento mágico que suscita o “*abismo*”, a “*violência soberba, magnífica*” e, simultaneamente, propicia “*A vida autónoma e a liberdade, metafísica e corporalmente assim erigida, não se dão como plenitude, se não como húmus donde uma comunidade brota, pelo menos como realidade onde o homem solitário lançado ao mar da existência se afirma*”. “*Iluminar os escombros*”, dar voz a este “*homem inteiro*” será, no entendimento do autor, o “*mais alto designio*” da poesia.

Em **Influências da emigração na cidade/sociedade cabo-verdiana**, o escritor cabo-verdiano **João Lopes Filho** descreve razões de natureza endógena e exógena que fizeram e fazem da gente cabo-verdiana um povo migrante.

O autor enumera os vários destinos da emigração cabo-verdiana, designadamente para a América (EUA, Brasil, Argentina,...), para África (Senegal, São Tomé e Príncipe, Angola,...) e para a Europa (Holanda, Bélgica, Portugal,...), descrevendo os efeitos da emigração nas cidades e sociedade cabo-verdiana aos níveis económico, social e cultural. As migrações e o fenómeno da aculturação reflete-se nas marcas que os “*torna-viagem*” imprimem no país, bem como a divulgação que estes fazem da cultura cabo-verdiana nos países de destino, nomeadamente através de manifestações musicais e gastronómicas, entre outras.

O **3º capítulo** do presente livro é composto por 5 textos (três autores africanos, um português e um timorense), que abordam o tema **A Infância nas Cidades**. Tema muito pertinente, pelo contributo da Ásia e da África para a juventude da população mundial. Ao contrário do que se passa na Europa, o mundo que se exprime em língua portuguesa é predominantemente habitado por populações jovens, sendo mesmo infantil uma parte significativa da população africana.

O texto do poeta guineense **Tony Tcheka**, intitulado **A criança, a mulher e a cidade na literatura guineense – Meninos da terra vermelha**, abre com um poema “*Chamo-me Menino!*”, uma homenagem à criança pobre e vulnerável da Guiné-Bissau. A criança e o poema são o fio condutor do texto na medida em que uma e outro povoam a literatura guineense, tendo sido assim no passado e continuando a sê-lo no presente. Os jovens, na sua maioria homens, são também enaltecidos como autores de registos/histórias sobre o sistema social e político antes e depois da independência. O autor considera o tema “*infância*” abundantemente tratado na literatura guineense e a poesia assume-o sem tabus ou áreas interditas. Temas como a mutilação genital feminina ou os “*mininus di kriason*” são tratados de forma objetiva e com rigor de linguagem.

O texto **A cidade e a infância, ou recordando Luandino e outros autores**, do moçambicano **Ungulani Ba Ka Khosa**, aborda, de forma tocante, as relações e não relações entre crianças brancas e negras, bem como o modo aviltante de justificação da existência do preto e da escravatura associados ao período colonial, através de excertos de textos de Luandino Vieira e de Luís Bernardo Honwana. Tempos caracterizados, segundo o autor, por “*infâncias sofridas, memórias que se grudam à personalidade, estórias que serviram, em muitos casos, à sedimentação da consciência nacionalista e de estopim à revolta, à gesta nacionalista*”. A guerra civil em Moçambique, subsequente à independência, fez dos urbanos eternos deslocados nas suas próprias cidades, pelo que, para Khosa, urge encontrar espaços duradouros para que as gerações futuras tenham uma infância estável e feliz nas cidades e que a seiva literária contribua para o florescimento da literatura infantil como mais um condimento para uma infância afortunada.

Suleiman Cassamo, escritor moçambicano, em **Nossas cidades, nossos laços literários**, caracteriza a cidade como cadinho potenciador da criatividade do indivíduo, das suas relações multidisciplinares e multiculturais, captando os criadores e escritores. Nas palavras do autor, a cidade é o “*lugar de fundação coletiva, ... carregado de promessas onde nos sentimos parte da nação, ... o palco do reconhecimento, da legitimação do talento*”. Como tal, a cidade torna-se, a nível nacional e mesmo internacional, um centro da “*esperança da realização artística e material*” dos indivíduos que procuram afirmar-se socialmente. “*A cidade cristaliza em si os conflitos sociais e culturais, as tensões entre o rural e o urbano, o rico e o pobre, a tradição e a modernidade*”. Cassamo destaca Paris de entre as principais cidades que influenciaram a nossa Civilização Ocidental e, em particular, a sua geração, não deixando de referir a influência das literaturas de proveniência inglesa, americana e até “*a africana de expressão francófona ou anglófona*”. Reconhecendo diferentes características e fatores históricos explicativos da afirmação de uma ou outra cidade, segundo o vetor tempo e espaço, o autor refere que também as capitais de todos os países de Língua Portuguesa, a seu modo, fazem a fixação de talentos e a circulação de ideias, tendências e gostos literários, nacionais e internacionais, que influenciam os respetivos criadores e escritores. Cassamo termina levantando algumas questões sobre a capacitação e internacionalização das editoras de livros em Português (para incentivar uma maior circulação internacional dos livros em língua portuguesa, não só no espaço dos nossos países, mas também nos “*mercados anglófono e francófono*”), a afirmação da língua portuguesa e a sua difusão no “*espaço global*”. Como última questão, Suleiman Cassamo refere a necessidade de as cidades filiadas patrocinares um prémio UCCLA de literatura. Este prémio, pelo qual nos batemos há muitos anos, felizmente viria

a ser implementado em 2015, tendo sido já publicado o vencedor, o jovem João Azambuja, com o seu interessantíssimo romance *Era uma vez um Homem*.

Em **Pontes de palavras**, o escritor **José Fanha** escreve sobre um menino chamado Francisco. O autor vai fazendo pontes, com palavras, para outras realidades. Começa com uma reflexão sobre a origem da palavra, referindo-se à capacidade do ser humano para ler uma multiplicidade de linguagens. Alude à importância da tradição oral para a existência de poesia e de livros, bem como ao longo período de tempo que a escrita levou a entrar no quotidiano, quer como instrumento de relação individual, quer como relator do real social. Segundo o autor, “*somos feitos do que vivemos, do que lemos, do que imaginamos e do que escrevemos*”. Quando temos o talento da escrita somos, em parte, o que escrevemos, e é isso que ele nos oferece ao longo do texto. Dá-nos a conhecer algumas das suas vivências e em que medida elas são a razão da sua escrita, desde os adolescentes delinquentes, à diabetes de que padece ou à importância da comunicação na relação médico-doente, e de como a escrita, nos diversos contextos, pode ser libertadora. O texto como que nos vai preparando para aquilo de que o autor afinal nos quer falar, da história do menino especial, de nome Francisco e, chegado aqui, existe como que um passeio, entre o autor e a criança, do qual brotam poemas, verdadeiras pontes de palavras.

Monangambé, o Poema, o Poeta e o meu Equívoco, é o texto do ficcionista timorense **Luís Cardoso**, de pseudónimo “Takas”. O autor começa por escrever sobre uma personalidade de referência para o seu imaginário infantil em relação a África, um santomense desterrado para Ataúro, pequena ilha de Timor-Leste. O conhecimento vai crescendo quando se assumem diferentes olhares e o autor reflete sobre as revoltas timorenses nas primeiras décadas do século XX e sobre a invasão japonesa, durante a Segunda Guerra Mundial, para escrever sobre a miscigenação física e cultural de Timor, reconhecendo a influência determinante da morna cabo-verdiana (que gosta de cantar) na música urbana de Díli... Os jovens estudantes portugueses, destacados em Timor, dão-lhe conta dos Movimentos de Libertação e de poetas das colónias e da metrópole envolvidos na luta de libertação africana. “Monangambé”, de António Jacinto, interpretado por Rui Mingas, marca-o de forma indelével e, juntamente com outros poetas angolanos, cria nele o desejo de dizer poesia. O texto é a “viagem” de uma vida onde a alusão ao poema “Havemos de voltar”, de Agostinho Neto, marca o regresso a Díli e a Timor livre e independente que se espera justo e solidário.

Rui d'Ávila Lourido
Coordenador Cultural

1.º CAPÍTULO DINÂMICAS, TRANSFORMAÇÕES E AMBIENTE SOCIAL

1. CARMO NETO | **União dos Escritores Angolanos 40 anos: escritores, cidades e literatura**
2. ANTÓNIO FONSECA | **Luanda, Loanda, Lwanda... do nome à literatura**
3. MANUEL RUI | **Relatório de expedição**
4. PEPETELA | **Benguela, a cidade mestiça**
5. ALBINO CARLOS | **Literatura nos musseques**
6. CONCEIÇÃO CRISTÓVÃO | **A cidade: dinâmicas do centro e periferia [Entre o real e o imaginário na literatura]**



UNIÃO DE ESCRITORES ANGOLANOS
– 40 anos: escritores, cidades e literatura

CARMO NETO



V ENCONTRO DE ESCRITORES
 DE LÍNGUA PORTUGUESA

**Conferencistas do 1º tema,
 DINÂMICAS, TRANSFORMAÇÕES
 E AMBIENTE SOCIAL**

EM CIMA:

*Da esquerda para a direita,
 Carmo Neto, António Fonseca e Manuel Rui*

EM BAIXO:

*Da esquerda para a direita,
 Pepetela, Albino Carlos e Conceição Cristovão*

Em jeito de saudação, permitam-me iniciar a minha comunicação com uma provocação:
 Que literatura teríamos se não houvesse intersecção no binómio cidade-escritor?

Sem pretender apresentar uma resposta à minha própria provocação, creio que a vida de um profissional da escrita está presa, directa ou indirectamente, à cidade, pelo que a cidade dele dependerá para a sua imortalização, recriação ou desventração.

No fundo, é uma relação substantivamente futurista. Também o futuro foi privilegiado no parto da União dos Escritores Angolanos (UEA).

Quando, a 10 de Dezembro de 1975, os escritores angolanos decidiram cimentar, em Luanda, os pilares da literatura nacional, criando a UEA, os seus mentores olhavam já para o futuro.

E isso está reflectido nos fins dessa primeira instituição de carácter sociocultural criada na Angola pós-independência. Talvez esse facto tenha permitido que o primeiro governo de Angola tenha sido formado com uma forte base de escritores, começando pelo presidente da Mesa da Assembleia-Geral da UEA, o também primeiro Presidente de Angola e fundador da nação angolana, o poeta Agostinho Neto.

Como dizia, os fins da UEA defendiam já uma baliza para a tão polemizada

ideia de escritor. Nos seus estatutos, referia-se que são considerados escritores apenas os autores de textos e obras de pura criação literária e os autores de quaisquer outros textos ou obras que, pela sua originalidade de concepção ou virtudes de estilo, possuam apreciáveis características literárias.

É este um assunto que se encontra no centro das discussões, desde o ponto de vista puramente estético ao linguístico, passando pelo semântico e atingindo mesmo os teóricos da literatura. Quem é, de facto, escritor?

Entretanto, e firmando-nos no âmbito do literário, se nem tudo que se escreve é literatura, certamente que nem todos os que escrevem são escritores.

Como referi, são polémicas para as quais não espero encontrar aqui um ponto final, até porque a literatura estimula a discussão e problematização dos impactos e das relações entre conceitos, autor e sociedade.

Voltando às projecções, também as actividades que fundamentam a vida da UEA convidavam o futuro a compreender as vontades de quem só quer criar, e criar com os olhos secos, como disse o poeta Agostinho Neto.

A União dos Escritores Angolanos assenta as suas actividades na independência intelectual e orgânica, na liberdade criativa, na promoção dos valores culturais nacionais e de todas as conquistas universais; no posicionamento contra todas as formas de discriminação étnica, racial, sexual, nacional, cultural e outras.

Conforme os seus estatutos, a UEA defende ainda uma profunda e activa solidariedade humana, sendo que os seus fins convergem na promoção da defesa da cultura angolana como património da Nação, no estímulo dos trabalhos tendentes a aprofundar o estudo das tradições culturais do Povo Angolano, no incentivo à criação literária dos seus membros, nomeadamente proporcionar-lhes condições favoráveis ao seu trabalho intelectual e à difusão das suas obras.

Fortalecer os laços com a literatura e as artes dos outros Povos Africanos, promover congressos e reuniões de escritores e outras manifestações de carácter cultural com o fim de elevar o nível literário e artístico dos seus membros e do povo Angolano em geral e incrementar as relações culturais com todos os Povos do mundo são outros fins que os escritores membros da UEA assumem como obrigações.

Outros deveres se juntam aos que aludimos, como a obrigatoriedade de o membro da UEA assumir plenamente a sua condição de escritor, intervindo na vida cultural do País através da produção literária e da participação noutras actividades de carácter cultural, como esta que juntos estamos a testemunhar, mas sempre na perspectiva de concorrer para o prestígio e progresso da União.

Mas nem uma única vírgula dos estatutos da UEA faria sentido e teria razão de existir se esse comprometimento não contribuísse para vivermos em cidades melhores, nem que isso passasse pela condução dos leitores a mundos imaginários; a cidades reais ou virtuais.

Isso não está explícito nos estatutos da UEA, mas há entre os seus membros um fundamento colectivamente idealizado de contribuir para a edificação da humanização, visto que a literatura é um imensurável depósito de conhecimentos, memórias e experiências que a humanidade já produziu ou vai produzir. Portanto, uma fonte privilegiada para se buscar conhecimento e experiência na tentativa de construir o trono de implicações das formas imagéticas que reflectem simbolicamente a realidade das sociedades.

De acordo com o estudioso brasileiro António Cândido, a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser atendida, uma vez que sensibiliza, organiza e liberta o leitor de suas amarras, de suas mazelas, do caos que predomina em seu íntimo.

Ou seja, e citando ainda António Cândido, negar a fruição da literatura seria, assim, mutilar a própria humanidade inscrita no leitor.

Embora seja de definição não consensual, todos concordam que uma cidade inclui, nos seus traços identitários, uma população enquadrada numa entidade político-administrativa colhida num ambiente urbanizado e abastecida por um conjunto de serviços que procuram responder às necessidades vitais do homem.

É curioso ver que a cidade e a literatura são substantivos comuns que oferecem prestígio e atracção, exigem um indeterminado padrão identitário, e cujas definições não possuem um limiar definido que atraia unanimidades.

Estes dois mundos, que dispensam consensos, fazem o consensual mundo do escritor. Nesse triângulo, o escritor tem na cidade dois importantes vectores: dum lado, a fonte inspiracional produtora de emoções, e do outro, como mercado de leitores, abrindo o mundo para a perspectiva universalista dos conteúdos, temas, abordagens e até estéticas.

Da mesma forma que o escritor é um intermediário entre a literatura e a sociedade, o texto vem exercer uma mediação entre sujeitos, designadamente os leitores reais ou virtuais, e o escritor.

Por isso se diz que toda a obra literária deve ser o resultado da interacção entre o escritor, o leitor e a sociedade. E o funcionamento dessa relação pode promover o imaginário tendo como base as experiências, vivências ou testemunhos individuais tanto do escritor quanto do leitor.



Na realidade, cada um dos actores do produto literário, nomeadamente o escritor e o leitor, reactivam substâncias das suas infâncias para produzir e decodificar, respectivamente, a obra literária. Essa contribuição da literatura fica evidente por ajudar também a formar cidadãos por meio da leitura, uma condição fundamental para o exercício da cidadania.

Quem lê, deseja acima de tudo viver. Revisita memórias. Revive a infância. Cimenta a personalidade. Cimenta a sua cidadania. E quem escreve não é diferente. Mas mais do que escrever, o escritor é antes de mais um cidadão e, depois do produto literário pronto, é um mero leitor.

Não sendo um corpo à parte da cidade, ou da sociedade, o escritor lança-se numa profícua experiência estética. Numa clara declaração de amor à cidade.

Em quase quarenta anos de idade da UEA, podemos afirmar que é substantiva a sua contribuição na construção do bem e na destruição da barbárie contemporânea, que todos nós procuramos combater por meio da literatura, anulando-a ou enterrando-a quando necessário.

Olhando para as distintas obras de autores angolanos, é possível notar com elevada satisfação o modo distendido como envolvem as cidades nos seus textos, explorando os conflitos que envolvem o homem moderno, e explorando igualmente os diferentes períodos da sua existência, como o passado colonial, o da pós-independência, o do conflito armado, os processos político-económicos, etc.

Para finalizar, não seria justo se não fizesse referência e reverência a Luanda.

Às portas dos seus 439 anos de idade, Luanda já inspirou e continuará a inspirar muitos artistas. Luanda já acoitou cordões umbilicais de muitos escritores, que grandemente contribuíram para o acervo literário do mundo da CPLP.

Esta Luanda que nos acolhe, e cujas águas, espíritos e a sua kianda, juntos, nos abençoam para que este encontro de homens que transpiram literatura possa produzir luz e versos sobre um trinómio que a todos encanta.

Bem hajam escritores
Bem hajam cidades
E bem hajas literatura.
Obrigado.

LUANDA, LOANDA, LWANDA ... do nome à literatura

ANTÓNIO FONSECA

“O carácter coletivo da memória das cidades encontra na literatura terreno fértil de expressão. (...) São as cidades realidades sempre em mutação. As relações de poder, atividades económicas, formas de sociabilidade, vida cultural e espaços coletivos transformam-se de forma contínua.

As cidades, como espaço de vivências coletivas, são paisagens privilegiadas de registros da memória. (...) São interseções que fazem do diálogo da literatura com a lembrança registros e fontes para o conhecimento histórico. (...) A pena dos escritores faz dessas paisagens personagens vivas de narrativas, que, na interseção com a História, expressam, de forma policromática, a vida das pessoas no cotidiano (...). [A memória das] cidades (...) reencontra os lugares do ontem com os sentimentos do presente. (...) Nesse sentido, a literatura assume, inúmeras vezes, a função de lembrar e reforçar as tradições das cidades. Torna-se voz e eco de um tempo que, aos poucos, tende a se perder nas teias da modernidade e no culto do novo.”¹

E não é diferente entre nós, nesta cidade que é Luanda. Por isso mesmo, antes de mais, para o enquadramento e compreensão das suas dinâmicas próprias, muito embora só literariamente tratado em jeito de crónica, propomo-nos evocar o nome

¹ Neves, Lucília de Almeida. “Literatura, memória e cidades: interseções”, *Scripta*, PUC de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 7, 2004

desta terra que, desde a sua fundação oficial, se tornou a capital de Angola, ou que se confirmou como capital de Angola, se tivermos em atenção que, “no antigo Reino do Ndongo persistiam alguns outros “centros” ou burgos reais, e lembrar que estes surgiam em conformidade com a região de origem da linhagem real que assumia o “título perpétuo” mais elevado (Mwenexi).” (...) “as fontes apontam, com efeito, algumas outras “cidadelas reais”². Portanto, não sendo de pôr em dúvida a existência de outras capitais em outros espaços do território do Ndongo, sendo Pungo a Ndongo o mais referenciado, duas em cada caso, “Kakulo e Kabassa”, será de dar crédito que “Cabaça era o nome primitivo da terra que hoje pizamos no tempo de Paulo Dias de Novaes (...); mas que com o andar das coizas, mudaram-no, ficando a chamar-se Loanda”³.

À época, a parte alta da cidade era conhecida como Kakulo e a parte baixa como Kabas(s)a. Cremos que isso mesmo terá estado na origem do uso, nos nossos dias, da expressão “estar em Kakulo” para se dizer “estar na mó de cima; estar em alta”.

De acordo com várias fontes, o nome Luanda deriva de *wanda*, o que, quer na língua Kimbundu, quer na língua Kikongo, significa *rede*. Referimo-nos a estas duas línguas pois, como adiante se poderá observar, o território da Ilha de Luanda constitui historicamente um ponto de confluência daquelas línguas, já que o mesmo esteve integrado quer no Reino do Kongo, quer no Reino do Ndongo, governado pelos Ngolas. Ainda de acordo com as mesmas fontes, os naturais da Ilha de Luanda, em razão da antiga actividade piscatória que exerciam, designam-se como *Axiluanda*, o que significaria *os da terra da rede*, ou, como escreveu Ruy Duarte de Carvalho, *Ana a Manda, os filhos das redes*. Há quem também atribua a tal expressão o significado de lançadores de redes. Poder-se-á aqui, a propósito, falar de uma dinâmica linguística, porém, como uma pedra não se transforma num pau, pelo menos do que sabemos, importaria esgrimir alguns argumentos a propósito:

– o termo kimbundo *zanga*, *dizanga*, *mazanga* no plural e *kazanga*, o diminutivo, designa poço, lago, lagoa, ilha e, no caso do diminutivo, ilhota. Por outro lado, o ilhéu auto-designa-se *mona zanga*, no plural, *anazanga*, o que, traduzindo literalmente, significa “filho e filhos da ilha”. Do quimbundo, o termo *xi* significa terra. Assim, *axiluanda* só pode significar “os da terra de Luanda”. Deste ponto de vista, com maior propriedade, traduzindo, *axiluanda* seriam “os da terra de Luanda”, ou seja, os *axiluanda* seriam os naturais da área continental de Luanda e não os ilhéus, que

² Coelho, Virgílio. *Os Tímundongòngò, os “génios” da natureza e o kilâmbà*, Kilombelombe, Luanda, 2010.

³ Idem

só por extensão do significado se chamariam *axiluanda*, o que se poderá prender com a colecta do *njimbu* naquela ilha, que servia para pagar o imposto *luanda*, na cidade baixa, nos Coqueiros, como atesta a historiadora Dr.^a Rosa Cruz e Silva, que cito:

“(...) segundo a tradição, o vocábulo *Luanda* significa na língua Kimbundu, Tributo. No sítio onde hoje se encontra o campo de futebol dos Coqueiros, a poucos minutos da baía, efectuava-se, nos tempos antigos (antes da chegada dos portugueses), o pagamento dos tributos ao soberano Kongo, pelo exercício do comércio, indústria, arte ou qualquer ofício dos moradores da orla sedimentar.”⁴

Sobre aquela afirmação não nos restam dúvidas, pois, apesar do vocábulo *luanda* ter vários significados em diversas línguas angolanas, o mais generalizado e mais conhecido é o de *tributo*, o que pode ser constatado em várias obras de renomados Kimbundistas, como o foram o frei capuchinho italiano Bernardo Maria de Cannecatim, que utilizou o termo nesta acepção pela primeira vez, Cordeiro da Matta, no seu *Dicionário Kimbundu-Português*, José Pereira do Nascimento, no seu *Diccionario Portuguez-Kimbundu*, em que também refere: “O nome Loanda (cidade) significa tributo que os antigos moradores pagavam ao Rei do Congo com o búzio, zimbu apanhado na ilha do mesmo nome”⁵. Do mesmo modo, António de Assis Júnior, no seu *Dicionário de Kimbundu-Português*, “Atribui à palavra Luanda o significado de aduana, direitos ou impostos alfandegários”⁶.

Porque se chamaria então a Ilha de Luanda, *Ilha do Tributo*? De acordo com Lourenço Mendes da Conceição, “não sendo os autores concordantes a este respeito, uns dizem-nos que a ilha pertencia aos estados do Rei de Angola. Este monarca, vencido em muitas das guerras em que se envolvera com o potentado do Congo, vira-se forçado a reconhecer a autoridade do Rei congues e, como tributo de vassalagem, lhe dera essa ilha.

O Senhor do Congo mandou ocupá-la com gente sua, e passou a explorar de sua conta o rendoso negócio do *njimbu*, que transformou em moeda corrente em todos os seus estados. Outros, pelo contrário, afirmam que a ilha sempre pertenceu ao Rei do Congo, devendo a origem do nome Luanda “filiar-se na circunstância de com o *njimbu*, que na mesma ilha se apanhava se pagarem os tributos de vassalagem a que ficavam sujeitos os sobas a proporção que iam sendo vencidos pelos Monarcas do Congo ou de Angola”⁷. Na opinião daquele autor, são conciliáveis as duas versões

⁴ E Silva, Rosa Cruz. *Sítios e Lugares de Memória*, GDP-DCP. Luanda, 2006.

⁵ Nascimento, José Pereira do. *Diccionario Portuguez-Kimbundu* (1903). Huilla, Typographia da Missão.

⁶ Assis Júnior, António de. *Dicionário Kimbundu-Português* (s/d), Luanda. Argente, Santos e C.^a. Lda.

⁷ Conceição, Lourenço Mendes da. *Porque se escreve Luanda com ‘u.’* Luanda. Editor O Apostolado (1943).

pois, como refere, os estados do antigo império congus estendiam-se ao sul do Rio Catumbela e o monarca “exercia em todas as províncias acção e autoridade efectivas, abrangendo, por conseguinte o seu domínio a Ilha de Luanda”. A propósito do estatuto da Ilha de Luanda, a historiadora Dr.^a Rosa Cruz e Silva reconhece que, em determinadas circunstâncias, a Ilha esteve sob tutela do Kongo, na sequência dos desfechos a si favoráveis nas contendas militares então protagonizadas. “Sabe-se que tal tutela terá terminado quando *Ngola Inene* vence as forças militares de *Nkumbi-a-Mpudi*, em 1556, no Rio Dande e considera-se, por tal, livre da tutela dos soberanos Kongo”⁸.

Já o dissemos, “O carácter colectivo da memória das cidades encontra na literatura terreno fértil de expressão. (...) São as cidades realidades sempre em mutação. As relações de poder, actividades económicas, formas de sociabilidade, vida cultural e espaços colectivos transformam-se de forma contínua.

As cidades, como espaço de vivências colectivas, são paisagens privilegiadas de registos da memória”⁹. E não poderia ser diferente entre nós, nesta cidade que é Luanda. Portanto, para melhor se compreenderem as dinâmicas geradas, cujos efeitos se vieram a expressar na literatura, importa também referir que Luanda é hoje uma cidade cosmopolita com uma população estimada, em 2005, de 5,5 milhões de habitantes, um pouco mais de dez vezes do que aquela para que foi projectada. Incorporou muitos novos hábitos, usos e costumes, por força dos processos migratórios internos, pelo regresso massivo ao país de angolanos refugiados no exterior, e por se constituir como um destino de eleição de muitos emigrantes de várias nacionalidades e continentes. Por outro lado, tal decorreu também da expansão dos modernos meios de comunicação social e do sistema de ensino.

Luanda é também esta cidade que, na sua história, viu nascer uma elite de intelectuais e uma imprensa nacionalista que deram perdurável testemunho de si. Luanda é pois uma realidade onde várias tradições se cruzam com elementos de modernidade e onde tecnologias tradicionais se cruzam com tecnologias de ponta.

De acordo com Pepetela, em *Luandando*, Luanda percorreu pachorrentamente os séculos, sendo que os únicos acontecimentos que a vieram sobressaltar e forçaram ao desenvolvimento de novas actividades e ao reordenamento populacional foram, em 1822, a independência do Brasil, a abolição oficial da escravatura, em 1836, e a Conferência de Berlim, em 1875. Esta situação forçou a uma profunda

⁸ E Silva, Rosa Cruz. *Sítios e Lugares de Memória*, GDP-DCP. Luanda, 2006.

⁹ Ver Nota 1.

transformação da actividade económica da colónia e ao fim da cidade-feitoria. Foi porém a Conferência de Berlim, em 1884-1885, que obrigou a uma efectiva ocupação do território, o acontecimento que marcou decisivamente o futuro do país. Luanda converte-se no ponto nevrálgico para a ocupação do território e assiste à chegada de inúmeros militares e colonos para uma colonização de povoamento. Este facto é determinante no reordenamento populacional de Luanda.

O processo iniciado em 1864, ano em que a câmara arrasou as casas pobres, cobertas a capim, no Bairro dos Coqueiros, empurrando a população autóctone para a Ingombota e para o Maculusso, ganha uma nova dimensão, começando a ser mais evidente a distinção social e racial em favor dos colonos, sendo os autóctones empurrados cada vez mais para a periferia, ou seja, para os musseques, alguns dos quais consagrados na literatura, como o musseque Braga, o musseque Burity e o musseque Cayatte, que deu origem ao Bairro do Cruzeiro – Patrice Lumumba.

No pós-independência, por força do crescimento populacional e das políticas de urbanização, surgiram vários musseques e bairros, mas igualmente novas e modernas edificações ao lado de vilas residenciais.

Do mesmo modo, ao lado de antigos mercados, como o de S. Paulo, que substituiu o do Xamavu, surgiram outros, como o Katiton, cujo nome deriva da palavra umbundo *Katito*, o que significa pequeno. Diz-se que o mercado se iniciou com jovens vendedeiras que, com pouco dinheiro, faziam pequenos negócios. Roque Santeiro, Ajuda Marido, Os Trapalhões, Banga Sumo, Asa Branca, Kicolo, Cala Boca, Beato Salú, Tunga Ngó, Estalagem, são apenas alguns dos mercados surgidos, cujos nomes muitas vezes vêm de novelas ou seus personagens, outras vezes das circunstâncias do seu nascimento e, outras vezes ainda, do local em que surgiram. Se, tradicionalmente, tiveram um papel complementar, salvaguardando produtos típicos, como plantas e objectos ligados à terapêutica tradicional, objectos de produção artesanal, frutas, legumes, peixe e artigos usuais, sendo, tradicionalmente, ocupado por mulheres, por força da desarticulação da rede comercial no pós-independência, o mercado ganhou uma outra dimensão onde, para lá dos produtos que são característicos podem ser encontrados produtos e serviços de todo o tipo e das mais variadas origens. Muito embora ainda continue a ser um espaço privilegiado de actividade exercida por mulheres, é notória a presença masculina.

É pois este conjunto de vivências e transformações dinâmicas da cidade que trazem e fazem permanecer Luanda na literatura angolana, com seus cheiros, seu linguajar, suas histórias e seus olhares nunca iguais. Cremos que isso mesmo se pode perceber das palavras de Tânia Macedo, quando escreveu: “O ambiente urbano se constitui como um aglomerado de signos em que texturas, sons, tamanhos, cores

e cheiros atuam, paradoxalmente juntos e dispersos, transformando-se em suporte de representações, de imagens, significações e desejos. Assim, “a fala” de cada cidade articula-se a partir de uma semiose singular, de tal forma que os produtos ali produzidos (de sua arquitetura à literatura) podem ser lidos também como os seus desejos e medos”.¹⁰ E ainda, citando Ítalo Calvino, diz: “ (...) Cremos que aos estudiosos que pretendem enveredar por ruas metaforizadas e becos da linguagem, trilhando os caminhos de uma cidade representada literariamente, é possível desvendar os alicerces dos temores e dos sonhos de que elas são construídas”.¹¹

Luanda e, conseqüentemente, as suas dinâmicas surgem na literatura em textos portugueses do século XVII, conforme nos dá nota António de Oliveira Cadornega, na sua *História Geral das Guerras Angolanas*, em que transcreve dois poemas. Porém, se bem que já Alfredo Troni, na gênese da novela angolana, com *Ngá Muturi*, exprimissem Luanda e as suas dinâmicas sociais, é com o início da moderna literatura angolana que tal ganha expressão e, de algum modo, significado. É porventura este um dos frutos do movimento “Vamos Descobrir Angola”. No entanto, é com os textos publicados pela Sociedade Cultural de Angola e o seu Boletim Cultura, com a Associação dos Naturais de Angola, ANANGOLA, e os seus dois números da Revista Mensagem, com a Casa dos Estudantes do Império e com os seus Boletins Mensagem e Antologias publicadas, que o nome de Luanda, suas dinâmicas, vivências e projectos ganham expressão. É também nessas publicações e através dos textos literários, que se expressam vontades e se propõem mudanças dinâmicas fundamentais. Cremos mesmo que todos os nossos autores dessa geração, naquela época, duma ou doutra forma, não deixaram de cantar Luanda, tê-la como espaço de acção, ou reclamar para ela profundas transformações. A *Náusea*, *Sô Santo*, *Morro da Maianga*, *Grande desafio*, *Linha Quatro*, *A vida verdadeira de Domingos Xavier...* são apenas alguns textos emblemáticos dessa época.

Depois do período de silêncio, uma nova etapa que marca o que poderemos chamar de “renascimento” da literatura de Angola dá-se com a novela *Quem me dera ser Onda*, de Manuel Rui, seguindo-se-lhe *O Cão e os Calús*, de Pepetela. Em todo o caso, quanto a essas duas épocas, muito embora a temática em análise já tenha sido estudada e/ou referenciada por autores como Alfredo Margarido, Pires Laranjeira, Laura Padilha, Carmén Tindó, Inocência Mata, Luís Kandjimbo, Russel Hamilton, Manuel Ferreira, é para nós digno de relevo o que Tânia Macedo nos diz a

¹⁰ Macedo, Tânia. “Caminhos de escrita de uma cidade: a presença de Luanda na literatura angolana contemporânea” – *Scripta*, PUC Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 4, 2001.

¹¹ Idem

propósito: “Ainda que em outros momentos a cidade de Luanda esteja representada na literatura de/sobre Angola (...) será nos fins dos anos 1950 e início dos 60 que a capital de Angola será o cenário por excelência dos textos angolanos. Nesse momento, segundo cremos, verifica-se o esforço efetivo dos escritores no sentido de dar forma artística a um projecto nacionalista que iniciava a sua organização política e ao qual aqueles autores, como militantes ou simpatizantes, estavam ligados.

A materialização artística do projecto nacionalista redundará na criação de um novo espaço ficcional na literatura do país. É dessa maneira que, insistentemente na ficção angolana a partir desse momento, as marcas do imaginário urbano recriado conformam os textos. Luanda surge, assim, como uma cidade cuja “fronteira do asfalto”, a dividir os bairros da Baixa e os museques”¹², com seus personagens, cores, ritmos e sons podem ser encontrados em inúmeros textos da época.

(...) Verifica-se, no entanto, que uma nova “fala” sobre Luanda começa a ser articulada nos anos 80. E dela se ausentam, explícitos, aqueles desejos presentes nos primeiros momentos da independência, ou o heroísmo de seus trabalhadores dos anos 60 e 70, para dar lugar a uma cidade em que se desenha o caos e, dessa maneira, emergem alguns de seus medos. Dois textos elaboram essa “fala”: *O Cão e os Calús*, de Pepetela, e *Quem me dera ser Onda*, de Manuel Rui”.¹³

Finalmente, as dinâmicas que decorrem das profundas transformações que o país viveu, abordagem iniciada em *Quem me dera ser Onda*, mudanças políticas, económicas e sociais, as que decorrem do conflito armado vivido, dos processos migratórios, das alterações de modelo económico, de reorganização das classes sociais, dos vícios surgidos e das virtudes perdidas, ganham espaço ampliado na literatura angolana sobretudo no início dos anos noventa, ou sagrando-se temática que ainda hoje perdura. Nesta linha de abordagem, ganham relevo sobretudo, compreensivelmente, os autores da chamada geração das incertezas, sem ignorar a geração anterior nem autores como Dario de Melo e o seu livro a *Quarta Idade*. De memória, sem ser exaustivo, refiro Roderick Neohne, com os livros *O ano do cão* e *O Catador de Bufunfa*, João Maimona, com o livro *A Lavra do Governador*, José Luís Mendonça, com o livro *O reino das casuarinas*, Albino Carlos, com *Issunje*, a que me junto com *Histórias e Memórias Desancoradas* e *Primo Narciso e outras Estórias*, sem esquecer Ondjaki, João Tala e todos os confrades que trouxeram Luanda para a Literatura.

¹² Idem

¹³ Idem

RELATÓRIO DE EXPEDIÇÃO

MANUEL RUI

Meu nome é Numa. Filho de um soba grande e crescido numa *embala* de respeito, fartura de comida e rio próprio, eu andava sempre com o meu cesto de pescar, uma vez tinha vindo com ele desde os longes do reino do Bailundo até aqui na ilha de Luanda, não me importa se da Assunção ou de S. Paulo, pensava-me cansado da caminhada e do muito quente o sol, o céu de limpo azulado azul e eu a lembrar-me do fresco da minha terra sentado debaixo do aroma de uma árvore de *loengos* enorme, eu, Numa, a fabricar o arco, as flechas e a moca de caçador e ainda uns *loacos* de pneu para blindar os pés, que meu bisavô aprendera com mucubais, gente do sul do sul, mais tarde depois de muitas chuvas, relâmpagos, trovoadas e raios, esgotado com o peso, o medo e a ansiedade, reforcei os loacos com casca de árvore, amarrei com *londovi*, escondi meus teres de guerra, sobrei-me de moca, tudo com a ajuda dum *cota* adivinhador que apareceu e guardou o segredo dos guardados, principalmente o cesto com búzios, no mato próximo antes destas praias que viria a saber de mares ricos em *zimbo*s que as mulheres recolhiam com cestos especiais, vejam só, aqui, homens mulheres e crianças no beija-mar eu a subentender que esperavam embarcações, falavam eram *dongos*, barcos que trariam peixe do mar tão lindamente sem nuvens em espera dos dongos, nesse interim da gargalhada por eu desconseguir pescar naquela praia de água lisa só sossego sem vaga, percebi de imediato ser evidente que o rio não era o mar e as artes

deveriam ser outras, aí lembrei-me da boa hora em que deixara escondido o meu cesto onde guardava os búzios na areia da foz do Kwanza e ainda colares de conchas do muito antigamente dos da família falecidos, nunca me passando pela cabeça que os búzios viriam a ser antepassados da *macuta*, dos *angolares*, dos escudos e tetra avós ou tetra quantos do kwanza o mesmo nome do rio onde deixara encofrados os meus búzios oferta em mutirão de minha família quando eu me decidira por esta expedição, minha mãe abraçada a mim, tu és o mais esbelto e atlético dos jovens da nossa terra, não entendo, chorando na pergunta por onde é que eu iria nessas descobertas e a minha resposta, mãe, a minha viagem é pelo tempo, voltarei para contar tudo, assim estava eu, em silêncio, na ideia que um dia também seria antepassado o que já começava a sentir neste andar sobre o tempo vivendo, ouvindo as falas das pessoas de que entendia a semelhança de algumas palavras com umbundu. De repente fez-se um alarido, gente que se afastou um pouco da praia, outros em fuga corrida para dentro da ilha, apareceu aquele mais velho misterioso com as minhas *embambas* de guerra caça e ainda o meu saco com búzios e colares, não arredei pé da praia, eram embarcações enormes, maiores do que elefantes e desfraldavam panos também de grande tamanho, desceu um homem daqui natural falei-lhe em umbundo respondeu corretamente, nome dele Dombaxe, fiquei de admiração, os intérpretes falavam as línguas dos reinos de nossa terra e português, eram daqui seus antepassados idos de cooperantes com Diogo Cão que velejara até onde o rio Zaire ainda hoje dá encontro com o mar e regressavam com esses agora vestidos de maneira que eu nunca tivera visto. Parecia impossível terem levado gente do reino do Congo regressando seus descendentes com aquelas roupas dos homens sem cor e que davam ordens, espantava-me o que as mulheres traziam na cabeça, pareciam os mascarados, os *Xinganjes* que brincam com as crianças fingindo assustar, estava cheio de sorte porque à primeira vista Dombaxe se empatizara comigo e prometia-me já mostrar-me ao patrão que era Paulo Dias de Novais, aconselhou-me passar a chamar-me Dombele, porquê? Porque era corruptela de Manuel, nome de rei dom Manuel, qual cujo? Eu não sou corrupto, Nunca mais! Posso ficar com dom mas dom Numa, ele gargalhou, prometeu-me ensinar a língua do outro, português falou, de embarcações, toma este celular para te habituares às novas tecnologias, és um homem inteligente e quando dominares a língua de Camões tens um Magalhães, desculpa estou a ficar parece *piruka* de *quimbombo*, falaste em língua portuguesa e agora é de uma pessoa? Nunca imaginei uma pessoa ser dono de uma língua pois quando se começa a falar é de todos, *piruka* não estás mas conhecer aguardente isso é que embebeda a sério mas toma lá nota do tipo de navios, dois galeões, duas

caravelas, dois patachos e uma galeota, Auá! Uma das senhoras caíra desmaiada lá de cima, meti-me a nado, num instante, trouxe-a pelas minhas palmas das mãos, nem pensar em respiração boca a boca e ainda hoje me lembro não me ter passado pela cabeça como seria ela sem roupa, veio o patrão Novais perguntando para Dombaxe, quem é, um nobre do reino do Bailundo, Dom Numa, então, Dombaxe, arranja-lhe um uniforme igual ao teu, sabes em que porão, leva-o e que se vista e calce a preceito segundo o regulamento, ensina-lhe português para ganhar um Magalhães, verifiquei que pelas escadas oscilantes desciam das embarcações muitos homens com vestes iguais e cruz ao peito, várias famílias e soldados fardados e de espada à cinta, era uma expedição falou Dombaxe, tanta coincidência pois eu quando me decidira pela expedição com vista a encontrar o fabuloso reino, rico em zimbos, numa ilha à beira-mar de que tanto cantavam e falavam mais velhos de cabelo todo branco e teriam ouvido cantar de seus antepassados, eu assumira fazer a expedição sozinho e afinal, mais tarde, o que para mim não era ilógico dado que a minha aventura era sobre o tempo, outros de fora como Serpa Pinto, Yvens e Capelo expedicionavam pela nossa terra registando rios e fazendo a travessia de costa a costa, enquanto eu, sem mapa cor-de-rosa, certo, era pela beira-mar com ligeiras introduções pelo mato e água doce, quando os barcos de pesca chegaram gerou-se uma confusão, depois, Dombaxe deu uma ordem e que a expedição comprava o peixe todo por troca por aguardente e missangas, enquanto negociavam, a miudagem foi apanhando o muito peixe miúdo e com ele correr para o interior da ilha, os pescadores escalavam o peixe, esfregavam-lhe sal e jindungo e era imenso o cheiro de *mufete* com os padres, senhoras e soldados de boca a arder bebendo muita água já chegada da lagoa da Maianga e ainda as donas da ilha se requintaram num *muzongué*, sopa de peixe para os chegantes e daí a cantiga que a sopa estava boa com água da lagoa.

A expedição deixara a ilha, passara-se para terra mais firme, instalaram-se na parte mais alta e mais segura com uma fortificação e na baixa ficou o comércio e a mundanice.

Eu Dom Numa, já dominava o português melhor que Novais que tinha quem escrevesse o que ditava, o Magalhães nunca mais, pedi uma máquina de escrever a um padre, de nome Abel, por troca de um charro, desculpem, é mentira, o que lhe dei foram folhas verdes de *diamba* para chá de combate à asma de que sofria o padre Abel a quem me confessava e ele a mim, e comecei então a escrever poemas, contos e romances em língua portuguesa que, sem dar por ela eu temperava com palavras de línguas natas, dava-lhe um ritmo próprio como se as palavras pudessem dançar ou chorar de forma que escrevia como se fosse fala de *griô*, contava escrevendo-me,

um dia Novais mandou-me chamar aos aposentos, assustei-me, afinal era para me nomear escriba oficial com direito a inscrever-me na União de Escritores. Agradei com vénia. Ele pediu-me desculpa por ter prometido e não ter dado o Magalhães, desculpa Dom Numa. A linha de crédito naufragara num tsunami do Banco Mundial mas, como ele era um homem de palavra entregava-me o seu próprio computador, aliás de pouco uso, corri a um padre que tinha um antivírus, a máquina ficou limpinha e foi a partir daí que passei a lidar com gente e textos de outras terras espalhadas pelo mundo que também falavam a nossa língua portuguesa. Mande logo uma metrólica ao FMI apoiando a sua ideia de austeridade por não valorizar o zimbo, moeda com que compravam os escravos e agora aparecia livre nas areias das praias para as crianças brincarem. O telemóvel, cada vez que eu telefonava mandava-me uma mensagem a saber se eu queria música. Falei ao padre Abel e ele elucidou-me que agora havia uma peste pior que a peste negra da idade média, era a peste das escutas, vendiam os telefones para depois escutarem as conversas, o padre olhava para um coqueiro eu percebi e estoirei o telemóvel contra o tronco do coqueiro. Eu vi escrito não sei aonde ou será um rascunho qualquer meu em que se diz “que a história embora escrita era também mandada”, com o devido respeito quero aqui esclarecer por experiência pessoal que os relatórios de expedição devem ser escritos de forma e a gosto de quem mandou fazer a expedição mas desta eu me safo por que esta, a minha, não teve nem uma só ó-éne-gê dessas que mascam chicletes para acabar com a fome ou instigam a falta de apetite, nem nada, esta expedição foi só minha e passou a ser de todos que se entendem nesta língua em que vos falo e então, coloquei um búzio pele de tigre no ouvido e fiquei a escutar um som de *quizomba* com tambores e guitarras e marimbas e sabores de cachupa, feijão de óleo de palma, bacalhau à Novais, sopa de galinha com muito limão, *calulu*, baião de dois e tantas outras maneiras de estar e de sentir, que esbocei uma cantiga, assim:

Andorinhas entre as nossas vontades
Mensageiras de tanta emoção
Cruzando diferenças das identidades
Que iluminam a nossa união

*Somos assim
Sem contar idades
Amigos sem fim
Das nossas cidades*

Viva a nossa alegria
Em português tão falada
Arco-íris da fantasia
Na praia mais bem amada

Paz, borboleta e crianças
Ouvindo histórias de avós
Barcos navegando esperanças
Tudo isso somos nós

Somos nós ritmos, pincéis, cantigas de muitos temas
Em português com sotaques tão diferentes
Rios a entornar marés nesta festa de poemas
Pedaços de céu nas mãos para além dos continentes.

Glossário

Angolar – Moeda oficial de Angola, em circulação entre setembro de 1926 e dezembro de 1958. Noutra aceção, o angolar (ou ngolá), é uma língua crioula de base portuguesa, falada em São Tomé e Príncipe.

Calulu – Prato típico da Angola, feito com óleo de palma, peixe fresco, peixe seco, rama de batata-doce, quiabo, cebola, beringela, etc.

Cota – Mais velho, respeitável.

Diamba – Erva de fumo, liamba, extraída do cânhamo, marijuana.

Dongo – Pequeno barco, tipo piroga, escavado num tronco de árvore, típico dos pescadores de Luanda.

Embala – Casa grande.

Embambas / imbambas – Bagagens, embrulhos para transportar.

Galeota – Pequena galé, a remos, com vela.

Griô – Contador de histórias, pessoa que fixa e transmite oralmente a história e as tradições do grupo (do francês *griot*).

Loacos – Sandálias feitas com pele.

Loengo – Fruto silvestre de cor arroxeada, parecido com um abrunho.

Londovi – Tiras vegetais extraídas de árvores, usadas como cordas para amarrar.

Macuta – Antiga moeda de cobre ou prata, de baixo valor, que circulou em Angola.

Mufete – Prato tradicional angolano, confeccionado com feijão, óleo de palma e peixe grelhado.

Muzongué – Caldo típico de Angola, feito com peixe fresco, peixe seco, óleo de palma, cebola, tomate, batata-doce, mandioca e farinha musseque.

Patacho – Barco à vela de dois mastros, com a vela de proa redonda e a de ré do tipo latina, que começou a ser utilizado no final do século XVI (Europa).

Piruka – Embriagado, atordado.

Quimbombo – Bebida fermentada de milho.

Quizomba / kizomba – Género musical e estilo de dança originários de Angola.

Xinganges – Mascarados.

Zimbos – Pequenos búzios apanhados na ilha de Luanda, usados como moeda de troca no reino do Kongo e outras partes de Angola. Os melhores, mais valiosos, eram os cinzentos apanhados por mulheres na ilha de Luanda.

BENGUELA, A CIDADE MESTIÇA

PEPETELA

Já escrevi uma vez, pelo menos, que é pouco conhecido o facto de Benguela, segunda cidade fundada por europeus no espaço que agora se chama Angola, apresentar durante três séculos e até 1950 mais de metade da sua população recenseada como mestiça. Com efeito, fundada em 1617 no lugar actual (antes o mesmo nome foi dado a uma povoação que hoje se chama Porto Amboim), poucas décadas depois já tinha mais mulatos que negros e brancos juntos. O que é curioso por se situar em pleno continente africano, 12 graus a sul do Equador, numa região relativamente povoada por povos bantos e mesmo pré-bantos.

Na minha infância era chamada de “cidade mulata”, nome que viria a ser esquecido ou ignorado por razões políticas depois da Independência, para se consolidar a Nação e evitar alusões que poderiam aparecer como factores de divisão. Mas muitos benguelenses, quando estão entre si, ainda hoje o referem com orgulho e ternura, embora essa característica se tenha atenuado bastante nos últimos cinquenta anos e sobretudo nos últimos trinta, com a vinda maciça de populações rurais para a cidade. Hoje, o grupo mestiço nem deve atingir os 5% da população da urbe, embora mantendo influência no domínio económico e social.

No tempo da minha meninice era outra coisa. E a literatura é muito marcada pela infância.

Na época da “cidade mulata”, os brancos detinham as rédeas do poder político-

-administrativo e económico, particularmente os vindos de Portugal, pois mesmo os brancos nascidos em Angola eram considerados “brancos de segunda” e merecendo alguma desconfiança quanto aos seus costumes, por isso não beneficiando de todos os privilégios dos metropolitanos. Contudo, mesmo na administração pública, a maior parte dos funcionários era constituída por mestiços, sobretudo nos cargos subalternos de chefia. Nas escolas tinham sido sempre maioria de alunos, mas no meu tempo já não o eram, embora ainda numerosos. E contavam-se os relativamente raros negros, embora em crescimento. Depois da implantação da República em Portugal (1910) e sobretudo com a ditadura de Salazar, tinha mudado o paradigma de colonização, havendo um forte processo de europeização e consequente branqueamento das elites, aliado ao encorajamento à viagem para Angola de portugueses pobres, geralmente camponeses que tinham perdido terras no jogo das partilhas familiares. Quando eu era criança, começavam a notar-se os efeitos dessa política, em primeiro lugar e de forma mais evidente a nível do poder político e da instrução, que abria caminho para os postos mais cobiçados.

Na vida cultural, o peso dos mestiços ainda era grande. Lembro-me também que nos clubes desportivos, se as direcções já eram quase exclusivamente brancas, a maioria dos jogadores eram mestiços. Negros havia como jogadores, mas menos numerosos que os brancos. O meu ídolo no futebol era o célebre Miau, mestiço, anormalmente alto e forte, uma fonte inesgotável de energia e querer. Tornou-se ídolo aliás de toda a cidade, por também ter tido posições de apoio à luta de libertação nacional. Como muitos dos seus familiares, colegas e amigos. Aliás, se Benguela foi a única cidade de todo o império português onde Salazar perdeu eleições em 1958, apesar de serem viciadas, isso se deveu em grande parte ao peso da população mestiça, adepta de tudo que fosse contra o poder instituído na metrópole ou em Luanda. Dizem as más línguas que até hoje o fenómeno se verifica em relação aos poderes de fora de Benguela, mas essas são outras makas que para aqui não são chamadas. Muitos terão sido os mestiços que pontificaram no desporto, mas gostaria de dar ainda o exemplo da melhor atleta da terra, Fernanda Fernandes, campeã de atletismo português e grande basquetebolista. Recordo com muita saudade essa minha amiga, que se sentava no mesmo banco que eu, na escola, e só sonhava com a altura de sair para o recreio, onde havia bolas e tempo para correrias.

A família típica dos séculos anteriores era muito numerosa, por vezes officiosamente poligâmica, pois o dono da casa, se fosse branco ou mestiço, tinha a mulher principal, que podia ser negra ou mulata e, no quintal, numa casa menor, residia uma segunda mulher, esta geralmente negra. Os filhos de uma e de outra eram educados mais ou menos em conjunto, embora sempre sujeitos a questiúnculas por

causa da rivalidade das mães. O patriarca só tomava posição quando os assuntos eram mambos mesmo sérios ou se os conflitos ameaçassem fugir do controlo. Normalmente as línguas da família eram o português e o umbundo, a língua regional dominante. No tempo da minha infância, a cultura de origem europeia já se impunha com mais força e não era assumida facilmente a poligamia. Assim, a segunda mulher não vivia no mesmo espaço da primeira. Mas os filhos da segunda vinham regularmente à casa principal, a “casa grande”, receber a bênção do pai e da “madrinha”, sobretudo na altura das festas religiosas.

O meu grupo de amigos sempre foi um grupo misturado, como se devia em tal ambiente. As três cores estavam representadas em todos os grupos de vizinhança que os garotos formavam na altura. Com o decorrer do tempo, sobretudo a partir dos anos 60, começou a aparecer uma fractura que isolava os elementos negros. E nos últimos tempos da colonização já não seria raro ver um grupo de miúdos quase todos brancos brincando ou passeando em conjunto, coisa impensável no meu tempo de criança. Dessa época em que dominavam os grupos miscigenados ficou evidentemente nas pessoas uma maneira de ser e conviver que era muito diferente das outras cidades coloniais, não só de Angola mas de África. E repercutiu-se na cultura.

Os grupos musicais eram obviamente constituídos por elementos misturados e tentavam também mesclar influências artísticas. Mas esse aspecto foi mais claro na literatura. Até hoje, o grande poeta da urbe, um mestiço que por acaso nem nasceu ali mas em Benguela se fez homem, Aires de Almeida Santos, ficou conhecido e reconhecido como tendo combinado a língua portuguesa com muitas formas de dizer locais e utilizando palavras que provinham do umbundo. E se a sua poesia denotava a influência dos cânones portugueses e brasileiros, tinha o ritmo dolente próprio de uma cidade que fica absolutamente parada ao sol do meio-dia, transportando com ela também as histórias da terra que a gerou. E o maior cronista da cidade (dizem críticos que o maior de Angola desde sempre) era um branco de cor, mas mestiço de cultura, Ernesto Lara Filho, fazendo aliás parte de uma família miscigenada. As suas crónicas são exemplo acabado do que era a cultura mestiça de Benguela, onde conviviam as comidas próprias da terra, consumidas em grandes almoços na sombra dos quintalões e as crenças nos feitiços de amor, com observações tiradas de livros portugueses ou de filmes franceses ou italianos, num acasalamento harmonioso e literariamente conseguido. Esta maneira de escrever é aliás comum à literatura urbana de Angola, variando apenas a língua africana que serve de factor de influência ao abrandamento do português. Por isto se pode afirmar que toda a literatura urbana tem forte pendor mestiço, sem no entanto chegar a utilizar um crioulo.

Vimos a importância dos mestiços na vida social durante séculos. Talvez por

isso, Benguela seria no tempo colonial a cidade angolana onde havia menor discriminação e menos tensões entre os diferentes grupos raciais. Qualquer situação colonial é acompanhada de racismo, obviamente, mas se existe um grupo intermediário forte, ele pode estabelecer uma ponte em que as tensões se suavizam. Sobretudo se as pessoas que servem de ponte têm o jeito irreverente e brincalhão no comportamento do dia a dia, minimizando os inevitáveis contrastes, ridicularizando as posições mais radicais, defendendo pois valores de tolerância da forma mais adequada a serem aceites. Sobretudo usando o humor. E humor é o que eles mais tinham, esses mulatos de Benguela, que até sobre si próprios inventavam constantemente piadas e se riam a bandeiras despregadas dos seus azares e desgraças. Espírito este que se propagou à cidade e até hoje se mantém, marcando a personalidade dos habitantes antigos e dos recentes que nela se abrigam.

Benguela tem tido vários sobrenomes criados pelos seus filhos mais entusiastas, por vezes raiando o exagero e o ridículo, mas entre eles destaco “cidade das acácias rubras”, por as suas ruas estarem pejadas dessas árvores que marcam de vermelho os meses de Novembro e Dezembro; ou “cidade mãe de cidades”, porque a partir dela foram criadas muitas povoações no interior, sobretudo por causa do caminho de ferro que leva o seu nome. Mas prefiro sem dúvida alguma o de “cidade mestiça”, porque retrata a sua essência de séculos, a que formou tantos de nós e de que guardo saudade, como símbolo de confluência de culturas, de compreensão e de aceitação entre pessoas diferentes apenas na cor da pele. No mundo de hoje, marcado pela intolerância e desconfiança entre grupos, etnias, religiões, não é pouco como exemplo do que poderia ser uma proposta alternativa de sociedade.

Se os homens aprendessem com a História...

E àqueles que não acreditam Benguela ser, ainda hoje, uma cidade diferente, digo para irem lá. E verão as particularidades. E como diria o meu saudoso conterrâneo e colega Raul David: “Menino, o resto são histórias para ensornar brutos.”

LITERATURA NOS MUSSEQUES

ALBINO CARLOS

Cidade da escrita

Luanda dos textos literários simboliza a nossa «Nação imaginada»¹, uma vez que, segundo Jorge Cunha Lima (*apud Macedo*), no seu processo de desenvolvimento, as nações acabam confundindo o desejo nacional com a cidade que, no decurso do tempo e na geografia, passa a significá-las.

Mais: os textos retratam, de certa forma, a sociedade em que os escritores estão inseridos, adicionando ao facto de a emergência da moderna Literatura Angolana estar associada ao urbanismo.

Com efeito, as narrativas são a peça chave na constituição de imaginários sociais e representações identitárias (Ginzburg, 1976; Certeau, 1980), sendo que a construção de uma Nação e, conseqüentemente, o processo de consolidação da identidade nacional depende da forma como cada povo narra a sua experiência de vida.

Segundo Macedo (2008), Luanda tem a sua aparição literária já nos primeiros textos portugueses do século XVII que tratam da conquista de Angola, sendo

apresentada de forma negativa, quando não era eivada da perspectiva epidérmica, folclórica e snob próprias da estética colonial.

Contudo, a cidade capital passa a ser referência obrigatória e cenário por excelência da ficção e poesia desde os finais dos anos 50 e início dos anos 60, sendo notório o esforço efetivo dos escritores no sentido de dar forma artística a um projeto nacionalista que redundará na criação de um novo espaço ficcional na Literatura Angolana.

Desde esse então, as marcas do imaginário urbano recriado passam a conformar os textos literários, ocupando os musseques e os becos um lugar especial, estando na base do modelo histórico e nacional-linguístico espacial.

Os musseques estão na literatura e a literatura está nos musseques, sendo possível apreender o passado de Angola através da leitura dos discursos literários dos musseques, uma vez que se constituem como fontes de registo da nossa forma de ser e estar no mundo.

Os musseques são cenários e protagonistas, sujeitos e objetos, heróis e anti-heróis da narrativa angolana, de tal sorte que Macedo (2008) chega ao ponto de teorizar em tese uma “prosa *do musseque*”, dado a representação literária do musseque como centro da *cidade da escrita*².

Este artigo visa mostrar como o subúrbio inspirou poetas e prosadores, revelando as formas de representação dos musseques nos textos de Agostinho Neto, Luandino Vieira e Albino Carlos através da análise da memória, da chuva e da noite como eventos literários.

Representação dos musseques

Poucas musas inspiram as artes angolanas como os musseques: se Bonga simboliza a malandrice com que as pessoas dos musseques esquivam as rasteiras da morte e canta com voz grossa os feitos dos maiores dos becos, vislumbro nos olhos dos musseques de Luandino e Neto chapas de zinco onde perpassavam cacimbos insuportáveis e o calor dos mosquitos; leio, nos olhos desses bairros, assombrações nos rostos de homens levados de noite em cargas silenciosas; neles sinto as nossas mágoas e na voz dos musseques escuto o grito do nosso povo contra a tirania imposta pela colonização.

Ao conferir voz e vez aos sujeitos dos musseques, Neto e Luandino mostram as tradições, crenças e costumes de Luanda; as vozes dos musseques de Luandino

¹ Nação imaginada no sentido de “Comunidades imaginadas” dado por Benedict Anderson (2008), segundo o qual uma nação é uma comunidade construída socialmente [...] sendo imaginada pelas pessoas que [se] percebem a si mesmas como parte desse grupo.

² Macedo, Tânia. “Da fronteira do asfalto aos caminhos da liberdade (imagens de Luanda na literatura angolana contemporânea)”, Tese de Doutorado, Universidade São Paulo, 1990. (N.A.)

e Neto são vozes que se querem testemunhas das vozes dos musseques do mundo.

Para Neto, os musseques são bairros humildes de gente humilde em que a vida em desespero e a esperança se diluem na mística ansiedade; ansiedade nos que riem e nos que choram; ansiedade nas mães aos gritos à procura de filhos desaparecidos; são bairros onde os homens, a cair de bêbados, abandonam-se ao ritmo de um batuque de morte.

Contudo, para o Poeta-maior, os musseques são espaços onde ferve o desejo de fazer-se o esforço supremo para que o homem renasça em cada homem e a esperança não mais se torne em lamentos da multidão.

Em Luandino, o leitor é transportado às prisões e situações nas quais corpos humanos, torturados e sangrantes de dor, se iluminam pela luz da solidariedade e da confiança na construção do futuro.

Neto profetizou sobretudo a esperança feita certeza na vitória sobre a noite colonial. Para Tomás (2010), se Luandino criou o seu estilo peculiar de falar poeticamente sobre a fronteira do asfalto, nos musseques do pós-independência de Albino Carlos há pouco espaço para romantismo: nesses lugares, escuros e lúgubres, as pessoas, vítimas de exclusão, violência, alienação e miséria, morrem e matam por muito pouco e prostituem-se para dar de comer aos filhos³.

Neste sentido, o poeta José Luís Mendonça (2014) considera o livro de Albino Carlos, *Olhar de Lua Cheia*, como um fresco da luta sofrida nos musseques, onde as sombras da vida se diluem na vertiginosa voragem do destino, sem que os atores desse drama se deem conta das metas indesejadas a que as suas vidas vão chegando, vidas marionetadas pela teia de relações sociais que se entretece no todo-poderoso âmbito da grande cidade capital⁴.

“O bairro Rangel estava velho e cansado, como fatigadas e em trapos estavam transformadas as pessoas que teimavam em viver naquele inferno. Os becos, de autênticos labirintos intransponíveis às desgraças das rugas do tempo do colono, agora estavam convertidos em muralhas fortificadas à presença de Deus, permitindo-se somente penetrar pelo desalento e pela morte que se insinuava nos riachos de lama pestilenta de urina e excrementos”⁵.

Luandino também tem uma visão de miséria e desordem sobre os musseques do antigamente no tempo:

“Nessa hora da manhã, lá de cima do telhado, musseques à volta todos a parecerem ainda escondidos no meio da poeira molhada do cacimbo. Sol não tinha ainda, as poucas

³ Tomás, António, *Poligrafia: das páginas de jornais angolanos*, Casa das Ideias, Luanda, 2010, p.191.

⁴ Carlos, Albino, *Issunje*, UEA, Edições de Angola, Luanda, 2014, p. 9.

⁵ Carlos, Albino, *Issunje*, UEA, Edições de Angola, Luanda, 2014, p. 132.

chapas novas, aqui e ali, não brilham e só mesmo as manchas verdescuro das folhagens dos paus mostram o que é quintal. Na teia de aranha de rua, becos e caminhos, veias de sangue sujo em baixo da pele cinzenta do dia, as pessoas parece são baratas seguindo encontradas nas paredes. A toa, em todos os lados, rebentam as casas novas, altas, furúnculos na pele vermelha da terra”⁶.

Mas os musseques de Albino Carlos e Luandino não são só desgraças; são espaços de memória e tradição, são momentos de resistência. Há amor, solidariedade de boa alma e dignidade daqueles que vivem em situação de total carência.

Noites de luar e chuvas

A noite é uma maldição que se abate sobre os musseques, onde as vontades se diluem e os homens, como negras sombras na sombra, se deambulam escuramente sem um carinho de luz.

Na noite colonial os homens afogam nos copos as mágoas de todos os dias. Para Albino Carlos, os musseques à noite assistem ao silhueta mágico das figuras noturnas, enquanto para Neto, a noite é um martírio para os bairros de pretos que têm medo de sair à rua e que têm vergonha de chamar mãe à pátria; pobres almas a quem o escuro da noite bebe os anseios de vida e eles se confundem com os próprios problemas da existência, de tal sorte que pobreza e luar casam bem.

*“Eu vivo
nos bairros escuros do mundo
sem luz nem vida.
Vou pelas ruas
às apalpadelas
encostado aos meus informes sonhos
tropeçando na escravidão
ao meu desejo de ser”⁷.*

Luandino alinha, igualmente, pelo mesmo diapasão, em que a noite se fazia ouvir em todos os pequenos barulhos do seu silêncio:

“Durante o resto da noite, o silêncio foi cortado por soluços, choros de crianças, falas baixas das dores, das humilhações, das esperanças...”⁸.

⁶ Vieira, José Luandino, *Velhas estórias*, Edições 70, Lisboa, 1976, p. 15.

⁷ Neto, Agostinho, *Triologia Poética*, UEA, Luanda, 2009, p. 60.

⁸ Vieira, José Luandino. *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, Nzila, Luanda, 2003, p. 26.

Para além do inferno da escuridão das noites, os musseques também se confrontam com o pesadelo das chuvas que destelhavam as casas, semeavam charcos de sapos, plantavam remoinhos de poeira e cobriam os bairros de uma ressonância fantasmagórica. Eis um retrato extraído de *Olhar de Lua Cheia*:

“A descarga diluviana cospe lençóis de chuvas metamorfoseadas de torrentes impetuosas de lama. Cá em baixo, o mundo sangrava: ventos soprando tempestades furiosas; casas esventradas, algumas delas desabadas; tectos violentamente arrancados, estradas sulcadas de buracos, árvores e postes de iluminação como toldos derrubados; gritos de dor e ais de socorro abafados pelo estrondo dos relâmpagos teimosos que riscam ferindo de luz os céus. (...) No dia seguinte à tragédia, nada. O silêncio de Deus e a ausência das autoridades e de quem de direito ecoam sobre os choros, lamentos e aiué Ngongo diame. Nas manhãs seguintes, um cheiro nauseabundo, fú!, como um cobertor nojento, envolvia a atmosfera, tornando o ar irrespirável”⁹.

Passam-se os tempos, exoneram-se governantes, mudam-se os costumes, mas mantém-se a tradição. Os musseques de Luandino também estrebucham de medo das chuvas grossas e pesadas:

“A chuva em grandes pingos rápidos começou a cair cortinas grossas e nada que se distinguiu, mesmo a um metro. Num de repente ruas asfaltadas viraram caudalosos rios e pouco tempo que passou as águas começavam a virar vermelhas, sinal que a areia solta nos musseques vinha por aí abaixo nas enxurradas. (...) Depois, quando a chuva parecia ir querer parar e as ruas pareciam eram rios correndo furiosos, saiu um vento forte que berridou as águas, mas destapou cubatas, arrancou árvores e ramos e arrastou meninos que já brincavam com seus barcos de luandos nas cacimbas de águas barrentas.”¹⁰

Atente-se também no que escreveu Albino Carlos sobre as desgraças das chuvas:

“Choveu e choveu prá caraças e o rasto das chuvas não podia ser mais desolador: carcaças de cães e gatos, restos de comida, latas e garrafas de cerveja de proveniências diversas, garfos e farrapos, telhados e árvores derrubados, charcos e lagoas e buracos e mais buracos. E para tornar o inferno ainda mais penoso, despontou uma tarde solarenga”¹¹.

Pelos vistos, Luanda não se dá e nunca se deu muito bem com as chuvas. “Nvula weza, divua wabixila”. “Chuvas mil, desgraças mil”. Eis um retrato de Luandino:

“Choveu vinte minutos só. Depois parou de repente, como tinha começado. Nuvens negras, com o vento a chicotear, corriam malucas no céu, nalguns sítios já todo azul lavado. O mar da Baía tinha largas manchas vermelhas das águas das enxurradas dos

⁹ Carlos, Albino. *Olhar de Lua Cheia*, INIC, Edições de Angola, Luanda, 2014, p. 156.

¹⁰ Vieira, José Luandino. *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, Nzila, Luanda, 2003, p. 69.

¹¹ Carlos, Albino. *Issunje*, UEA, Edições de Angola, Luanda, 2014, p. 107.

musseques. Na Baixa algumas ruas ficaram bloqueadas, noutras a areia foi tanta que enterrou os automóveis mesmo”¹².

Contudo, chuva não é apenas sinónimo de maldição e não é necessário que “esperemos que a chuva passe e deixe de molhar os chilreantes passarinhos”¹³. Porque ninguém esquece uma noite dormida a escutar o farfalhar da chuva no teto de zinco, vivendo a sensação de que o cair das águas do céu nos separava do mundo.

No silêncio da noite, o cair da chuva sintoniza com o batucar do coração, às vezes, o canto da chuva se apossa de uma cadência de semba quente e remexido; às páginas tantas, o barulhar das águas ecoa em notas que a imaginação tece e os ventos ajudam a orquestrar.

“A chuva chovia assobiando um canto de sereia que umas vezes embalava o dormir e outras tantas era de não deixar mais a pessoa pegar sono e se enervar com o mundo, era embora consoante o afrouxar ou a recrudescência do tamborilar das águas no telhado, ora mar murmurante com doçura de kalunga amigo, ora mar arrebetando em ondas violentas de kalunga nguma”¹⁴.

Luandino também tem esta visão idílica da chuva, uma chuva que depois de calada punha pequenas ondinhas nas águas barrentas das cacimbas e sacudia as gotas das folhas dos paus.

“Lá fora, a chuva estava a cair outra vez com força, grossa e pesada, em cima do musseque. Mas já não tinha mais trovão nem raio, só barulho assim da água a correr e a cair em cima da outra água chamava as pessoas para dormir”¹⁵.

Tal como a chuva nem sempre é sinal de desgraça, também a noite não é apenas sinónimo de escuridão. É também de estrelas. De poesia. Em Albino Carlos, abundam estrelas nos céus dos musseques e os olhares são de lua cheia.

“Era noite extraordinariamente enluardada: as pessoas abriam-se às carícias do luar e a lua, suspensa e deslizando no céu límpido da noite, iluminava as profundezas da alma da gente”¹⁶.

Agostinho Neto também tem uma visão poética da Lua, sobretudo “em noites de festa, quando a lua ri e a enigmática floresta farfalha ritmos de jazz”, por mais doloroso que seja o silêncio da lua, por mais insuportável que seja a vida nos musseques.

¹² Vieira, José Luandino. *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, Nzila, Luanda, 2003, p. 70.

¹³ Neto, A. “Poema”, UEA, Luanda, 2009, p. 102.

¹⁴ Carlos, Albino. *Olhar de Lua Cheia*, INIC, Edições de Angola, Luanda, 2014, p.153.

¹⁵ Vieira, José Luandino. Edições 70, Lisboa, p. 76.

¹⁶ Carlos, Albino. *Olhar de Lua Cheia*, INIC, Edições de Angola, 2014, p.17.

Cenários de memória

Sendo mais do que o tempo e sua geografia física e humana, os musseques são geradores de textos e de revivências da infância, corporizando, por outro lado, a resistência ao colonialismo e o sentido de liberdade.

Assim, sob a égide da memória manifestada quer em forma de mosaicos, quer em formato de painéis, o musseque da escrita recria quer a história do indivíduo quer a memória da sociedade, assim como recompõe a história da história de diferentes espaços/tempos.

Os musseques dos três autores em estudo significam tentativas de reescrita do passado e equacionamento de diversas categorias temporais e espaciais, sem descurar a multiplicidade dos significados culturais presentes na sociedade moderna; neles se produzem e se atualizam formas da tradição oral e dos hábitos e costumes nacionais, constituindo uma forma da construção da memória histórica do nosso povo.

Idade de infância e momentos de inocência, nostalgia, resistência anticolonial, tradição, saudade, fronteira do asfalto, os maiores, funje de domingo, farra de quintal. Rangel, Marçal, Cazenga, Sambizanga, Prenda, Bairro Operário, Makulussu, Lagoa do Kinaxixi, Floresta do Kinaxixi, Maianga. Havemos de voltar.

Ou seja, um aglomerado de situações e comportamentos que se incorporam no discurso dos e sobre musseques e pelo discurso dos e sobre musseques fez-se palavra que conduz o angolano a pensar e a viver a identidade nacional. A ler o mundo – e a ler mundos.

Assim, os musseques, por via da magia da literatura, posicionam-se como *lugares de memória* ao constituírem-se em espaços de produção e promoção de discursos, significados, signos, texturas, representações e significações sobre Angola e os angolanos, contribuindo para a constituição do nosso imaginário social¹⁷.

¹⁷ O imaginário social é o conjunto de valores, regras, esquemas e convenções aceites pelas sociedades sem questionamentos, assumindo status de “verdades históricas”. É o conjunto de representações coletivas sedimentadas que, transmitidas de geração em geração, formam uma base comum a todos, uma espécie de matriz cultural (Moraes, 1998). (N.A.)

A CIDADE: DINÂMICAS DO CENTRO E PERIFERIA [Entre o real e o imaginário na literatura]

CONCEIÇÃO CRISTÓVÃO

*“Lieu de confrontation aussi entre le rationnel et le spirituel,
il se determine principalement par ses productions réelles.
C’est par l’imaginaire que s’intègrent les symbolismes mythiques
à la «mémoire du temps»¹*

NKASHAMA

I. – À GUIA DE INTRODUÇÃO

A questão das cidades na Literatura é de indubitável importância. Daqui decorre a pertinência que atribuímos à realização do presente V Encontro de Escritores de Língua Portuguesa.

A comunicação que apresentamos, aqui e agora, tentará discutir a problemática da cidade, *lato sensu*, desde o ponto de vista da relação dialógica entre o centro e a periferia, aliás um assunto que nos tem apaixonado já lá vai pouco mais de uma década.

¹ Nkashama, Pius Ngandu. Citação retirada do Cap. III – “Les Formes de L’Imaginaire”, *Ruptures et Écritures de Violence*. Paris: L’Harmattan, 1997.

Tentaremos abordar as relações entre as forças e os movimentos da e na cidade, bem como a ação dos fenômenos sobre o comportamento humano, i. e., trataremos da dinâmica da cidade, quer na perspectiva da física, quer na da psicologia.

Concluiremos com breves referências à presença da cidade na literatura, apresentando alguns títulos e autores em língua portuguesa, onde avultam exemplos sobre o que por cá nos traz.

II. – A CIDADE: DINÂMICAS DO CENTRO E PERIFERIA

A cidade não é tão somente um conjunto de edificações, entrecortado por largas avenidas ou estreitas ruas de asfalto, muita luz, cor e som. Esta é apenas uma das facetas, por sinal a menos complexa, a mais estática.

A cidade é também, e sobretudo, todo o conjunto de relações sociais ou de socialização intrínsecas à cidade; é a complexa, e nalguns casos invisível, teia que nasce, evolui e morre a todo o momento, fazendo da cidade um corpo social vivo, dinâmico, diferenciado.

Efetivamente, a cidade não deve ser reduzida a um conjunto de traços que conformam a sua representação geográfica, nem a uma mera e fria estatística para fins económicos, políticos ou outros, embora isso também seja necessário, útil. Mas precisamos de ir mais além na compreensão da cidade e perceber a sua dimensão social e cultural, aqui entendida no seu sentido mais geral.

O que aqui advogamos é muito bem referido por Dina Maria Martins Ferreira, no seu texto intitulado «Interculturalidade e territorialidade: “uma pátria imaginada”?»², onde, a páginas tantas, afirma que “Percebe-se que o domínio cultural sob a égide de linhas geográficas privilegia formas congeladas que paralisam dentro de fronteiras colocadas diante dos olhos do sujeito. Não há nenhum sujeito em movimento dentro do atlas geográfico, nem dentro de uma imagem grandiosa que engloba o planeta. Esta geografia é condensadora e, como comprime forças, é estática, solidificando valores. Sem dúvida, é um domínio cultural espaço-temporal estabelecido *a priori*, não permitindo a visão do movimento social que ali se estabelece. Há um fechamento espaço-geográfico que se consolida pela cegueira da *práxis* e dos processos que ali se movimentam.”

² Bastos, Liliana Cabral; Lopes, Luiz Paulo da Moita (org.). *Estudos de Identidade: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 396.

Para nós, a cidade é, por isso mesmo, um corpo físico e social vivo, cuja existência assenta ou se estrutura em três dimensões que se complementam: espaço, tempo e cultura, sendo este último o elemento estruturante e a mola propulsora de toda a sua dinâmica.

A cidade, do ponto de vista do espaço (que não deve ser confundido com território), é um local de vivências coletivas, sendo que nessa perspectiva urge atentar para aquilo que são os seus traços definidores.

Então, qual é o traço marcante e comum da cidade hodierna? A resposta é nua e crua: – A rua.

Por paradoxal que pareça, num mundo onde a comunicação é feita a velocidades estonteantes, onde o frenético crescimento é feito por vezes colocando em risco o desenvolvimento sustentado, mas onde também se impõe com cada vez maior acuidade a necessidade de espaços de reflexão, espaços de criação, a vida é cada vez mais tecida e erigida na rua.

Alguns até pretendem que o nosso futuro, o futuro da humanidade, seja decidido e construído, infeliz e dramaticamente, na rua. Veja-se, por exemplo, os casos das ditas “primaveras árabes”. A história se encarregará de trazer a verdade à tona, pois como se diz na aldeia onde nascemos, “nunca se come a ginguba (amendoim) debaixo da água, sem que a casca venha à superfície”.

Voltemos à questão do espaço: devido às relações conflitantes entre espaço e Homem, a cidade, hoje transformada em floresta de betão ou concreto armado, é um corpo que deve merecer leituras atentas.

De entre vários autores que refletiram e refletem sobre a cidade vale a pena referir Harvey, que escreveu um interessante livro do qual destaco o texto intitulado “A natureza do espaço”.³

Importa notar *en passant* que se não deve confundir espaço e território, pois o primeiro é anterior ao segundo, que surge, em boa verdade, por um processo de “apropriação” concreta ou simbólica, segundo defende Raffestin, citado por Rogério Haesbaert, no seu artigo “O espaço importa: dilemas da construção identitário-territorial na contemporaneidade”.⁴

A cidade, enquanto moderno e complexo espaço de convívio, deve ser objeto de estudo e de intervenção não apenas de arquitetos, urbanistas e engenheiros, mas igualmente de sociólogos, economistas, juristas, etc., enfim, de todos os cidadãos; é um espaço de exercício de cidadania.

³ Harvey, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

⁴ In *Estudos de Identidade: entre saberes e práticas*, ver nota 2.

Ela, a cidade, não pode, não deve, continuar a ser transformada em selva de betão, num permanente processo de desconstrução.

A cidade é potente íman; possui um magnetismo especial que nos atrai a ela, mas simultaneamente nos repele. Torna-nos em frenéticas e indistintas amálgamas humanas, com dinâmicas sociais próprias, mas sobretudo (o que é pior!), a cidade é simultaneamente lugar e não lugar, autêntico poço de tensão social, que nos transforma em pessoas egocêntricas, individualistas e indiferentes ao outro, que mesmo estando ao nosso lado, torna-se invisível aos nossos olhos. E ainda assim dela, a cidade, continuamos reféns.

É caso para dizer, como escrevera Camões, que a nossa vida na cidade “é um solitário andar entre a gente” e “é querer estar preso por vontade”⁵.

Chegados aqui, importa inflitirmos um pouco a nossa abordagem, para trazermos à liça a problemática das dinâmicas que se desenvolvem no centro e na periferia da cidade.

Para tanto, convocamos o pensamento de Shils⁶, que nós já havíamos tomado de empréstimo num outro texto que escrevemos sobre o mesmo tema: *centro e periferia*. Assim, segundo Shils, “a sociedade possui um centro. Existe uma zona central na estrutura da sociedade. Esta zona central invade de várias maneiras a existência das pessoas que vivem no interior do domínio ecológico em que a sociedade existe.” E continua, dizendo que “o centro é também um fenómeno que pertence à esfera da ação. É uma estrutura de atividades, de funções e pessoas, dentro da rede de instituições.”

E no nosso texto, a que vimos fazendo referência, afirmávamos que “essa discussão deve, por via disso mesmo, deslocar-se do simples plano das ideias e das práticas subjetivas para o plano das práticas objetivas, embora sempre mantendo a sua validade no plano simbólico”.

“Assim sendo, o centro assume-se como tal, desde que assuma a luta de contrários; deve ter consciência que ele só é centro em razão da periferia ou seja, porque existe a periferia. Pois se, por hipótese, essa última deixa de existir, o próprio centro deixa de o ser como tal”.

“A verdade é que a existência de um é determinada pelo seu contrário; um não existe sem o outro...” “... é que o centro pretende manter-se sempre centro à custa da existência da periferia, como é óbvio.”⁷

⁵ Camões, Luís Vaz de. “Amor”, *Sonetos*.

⁶ Shils, Edward. *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel, 1992, p. 532.

⁷ Extratos retirados de um texto do autor desta comunicação.

Depois, o mesmo Shils assevera que o centro ou “a zona central não é em si um fenómeno localizado no espaço. Possui quase sempre uma localização mais ou menos definida no interior do território delimitado em que a sociedade vive”, já que “a sua centralidade nada tem a ver com a geometria e pouco tem a ver com a geografia”.

O centro não deve, não pode manter-se indiferente “à periferia, porque a sua estabilidade depende da própria estabilidade da periferia; é assim em todos os campos da vida real, seja em que ponto do globo for e em qualquer circunstância. De outro modo, o próprio centro cria os germes da sua autodestruição, erigindo impercetível, silenciosa mas segura e paradoxalmente uma espécie de memorial à sua própria morte anunciada. Uma espécie de autofagocitose, não restando, obviamente, centro algum para produzir um discurso *in memoriam*.”⁸

Posto isto, diremos que a cidade e o seu traço cultural mais visível, a rua, agora na relação dialógica entre centro e periferia, constitui-se, na grande maioria dos casos, em verdadeiro personagem da vida real e também da vida ficcional.

Não temos dúvidas que a cidade, por aquilo que se disse e também por tudo aquilo que se possa imaginar, é hoje um discurso; um discurso instável, resultante da permanente e plurissignificativa mobilidade intrínseca à própria cidade, que deve ser lido com atenção.

A representação simbólica da cidade, ou do centro e da periferia, na literatura é, por conseguinte, recorrente, e preenche o imaginário de muitos escritores, poetas e outros fazedores de cultura.

Deste modo, o centro e a periferia não devem ser vistos apenas como realidades materiais, concretas, físicas, tangíveis. Eles são também (e assim devem ser entendidos!) realidades intangíveis, ficção e, portanto, são também uma construção do nosso imaginário coletivo e/ou individual.

Dessa constatação decorre a complexidade do centro e da periferia e das abordagens que se queiram fazer, quaisquer que elas sejam.

Tanto num caso, quanto no outro (cidade física ou cidade imaginária), há uma tensão permanente, que subjaz a todo o complexo de relações entre o “eu” e o “outro”, mesmo quando o “outro” sou “eu”. Mas a cidade, para além de ser um espaço, é também um tempo, quase sempre futuro ou futurista.

Posto que a cidade é, como afirmamos antes, um personagem e um discurso, construídos no tempo, facilmente se concluirá que ela tem espaço privilegiado na literatura.

⁸ Idem

A cidade, de modo direto ou indireto, de forma ficcionada, aparece nos romances, novelas, poemas e outros textos do espaço que fala português, ao longo de várias gerações de autores.

Os bons textos da ficção e da poética angolana sustentam bem as asserções que vimos fazendo até agora.

E para não sermos fastidiosos na enumeração dos títulos e autores, pois correríamos o risco de sermos longos em demasia, bastará referenciar uns quantos, que nos podem servir de paradigma, sendo certo que muitos outros títulos e autores com igual mérito ficarão por referir.

Desde textos em prosa ou de ficção como *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*, de Luandino Vieira, *Mestre Tamoda e Outros Contos*, *Os Discursos de Mestre Tamoda*, ambos de Uanhenga Xitu, *Mãe Materno Mar*, de Boaventura Cardoso, *Quem Me Dera Ser Onda*, de Manuel Rui, *A Dívida da Peixeira*, de Jacinto de Lemos, *O Ano do Cão*, de Roderick Nehone, *A Saúde do Morto*, *Os Clandestinos no Paraíso*, de Luís Fernando, *O Cão e os Calus*, de Pepetela, de entre outros, todos tratam do tema aliciante da cidade e sua *entourage*, e dos conflitos resultantes da sua interação.

Guardadas as necessárias diferenças entre um e outro género literário, a verdade é que o que ocorre na ficção angolana ocorre outrossim na poesia.

Bastará, para tal, referir alguns livros onde o centro e a periferia são retratados estética e estilisticamente de modo magistralmente conseguido.

Estamos a lembrar-nos de *Sagrada Esperança*, de Agostinho Neto, de *Meu Amor da Rua Onze*, de Aires de Almeida Santos, *Festa de Monarquia*, de João Maimona, *O lugar do Nome*, de Cristóvão Neto, enfim.

Quase a terminar, somos tentados a perguntar, na esteira de Maurice Blanchot⁹: “E os artistas que se exilam na ilusão das imagens, não têm por tarefa idealizar os seres, elevá-los à sua semelhança desencarnada?”

Chegados ao fim, nada mais nos resta senão agradecermos a atenção dispensada e modestamente sugerirmos que continuemos a alimentar o sonho e o nosso imaginário com ideias e ações, porque elas movem o mundo.

BEM HAJAM!

⁹ Blanchot, Maurice. *Espaço Literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011, p. 304.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Lílana Cabral; LOPES, Luiz Paulo da Moita. *Estudos de Identidade: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Caramond, 2011, p. 396.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p. 400.

BLANCHOT, Maurice. *Espaço Literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011, p. 304.

GOMES, Renato Cordeiro (...). *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008, p. 208.

NKASHAMA, Pius Ngandu. *Ruptures et Écritures de Violence*. Paris: L'Harmattan, 1997, p. 392.

SHILS, Edward. *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel, 1992, p. 532.



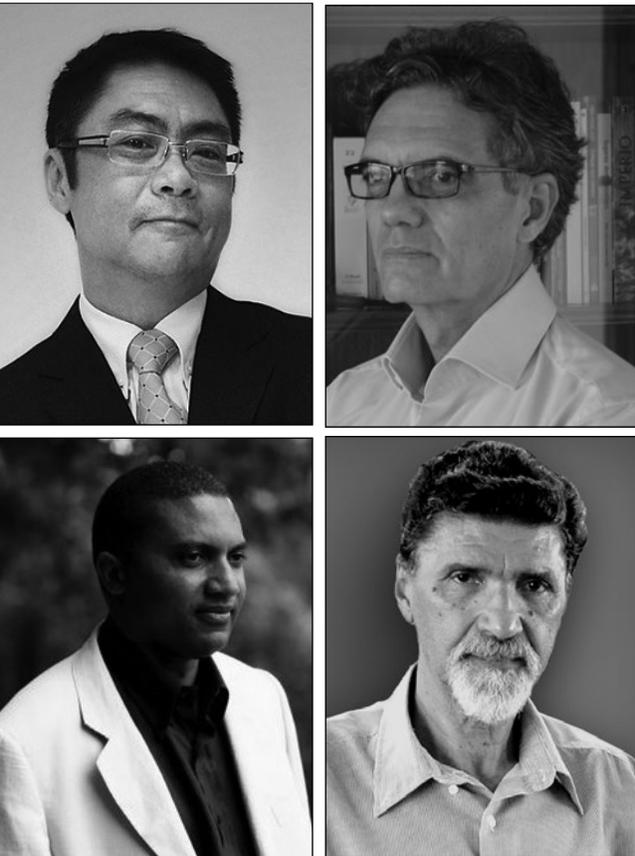
2º CAPÍTULO AS MIGRAÇÕES E AS CIDADES

1. MIGUEL SENNA FERNANDES | **Migração e identidade: experiência de uma comunidade em Macau**
2. MARCO GUIMARÃES | **As viagens do Saci Pererê**
3. JOSÉ LUIZ TAVARES | **Erguer(-se) pela palavra – Uma fenomenologia da criação poética**
4. JOÃO LOPES FILHO | **Influências da emigração na cidade / sociedade cabo-verdiana**



MIGRAÇÃO E IDENTIDADE: experiência de uma comunidade em Macau

MIGUEL SENNA FERNANDES



V ENCONTRO DE ESCRITORES
DE LÍNGUA PORTUGUESA

**Conferencistas do 2º tema,
AS MIGRAÇÕES E AS CIDADES**

EM CIMA:

*Da esquerda para a direita,
Miguel Senna Fernandes e Marco Guimarães*

EM BAIXO::

*Da esquerda para a direita,
José Luiz Tavares e João Lopes Filho*

Dados da questão

O fenómeno migratório é tão antigo como a própria civilização humana e pode-se dizer que esta não teria alcançado o sucesso se o homem nunca tivesse que sair do seu lugar. Sejam quais forem as razões que levaram os povos a deslocar-se, o fluxo das massas de um local para outro traz a alteração das condições de vida, quer para os migrantes, quer para os seus acolhedores. Tipicamente, aqueles levam consigo a sua cultura, as suas práticas sociais, a sua língua e tradições e procuram reproduzi-las no país de acolhimento. Este procura absorvê-los, fazendo-os seus, na medida em que estes aceitam as regras que presidem à sociedade do país receptor.

É certo que ao longo dos séculos as migrações tiveram nuances várias que as afastam desse paradigma. Sem embargo, em todas elas, as populações migrantes acabavam de um modo ou outro por se assimilar às locais e, com o tempo, por fazer parte desse tecido humano. É regra ser o migrante a parte mais fraca no confronto com o país de acolhimento. Precisa deste como meio de sobrevivência. Este mantém o domínio, tem capacidade de acomodação de todas as etnias e culturas no seu solo e na sua estrutura social. Disto não tem dúvidas quem olha para os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália, o Brasil.

Mas o mundo mudou. Ele tornou-se muito mais acessível a todos, graças à aproximação dos povos por via da tecnologia. A globalização transformou-se num

jargão banalizado, pela qual assistimos a manifestações e práticas culturais díspares, num mesmo local, quando décadas atrás tal teria sido impensável. Bebe-se a Coca-Cola e come-se o McDonalds desde a Mongólia à Terra do Fogo; come-se sushi no Peru e em Moçambique. Dança-se kizomba em Hong Kong. Rega-se caipirinha nas noites quentes das Filipinas e bossa nova canta-se em Pequim e, quiçá, também no deserto de Góbi. Perguntar a um tailandês se sabe de Portugal, ele responderá que gosta de Ronaldo! A internet e todo um mundo técnico mexem com a vida das pessoas, com as finanças de um país. A riqueza e a pobreza acontecem de um dia para o outro. Ela impõe-se no poder decisório de uma nação e influi nas suas opções. A velocidade de processamento dos dados é vertiginosa. Uma pessoa acorda no Alasca e está a assistir ao vivo a um sequestro, na sua cama e através do seu smartphone. Immediatismo é a palavra desta Nova Ordem.

Não estamos ainda no Mundo admirável de Huxley. Mas, seguramente, num mundo onde a informação é tão abundante como o mar dos oceanos e tão imediata como o piscar de olhos.

É neste contexto que se situa uma das migrações dos tempos modernos, de que irei falar, em que nem sempre o migrante é a tal parte fraca que mencionava há pouco. Com o “boom” económico ocorrido em certos países, tradicionalmente reputados de “potencialmente em ascensão”, como a China, por exemplo, eles migram, não porque precisam de o fazer, mas porque querem e têm dinheiro para o efeito.

Não sou especialista na matéria, não sou sociólogo, nem estudioso desses fenómenos. Limitar-me-ei a tecer algumas considerações pessoais, com base numa observação tanto quanto possível atenta sobre o que se passa no burgo em que nasci, cresci e me fiz homem.

A questão de fundo é tão só a seguinte: o que acontece às populações locais e à sua cultura, diante de migrantes de maior poder económico ou de influência sobre a economia que lhes permitem moldar as condições de vida à sua maneira?

Macau, cidade de passagem migratória

Quem tenha ouvido falar de Macau provavelmente a ligará ao mundo do Jogo. Nem sempre foi assim. Por trás do “glamour” do néon desta cidade milionária, esconde-se o que há de mais genuíno seu.

Macau foi sempre uma cidade essencialmente pequena. Quando eu estava na escola primária, falava-se em 16 km². Isso já incluindo os aterros efectuados décadas atrás. Era-me frequente olhar para o mapa das antigas províncias ultramarinas, e aí se encontravam Angola, Moçambique, Guiné e as restantes antigas possessões

portuguesas, cada uma com o formato dos respectivos territórios. Quanto a Macau, apenas se enxergavam as letras que compunham o seu nome.

Não obstante a sua exiguidade, Macau teve a sua importância geoestratégica na política de expansão portuguesa nos meados do milénio anterior. A grande China tornou-se acessível por mar, depois dos estabelecimentos na Índia e sobretudo após a conquista de Malaca. E tal como acontece nos dias de hoje, o comércio com o Império do Meio tornou-se façanha prioritária.

O estabelecimento da Cidade do Santo Nome de Macau desde 1557 como estratégico entreposto comercial, na rota para Cantão, fez com que de mera vila piscatória ela se transformasse gradualmente num importante centro de trocas comerciais e rapidamente num ponto de confluência de gentes de origens diversas, não chinesas. Se Macau não foi a única porta da missionação do padroado português do Oriente, foi seguramente a mais importante. Não foi por acaso que aí se erigiu o Colégio de S. Paulo, cujas ruínas constituem hoje o marco mais emblemático da nossa cidade.

Sob uma administração híbrida com chineses até meados do século XIX, e exclusivamente portuguesa até 1999, Macau conheceu povos que se estabeleceram e se sedimentaram no seu tecido demográfico ao longo dos séculos, permitindo assim a formação de uma comunidade miscigenada, com uma cultura e um crioulo próprios. Nós, “Macaenses” ou “Macaístas”, como nos designamos, devemos a nossa origem e identidade a esta condição de mestiçagem de que muito nos orgulhamos.

Por pura graça divina ou não, mesmo no declínio da sua importância, com o estabelecimento de Hong Kong em meados do século XIX e fustigada pelas duas Guerras Mundiais, com a consequente entrada e saída de gentes, Macau conseguiu manter as suas características básicas: uma cidade de estilo mediterrânico, de brandos costumes, de tolerância cultural, religiosa e social. Uma cidade diferente.

Portugal saiu de Macau em 20 de Dezembro de 1999 e a comunidade portuguesa diminuiu. Mas o retorno à soberania chinesa viu uma cidade e as suas gentes prontas para novos desafios.

Macau, cidade renovada de Jogo

A nova era de Macau inaugura-se com a liberalização da indústria de jogo, pondo termo a décadas de regime de monopólio.

A população aplaudiu essa abertura. Muito dinheiro iria engrossar o erário público. Imaginava-se a qualidade de vida a aumentar e que todo e qualquer cidadão residente estaria numa espécie de Éden, onde haveria casa, bem-estar e paz para todos, onde a fortuna seria um lugar-comum.

Sem frustrar as expectativas, o Jogo trouxe muito dinheiro. Tanto, que da boca brejeira do povo até se ouvia dizer que “se antes não se sabia como arranjar mais dinheiro, agora não se sabe como gastá-lo!”. E a combinar com a pujança explosiva da economia chinesa e a liberalização da saída de residentes do Continente, em curto espaço de tempo, Macau destronou Las Vegas, arrebatando-lhe o estatuto que tradicionalmente lhe era inerente, a de Meca do mundo do “gambling”.

Contudo, a fortuna prega também as suas partidas. É que o Jogo trouxe também pessoas de diversa origem. Desta vez em grande massa, que a cidade e o seu modo tradicional de estar não puderam digerir em tão curto espaço de tempo. São chineses do Continente, chineses de Hong Kong, americanos, australianos e tantos outros que, movidos pela expectativa de lucros avultados, se instalaram como satélites da indústria. O Jogo, que devia trazer meios financeiros para a diversificação da economia, fortalecendo uma classe média incipiente, veio na prática criar mais dependência dele. Qual remoinho sugava tudo à sua volta.

De facto, é inegável a dinâmica criada: quanto mais pessoas for possível atrair, mais dinheiro se produzirá, o que por sua vez seduzirá ainda mais gente. Todos os dias, como hordas vêm os turistas, na sua grande maioria do Continente, que enchem os hotéis, os autocarros, táxis e ruas. Nos pontos-chave da cidade dominam pessoas com sacos de compras, mochilas às costas, máquinas fotográficas ao pescoço. A abundância de gente atraiu projectos de negócio, e assim se foram fechando, um a um, estabelecimentos comerciais tradicionais para serem substituídos por marcas de renome internacional, como tem acontecido nos pontos mais emblemáticos da cidade. Modernismo, dizem, mas com o amargo preço de descaracterização da cidade.

A nova realidade do Jogo foi um autêntico “culture shock” para o qual nem todos estavam preparados. Novas práticas sociais se impuseram, assim como visões de riqueza fácil, novo-riquismo, novos estilos de vida que o puro materialismo pode proporcionar. Enfim, a emergência de um novo protótipo do homem bem sucedido. São outros os modos de ver o mundo, os valores e a vida.

A clivagem entre as camadas sociais acentuou-se.

Chega-se a um ponto em que nos interrogamos: que é da nossa terra? E, mais dramaticamente, quem somos nós?

As comunidades locais: pugnar pela diferença na defesa da sua identidade

No que tange à comunidade portuguesa macaense e radicada, após a transferência de soberania de Macau para a República Popular da China, ela tem beneficiado do espaço sociocultural que lhe foi destinado pela lei constitucional que regula a Região, culminando com a política externa chinesa de aproximação aos países de

língua portuguesa. Aparentemente, nada teríamos que temer e devíamos ficar felizes. Todavia, tudo isso seria letra morta se a sociedade civil não correspondesse ao que por lei ou por decisão política lhe foi dado. A tarefa tem sido árdua, num hercúleo esforço de manter em pé uma cultura num local em que 96 por cento da população não se revê nela. Todos os anos realizam-se espectáculos de palco em Patuá, o velho crioulo português de Macau. Todos os anos há um arraial de S. João e há Festival da Lusofonia. As organizações de matriz portuguesa nunca foram tão activas durante a Administração Portuguesa.

Mas o que move esta comunidade em águas nada fáceis de flutuar? Apenas tenho uma resposta: é a Identidade que, no contexto de Macau, também se formula pela diferença. Não se trata de uma postura racista, segregacionista, mas tão só uma atitude de afirmação de algo próprio da comunidade que a aparta das restantes.

A Literatura, instrumento de sublimação da diferença

E, neste campo, a Literatura tem uma palavra a dizer.

Sou apenas um aprendiz nesta arte de retratar o homem e de compreender o mundo pela escrita, mas não tenho dúvidas de que aqui a Literatura assume um papel crucial.

Enquanto expressão da sensibilidade artística de um povo, de uma cultura ou de uma ideia através da escrita, ela diz-nos do norte a seguir neste contexto de mutações causadas pelas migrações, com o condão de nos segurar à percepção de pertença, aos nossos códigos identitários, por mais extremas forem essas modificações. A Literatura pressupõe um espaço cultural de referência, com o qual se identifica e do qual extrai as suas características próprias. Através da escrita regista-se o tempo, com referências espaciais indeléveis, independentemente do tempo e do espaço que tematicamente nela se revêm. No dia em que tudo de físico perecer com a mudança dos tempos e das gentes, ficarão os registos de uma memória construída e alicerçada em textos onde constam testemunhos desse espaço desvanecido.

Em Macau, a Literatura em língua portuguesa não é abundante, mas ela existe. A exiguidade da comunidade portuguesa e a conseqüente falta de projecção em mercados mais vastos desincentivam qualquer aventura nesta área. Não obstante, para a nossa satisfação, há quem rume em contramão, numa obstinação sem tréguas em fazer arte pela letra.

Autores como Henrique de Senna Fernandes, Deolinda de Conceição, Rodrigo Leal de Carvalho, José dos Santos Ferreira, Estima de Oliveira, Cecília Jorge, Carlos Morais José, António Conceição Júnior, Yao Zemin, Carlos Marreiros, Fernando Sales Lopes, Fernanda Dias e tantos outros, quer em prosa, quer em poesia, cada um



na sua arte, no seu modo peculiar de contar o sentir sobre várias facetas de Macau, demonstram essa atitude de resiliência, a qual não é mais do que a necessidade de afirmação de um espaço legado pela História de que nenhum está disposto a abdicar.

Será que a Comunidade sobrevive sem a sua Literatura? É claro que sim, tal como permaneceria sem o seu teatro, sem as suas outras manifestações artísticas. Mas, seguramente, seria mais vã e empobrecida de âmago, mais à mercê da erosão e dos ventos de mudança. No contexto de Macau, na perspectiva da Comunidade de matriz portuguesa, a Literatura confere-lhe o sentido e substância da diferença. É por essa diferença que vale a pena pugnarmos pela nossa existência.

Notas finais

Para terminar, fique claro que não faço apologia da xenofobia. Macau, de braços abertos, foi sempre o último reduto para muitos que a tomaram gratuitamente.

Mas, é preciso que a nossa generosidade em receber se não confunda com a demissão dos nossos valores. E quando me refiro à língua portuguesa não me refiro a cantar Portugal, mas tão só ao facto de essa língua continuar a garantir-nos mais consistência na nossa afirmação da diferença.

Há quem diga que, sendo nós tão poucos em Macau, quão quixotesco seria remarmos contra a maré. A isso apenas responderia que, se nada fizermos, nunca saberemos se a maré nos levará, afinal, a melhor porto.

AS VIAGENS DO SACI PERERÊ

MARCO GUIMARÃES

Em uma aldeia da Somália. Ele estava sentado, apoiado em uma das estacas que seguravam a pequena choupana coberta de palha e que ainda lhe servia de abrigo. Ao seu lado, um pequeno vasilhame com leite já acidificado naturalmente. Há um dia e meio não conseguia forças para erguer a pequena moringa de barro e servir-se da água que sua mãe ali deixara.

Não havia variações em sua fisionomia; era sempre a mesma: a de alguém prostrado, o olhar perdido nas planícies que circundavam sua pequena e deserta aldeia. Vez por outra, os escassos ventos da região assumiam-se como redemoinhos, semelhantes a minúsculos e inofensivos ciclones, e exibiam-se, diante dos seus olhos, como funis de poeira que se deslocavam, em curtos trajetos zigzagueantes, até se desfazerem e desaparecerem no ar. Ele acompanhava com atenção a breve existência desses pés de vento; era a única coisa que quebrava a monotonia de suas sonolentas e mórbidas tardes e, também, sua única diversão. Não fosse uma criança de oito anos, e sim um adulto, quem sabe pudesse relacionar a transitoriedade desses eventos à passageira existência dos que já nasciam condenados, como ele, a desaparecer, sem deixar qualquer vestígio de sua vida. Seria em breve mais um corpo enterrado sob as areias do deserto, sem velório e sem a compaixão de quem quer que fosse.

Pouco a pouco, pesadas nuvens escuras cobriram os céus e trouxeram consigo

uma escuridão extemporânea, apenas interrompida pelas luzes dos breves relâmpagos que iluminavam a poeira levantada pelo vento, criando efeitos de sombras cujos contornos eram facilmente notados. Súbito, um relampejar mais forte que os precedentes, acompanhado de um estrondoso trovão e de uma intensa claridade, alumiou um redemoinho que ganhou maior envergadura e deslocou-se em sua direção.

Quando a afunilada nuvem de poeira chegou diante dele, desfez-se e deixou em seu lugar um menino negro de uma só perna, com um cachimbo na boca expelindo uma branca e densa fumaça. A cobrir-lhe parte da cabeça, um gorro vermelho, única vestimenta que levava sobre o seu desnudo corpo. Então, do nada, o visitante começou a falar. — Ora ora, veja onde esses ventos me trouxeram. Como e com quem fazer travessuras aqui? Apenas uma alma que parece estar mais morta do que viva.

Já se preparava para solicitar o seu transporte de volta, quando resolveu evocar os seus poderes para reanimar aquele menino que tinha diante de si. Não queria perder a viagem; afinal, já fazia um tempo que não assustava alguém com as suas travessuras. Começou então a rodopiar e gargalhar diante do menino, àquela altura plenamente restabelecido pelos seus poderes.

— Não está assustado com a minha aparência e com as minhas gargalhadas, menino?

— E por que estaria? Há alguns segundos, suponho que minha aparência fosse mais assustadora do que a sua.

— Bem, nada me assusta, mas confesso que a opacidade que assenhora do globo ocular daqueles que já se foram e que parecia querer tomar conta de seus olhos me deixou impressionado. Fosse em um adulto, vá lá. É que eu, também, apesar de subverter a ordem natural das coisas, não me conformo em ver uma criança morrendo, sabe? Criança não pode, ou, pelo menos, não deveria morrer.

— E você, quem é?

— Bem, tive vários nascimentos. Inicialmente nasci da boca das tribos indígenas do sul do Brasil. Me chamavam Curumim endiabrado e, de tanto que aprontei, famoso fiquei. Passei a ser parte da mitologia brasileira, sabe? Era moreno, tinha as duas pernas e um pequeno rabo. Estava lá para afugentar os que ousavam se intrometer na mata e invadir o santuário indígena.

— Duas pernas? Mas agora só vejo uma.

— A explicação é um pouco longa. Como disse, as minhas diabruras ficaram famosas e acabaram chegando aos ouvidos dos negros africanos que, durante o período da escravidão, foram para o Brasil e acabaram tomando para si a minha estória. Depois de uma rapidíssima reconfiguração, eis que a boca desses africanos que lá estavam me expele com um outro nome, o de Saci Pererê. Eu gostava mais quando

me chamavam de Curumim endiabrado, mas a influência africana foi mais forte e o novo nome acabou pegando. Me puseram, então, lutando capoeira, uma luta dançada que dá pernadas para tudo quanto é lado e que nasceu com os africanos no Brasil. É, pois é; foi em uma dessas lutas que perdi minha perna.

— E esse chapéu na cabeça?

— Epa, epa, pera lá! Não é um chapéu, não, é um gorro, resultado de um outro nascimento meu, agora, parido pela mitologia europeia, introduzida no Brasil pelos colonizadores. Ah, esses colonizadores, sempre eles. Acho que essa minha terceira mãe, a mitologia europeia, vendo que eu estava completamente nu, resolveu colocar esse gorro vermelho na minha cabeça. Como se isso equacionasse o problema da nudez. Na verdade, na verdade, eu sou fruto de palavra falada que, em um primeiro momento, como já te disse, saiu da boca de índios e de escravos e, depois, nas mãos de uns tantos, acabou ganhando o privilégio de se perpetuar, como palavra escrita, em alguns livros.

— E você está satisfeito com toda essa mudança?

— Bem, ter duas pernas é sempre melhor do que uma, você não acha? E, depois, esse maldito gorro vermelho, convenhamos, não é? Quanto ao cachimbo, nada a opor, seria muito difícil me livrar agora desse vício secular. De qualquer modo, ainda tenho saudades das minhas duas pernas. É só o que queria; podem até me deixar com o gorro, mas pelo amor de Tupã, me devolvam a outra perna, ou quando menos, me ponham uma prótese. É cansativo pular por aí com uma perna só. Mas...

— Mas?

— Existe uma outra coisa, sabe. Uma coisa diante da qual preciso deixar de ser o moleque travesso para falar como gente grande. Não sei se vai compreender, mas vou falar assim mesmo. Bem, como eu ia dizendo, me tiraram do espaço indígena, e me levaram, em um primeiro momento, a conviver com a herança da cultura africana. Passei, a partir de então, a pertencer a dois mundos, compreende?

— Então, os escravos que foram para o Brasil mudaram tudo, pegaram a sua estória e a modificaram através de suas falas. Que poder tinha essa palavra falada, hem?

— Tinha; no entanto, perdeu muita força. É bem verdade que alguns pais têm o hábito de ler estórias para os seus filhos, mas é diferente. Os velhos contadores de estórias eram verdadeiros escritores sem caneta, escreviam com as suas vozes. As suas estórias inventadas conduziam os seus ouvintes a um mundo de fantasias que até hoje devem trazer recordações aos que as ouviram. A linguagem deles era mágica e, embora fosse imaginada, representava uma realidade, a realidade que cada um criava para si mesmo. Suas palavras eram encantadas e se convertiam em imagens muito

claras: fogo, tempestade, ventanias, árvores que voavam, chuvas, bruxas, fadas, tudo aparecia nitidamente como em um filme. Aquelas pessoas, àquela época, não liam com os olhos, mas com os ouvidos. Os sons emitidos por aqueles contadores se transfiguravam em palavras e elas desfilavam diante de todos, dizendo a que tinham vindo, ora os alegrando, ora lhes causando sobressaltos e quase sempre os surpreendendo. Ah! que magia...

Pensando bem, o que aconteceu comigo, quando passei a pertencer a muitas culturas, também estava acontecendo, de certo modo, com aqueles que me criaram: os contadores de histórias. Ao criarem e contarem suas histórias, eles precisavam negociar com as novas culturas para não perderem totalmente as suas próprias identidades.

Na verdade, isso acontece com todos aqueles que vivem uma situação de desvalorização cultural, seja os que têm suas casas invadidas, seja os que são obrigados a sair de suas casas, migrando para outras terras ou sendo levados à força como foram os africanos escravizados: normalmente, adotam a estratégia de absorver a cultura dos países para onde migraram e...

— Desculpe-me te interromper, mas imagino que você esteja falando que esses contadores de histórias que participaram da sua criação foram para cidades ditas colonizadoras, não é mesmo?

— Sim, em um primeiro momento, assimilaram a cultura dessas cidades para, depois, então, expressarem os seus discursos, reconstruindo as suas identidades.

— Bem, de certo modo, os africanos escravos, contadores de histórias, lá no Brasil, eram, como você acabou de dizer, escritores que escreviam com suas vozes, não é mesmo? Isso quer dizer, então, que foram levados, como colonizados, para uma terra, que, por sua vez, estava sendo colonizada...

— Eles eram escravos, trabalhavam duro e não tinham salários, mas não deixavam de ser colonizados. Eram integrantes compulsórios de uma migração comandada por aqueles que precisavam de mão de obra gratuita. Eu sou parte das contribuições que deram à cultura brasileira. Tudo bem, só não precisavam me fazer perder a perna naquela luta de capoeira. Já que falamos tanto em migração, que tal se, para quebrar essa monotonia, migrássemos agora para algumas cidades, hem? Ah, não, espere, primeiro preciso saber mais de você. Oh, ia-me esquecendo. Não, não carece que você me conte coisa alguma, sei tudo a seu respeito.

— Sabe?

— Sei sim... Nasceu como Ahmed, nesse deserto, não é mesmo? Dos nove

filhos que sua mãe teve, você foi o último a nascer. Quatro deles morreram com um ano de idade. Os que conseguiram ludibriar a morte se foram há três dias, com a sua mãe e com os poucos sobreviventes de seu vilarejo, na esperança de encontrar alimento. Pode ser que, assim, ganhem mais alguns anos de vida. Em sua aldeia restou apenas você — que não pôde ser carregado por sua mãe, dado seu moribundo estado, e o seu cachorro, que se recusou a deixá-lo só, entregue à sua própria sorte.

— É, sou nascido nesse deserto, como você disse, terra em que se plantando nada dá.

— Mas não precisamos ficar aqui. Já já, como falei, vamos migrar temporariamente para algumas cidades. Poderíamos ir aos campos de refugiados, espalhados por aí. Você reescreveria a minha estória e a contaria para os milhares de crianças nascidas no exílio.

— Euuuu? Reescrever a tua estória? Você ficou louco?

— Se o que o preocupa é uma mesa. Aí tens uma. Falta-nos um computador e uma impressora. Pronto. E não me diga que o idioma seria empecilho. Você será capaz de escrever em qualquer um.

— Mas...

— Não tem mas, não senhor. Ah, antes que eu esqueça, você estará vestido conforme os costumes locais. Terá a liberdade de me criar como quiser. E uma outra coisa, só você poderá me ver. Podemos começar pelo campo de refugiados de Dadaab, no Quênia, onde estão seus conterrâneos. Depois, vamos para Zaatari, no norte da Jordânia e, dali, seguimos para o Rio de Janeiro, no Brasil. Lá visitaremos os orfanatos.

— E como você pretende ir a todos esses lugares? Poderia me dizer?

— Da mesma forma que cheguei aqui, carregado pelo vento, dentro de um redemoinho. Agora, tomarei cuidado para que nos levem para o destino certo. Pedirei a Zéfiro que o faça.

— Zéfiro?

— Isso mesmo, Zéfiro, o vento benfazejo que anuncia a primavera.

Embora a linguagem do Saci Pererê tivesse a mesma sonoridade que a linguagem dos homens, ela só foi ouvida por Ahmed; seu cão, fiel e único companheiro, apesar da audição privilegiada, não conseguiu perceber sequer o mais leve ruído, talvez porque as palavras emitidas pelos sacis não caminham pelo ar até os ouvidos dos humanos e dos animais; talvez elas cheguem direto apenas para o pensamento dos seus escolhidos e lá se verbalizem.

Já se preparavam para a viagem que fariam quando, subitamente, um novo

redemoinho, que se diferenciava dos demais pelas folhagens das árvores que o revestiam, apareceu, deixando, na frente dos dois, um adolescente de cor moreno avermelhada, de compleição forte.

Ahmed olhou para o Saci Pererê e, se não fosse interrompido pelo intruso, teria dito: quem é esse louco que aterrissa nestas plagas, raspadas sem piedade até o osso, pela natureza.

— Saci Pererê, finalmente o encontro, disse o novo visitante.

— Você por aqui? Pensei que tivesse desaparecido para sempre.

— Depois que você assumiu a minha identidade desapareci, perdi o meu espaço, me senti deslocado, um exilado dentro de meu próprio país, você pode entender o que é isso? As bocas que contavam as minhas travessuras foram fechadas e aqueles que tornavam as palavras faladas em palavras escritas, e que poderiam levar adiante a minha estória, se esqueceram de mim

— Mas por onde andou todo esse tempo?

— Vagando por aí com uma forte depressão; a exaltação, que animava a minha alma e me levava a fazer diabruras, me deixou. E o resultado, você quer saber qual foi o resultado? Pois lhe digo agora mesmo. Invadiram as minhas florestas, levaram doenças que dizimaram os que me criaram, cortaram as nossas árvores. E o que é pior, autorizados pela podridão que tomou conta dos responsáveis pela (des)governança do nosso país.

— Você quer dizer, congressistas, juízes, ministros e presidentes? perguntou Ahmed, que até então não se manifestara.

— É isso mesmo que ele quer dizer, Ahmed. E como você me achou? perguntou o Saci Pererê.

— Eu ouvi você dizendo para o garoto aí que se pudesse teria de novo a perna que lhe arrancaram e vi uma chance de, pelo menos, poder resgatar parte de minha identidade.

— Não perca seu tempo, meu amigo, eu manifestei sim esse interesse, mas, pensando bem, quero ficar como estou. Afinal, não posso querer alterar uma coisa que já está consagrada pela literatura. O negócio não pegaria, me entende? Rei morto, rei posto. Lamento.

Com visível decepção estampada em seu rosto, o visitante evoca seu o redemoinho e desaparece, tão misteriosamente como apareceu.

As nuvens escuras que cobriam o céu e que haviam posto a noite dentro do dia fragmentaram-se em longos e afilados pedaços de cor branca, que passaram a espelhar a esmaecida e vermelha cor do sol, àquela altura já poente. Não tardou muito para que um ruborizado crepúsculo se assenhорasse da situação;

naquele momento, já não havia vestígios da luz solar que banhara o dia com amarelo-ouro, interrompida tão sómente pela breve presença das escuras nuvens, e tampouco sinais da existência do Ahmed e de seu cão. E muito menos do Saci Pererê. No chão, ainda quente pelo calor que fizera durante o dia, apenas algumas folhas verdes, elementos intrusos naquele inóspito lugar.

— Acorde Manuel, vamos, acorde menino, você vai se atrasar.

— Desculpe-me, mamãe, ainda não me acostumei com a diferença de horário. Lá no Brasil ainda são 2 da manhã, e, depois, deitei-me tarde, não conseguia encontrar o meu livro, tenho que levá-lo comigo. Prometi contar uma estória para alguns colegas de turma e queria mostrar-lhes as ilustrações.

— E você já sabe que estória irá contar

— Até ontem à noite eu não sabia, mas agora já me decidi, disse ele com um sorriso que expressava a segurança do náufrago que encontra terra firme.

ERGUER(-SE) PELA PALAVRA Uma fenomenologia da criação poética

JOSÉ LUIZ TAVARES

Este título é, necessariamente, enganador. Porquanto aqui se vai tratar antes duma derrocada. Que pouco sei das grandes ou pequenas edificações. Não há angústia, mas simples inquietação, ou o medo que é preciso desentranhar para que de nós se apoderem as forças da invenção. Se se conseguir aguentar o mortal embate com a alucinação que são todas as formas de realidade. E crer ou descrever das formas da realidade são começos possíveis, porque suspiramos pelos estremecimentos primordiais, quer se trate da grande evidência ou das alucinações básicas. Mas, por vezes, há mais veemência no estertor e na queda do que nos próprios nascimentos. Outra via seria o silêncio como concentração vital, apurada força de que desconhecemos os limites, porque viva, convulsa, selvagem.

A poesia é, pois, o momento selvagem da linguagem. Poderia dizer instância. Mas digo momento, porquanto instância remete para algo demasiado cristalizado, exteriorizado e ditatorial, enquanto o momento é o ideal possível que lutamos por conquistar. Luta, pois. Combate. Ágon. Num corpo a corpo com a língua, tentando subtraí-la ao seu uso burocrático, normalizado ou fetichizado.

Mas não entendo o poema como dobra, pressupondo algo de escondido a exteriorizar através duma tecnicidade hermenêutica, ou simplesmente duma revelação senciente. Prefiro-o antes reverberação, estratos ou camadas, não os estratos formais teorizados por Ingarden, sequer os estratos de significação (já alguém dizia

que o sentido é o lobo do poema), mas camadas de matéria (pura e impura), espécie dessa radiação cósmica de fundo de que fala a física cosmológica.

«Heterotopia extrema», distante do compromisso humanista, mas ainda longe da subversão total, do regime alucinatório em que apenas o máximo desregramento pode eliminar a distância entre palavra e realidade «porquanto a transmutação é o fundamento geral e universal do mundo»; fábula (no sentido nietzschiano, como o regime mais adequado da verdade), fábula, dizia eu, tomada duma intensidade mágica, demoníaca potência na exaltação do que se move sobre o obscurecido rosto de um século, a poesia consubstancia a mais humana das aspirações, a mais humana das necessidades, o mais humano de todos os desígnios – a liberdade, pois não nasce ela simplesmente para nascer? É pois o seu nascimento que importa a cada derrocada. Sempre. Não sendo a linguagem do povo do futuro, só o grande silêncio depois de todas as coisas, talvez possamos dizer, ceticamente, é certo, que na poesia se preserva aquela fidelidade à promessa que nenhum futuro já pode conter.

Mas voltemos atrás, ao chamamento obscuro, motor primeiro da criação, para um novo tatear, como pastor, já não do ser, mas perdido entre um nevoeiro de impurezas, pois já não é possível a transparência primeira das coisas, ou porventura nunca tenha existido tal transparência e tudo a seu modo foi jogo entre homem e divindade, em que a fala frágil, obscura, que é o poema, não fosse o objeto da revelação, mas a medida e a regra do próprio jogo, em que entre a interrogação e o interrogado não há verdade, mas apenas consequência. Porque nos escutamos e sabemos-nos nascituros; porque nos alevantamos e descobrimo-nos transitórios, mas habitantes e arquitetos, pó de estrelas erguido pelo vento cósmico, pedra em atrito porque estreita a passagem para o instante em que tudo é simplesmente, bastando-se a si mesma, *per gratia sui*, por amor de si erguida e movida do fundo imemorial para o instante primeiro em que não foi preciso revelação nem adequação, porque tudo era corpo sensível, terra firme, luz adventícia, que talvez pudéssemos chamar graça, não fora o fundo de prenheira impureza que é a matéria mais constante e pertinaz de toda a arte/criação.

Fala de resistência na incomunicabilidade da sua aparição, apenas o abismo que ela abre interessa, e é essa abertura a sua condição de existência, a sua possibilidade, intransitiva, incindível e insólita, bárbara até, porquanto anterior e refratária à civilização e à comunicabilidade, muda e impenetrável, apesar delas, permanecendo como mistério que no entanto não carece de qualquer revelação, porquanto por ela fomos contaminados pela via do grande esquecimento, para o reencontro nesse crepúsculo onde tudo é abismo ou solo firme, corporeidade ou evanescência, grão estilhaçado ou totalidade selada. Cabe a ti, leitor, fazer com que tudo seja, que o poema aconteça no absoluto da sua possibilidade.

Por vezes há uma violência soberba, magnífica, desencadeada pela palavra. Abalo cósmico, repercussão telúrica, *energeia*, não como virtualidade a atualizar-se, mas dinâmica mais íntima do ato com seu inferno de iluminações, encarniçado de vida para a dissolução que há de vir.

Blanchot falava da escrit(ur)a do desastre. «Levar a língua à carnificina, liquidar-lhe as referências à realidade, acabar com ela», disse Herberto Helder. Mas aquele que escreve olha sempre, por virtude do seu próprio nascimento, apaixonadamente, entre ou pela mais radical das possibilidades discursivas. Pergunto-me então: deve-se definitivamente acreditar que a extensão do desastre opera essa dúvida, esse vacilamento da palavra enquanto mundo magnificado, monstruoso, inexcedível? Então, na linha do que vimos cogitando, toda a grande criação radica-se numa genealogia do desastre, ostensiva nesse esforço de consumação, livre de todas as correspondências que impõe o regime mimético, quando em vez do fluxo a demanda é pelo sentido, esse contrato que faz com que a fala não se mova na direção do devir e da possibilidade, mas antes se esgote no simples plano da adequação, intrínseca civilidade, distante dos demoníacos poderes, do sagrado terror, da natureza deste que fez o parricida Orestes perguntar: para onde?

Talvez seja necessário essa «operação de empobrecimento» da experiência mais radical para que a fala possa comunicar. Mas comunicar é já morrer, ser abandonado pela força, integrar-se na cultura com seu fundo predatório e venal, definitivamente acolhedor, inimigo da grande dissolução.

Intentemos um novo salto, necessariamente digressivo, até à questão biográfica, senão em precária autognose, pelo menos em confiança reflexiva, que nem por isso obsta à subjetividade mais especular.

Nascido num sul do mundo onde o acesso ao livro e à cultura letrada era um privilégio raro, cedo pus-me a viver as vidas da imaginação: por exemplo os montes não eram montes, mas companheiros plantados por algum castigo ou maldição divina sobre o dorso das ilhas; arrebitando as orelhas escutavam os lamentos do mundo, os recados do mar trazendo os gemidos e imprecações de Ulisses e seus companheiros procurando o dia de regresso desde a escarpada Troia. Mas, nascido entre línguas, a fala que é o poema não me foi tão cedo modo de construção ou de interrogação do mundo. A intencionalidade carecia de instrumentos, mesmo se um aceso e imaginante motor já pedia mesmo que precária mão de condutor. O quadro existencial e metafisicamente considerado era o de uma ordem que só se podia apreender validamente nos estritos limites conceptuais. Mas então chovia, muito, pouco, nada; fazia frio, ou, estranhamente, caía neve nalguma erodida encosta, e então a imaginação era a bitola de conversão diante da fábula da realidade, da indeterminação do enigmático, raiz do mundo, seu suporte virtual.

Havia a via religiosa, campo comum à metafísica e à poesia, donde emergem tópicos como ser, existência, tempo e morte, um comum horizonte de interrogação que evoluindo desembocou no desejo de escrever um poema sobre o puro nada, como aquele que expressara o rei e poeta provençal, Guilherme de Aquitânia, sem que isso porém constituísse, pelo menos de forma consciente, o desembocar no nihilismo, destino de tanta hodierna criação.

Claro que a arte sempre visou os limites: do homem, do ser e do mundo, e não raro se perdeu nesse exacerbamento, nessa exasperação. Mas nós, tardiamente chegados, depois da consumação da queda, interrogamos cônscios já da única resposta possível: havia outro modo, outro caminho? Não é impunemente que se ambiciona ser origem num mundo de escombros, possivelmente a mais alta afirmação da própria potência de criar.

A vida autónoma e a liberdade, metafísica e corporalmente assim erigida, não se dão como plenitude, se não como húmus donde uma comunidade brota, pelo menos como realidade onde o homem solitário lançado ao mar da existência se afirma.

Nesta circularidade dum a fala que não se quer pétreo fundamento, mas indagação fluída, tornemos à questão do início onde a derrocada era a condição necessária da construção.

Voz frágil, na instável condição do seu aparecimento, não visa responder ao questionamento de nenhuma esfinge, porquanto isto equivaleria reconhecer uma lei, uma autoridade e um fundamento fora de si, pois ela é ao mesmo tempo fundamento metafísico e realidade, dados ou construídos, por si e em si subsistentes, desafiando a pauta onde a humanidade a inscreve entre as grandes efabulações, ou como totalidade óptica indiscernível nas suas regiões, que nenhuma dialética conceptual pode divisar as costuras.

Eis-nos então chegados ao destino que toda a anterior digressão estivera a preparar: o poema não como a fala mais elevada, mas como balbuciamiento rasteiro; em extrema tensão com um mundo em que o primado do juízo e da adequação se sobrepõem à pura invenção, ao nascimento selvagem.

Perdida, devolvida na luz precisa que porém a oculta, na complexidade dos seus meandros, reverberando como uma tautologia — que outro mais alto desígnio que iluminar os escombros onde se ouve a sumida voz, já não da revelação, mas do homem inteiro lançado ao mar da existência?

INFLUÊNCIAS DA EMIGRAÇÃO NA CIDADE/ SOCIEDADE CABO-VERDIANA

JOÃO LOPES FILHO

O cabo-verdiano é tradicionalmente um povo migrante, na medida em que, praticamente desde a sua formação, a sociedade cabo-verdiana esteve bastante ligada a deslocações, não só internamente como, também, direccionadas para diversos países de diferentes continentes. Por isso actualmente quase dois terços dos cabo-verdianos residem em comunidades espalhadas pelos quatro cantos do mundo.

Dos vários motivos que impellem o homem de umas regiões para outras, citaremos como as mais importantes o espírito da aventura, os planos de conquista, a preocupação de fugir às perseguições políticas e religiosas, a necessidade de fugir à fome, a procura de terras mais generosas, o desemprego, o desejo de um melhor salário e conforto, aos quais se acrescentam a renovação dos horizontes do conhecimento.

Mas, no caso concreto dos cabo-verdianos, poderemos esquematizar resumidamente as possíveis razões impulsionadoras dos diversos fluxos migratórios, do modo seguinte:

a) Causas Repulsivas

- Problemas relacionados com frequentes e prolongadas crises de chuvas regulares, antigamente com consequências catastróficas;
- Economia débil e de subsistência;
- Elevado crescimento demográfico;

- Escassez de postos de trabalho;
- Desequilíbrios socioeconómicos.

b) Causas Atractivas

- Oferta pelos países hospedeiros de melhores condições de vida;
- Necessidade de mão-de-obra barata em países desenvolvidos;
- Perspectivas de melhoria das condições de vida;
- Espírito de aventura dos ilhéus.

c) Comunicação/informação

- O peso da tradição (emigração histórica);
- Notícias veiculadas pelos emigrantes de “torna-viagem”;
- O estatuto económico dos emigrantes bem-sucedidos no seu regresso à terra;
- Informações apresentadas pela comunicação social sobre os países mais desenvolvidos.

1. CORRENTES MIGRATÓRIAS CABO-VERDIANAS

A localização de Cabo Verde, no cruzamento das rotas marítimas que ligavam a Europa, à África e às Américas, fez dos seus principais portos pontos de escala quase obrigatórias para reabastecimento, reparação dos barcos e descanso das tripulações na fase da expansão marítima europeia.

Acresce que, com o alargamento do comércio de escravos, o arquipélago transformou-se no local privilegiado para o loteamento daquela então “mercadoria humana”, antes de ser exportada para destinos vários, para além de aí se proceder ao seu baptismo e “ladinização”, conspecto que conduziu à organização de duas classes de escravos: os **ladinos**, mais caros e destinados a serviços “específicos”, e os **boçais**, utilizados nos trabalhos mais duros.

Paralelamente também se desenvolveu no arquipélago uma indústria de panaria tradicional, produto que na altura era utilizado como moeda de troca para a aquisição dos escravos na costa africana defronte, levando a que muitos negreiros aportassem à Ribeira Grande de Santiago para obtenção dos panos que necessitavam para o seu rendoso negócio.

Toda esta contextualização possibilitou contactos com outros povos e culturas diferentes, aumentando nos ilhéus cabo-verdianos o desejo de conhecer novas terras e potenciando, conseqüentemente, o início da diáspora cabo-verdiana.

Todavia, os rumos dessa emigração têm-se orientado para diferentes destinos consoante a conjuntura interna do arquipélago ou as potencialidades de trabalho no estrangeiro, fazendo com que ao longo dos tempos houvesse sempre uma corrente particular que, ganhando maior expressão, se sobrepunha às restantes.

Deste modo, sucederam-se no tempo importantes fluxos migratórios para as Américas, para África e para a Europa.

1.1 – AMÉRICAS

1.1.1 – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Apesar de os cabo-verdianos terem começado as suas deslocações bem cedo, as saídas mais significativas começaram ligadas às actividades relacionadas com a pesca da baleia, sector de grande importância económica na altura (século XIX), levando a que o gradual aumento do interesse pelo “óleo da baleia” expandisse a sua captura por várias partes do mundo, incluindo os mares do arquipélago, onde aportavam os “baleiros” americanos à procura daqueles cetáceos nas suas rotas migratórias.

Entretanto, face ao acanhado espaço dos barcos para a actividade da preparação do referido óleo a bordo, começaram a confeccioná-lo em terra com a colaboração de pescadores locais.

Deste modo, muitos daqueles serviços foram posteriormente recrutados para trabalhar nos “baleiros” e, terminado o périplo pelos mares, acabavam por se instalar na América, normalmente trabalhando nas actividades portuárias, área em que já se encontravam mais ambientados, dando origem a uma corrente migratória com a reunião familiar que, com altos e baixos, se manteve praticamente até aos nossos dias.

1.1.2 – BRASIL

Com o desenvolvimento dos Estados Unidos da América e a chegada de emigrantes oriundos de vários países, foram mais tarde impostas dificuldades para a entrada e os cabo-verdianos rumaram ao Brasil, onde não tinham a barreira da língua.

Realce-se, no entanto, que esta migração não teve a dimensão da dos EUA, principalmente por não ser tão atractiva do ponto de vista económico.

Mesmo assim, continuou por bastante tempo, sendo por isso significativa a presença de cabo-verdianos no Brasil.

1.1.3 – ARGENTINA

Nos finais do século XIX começaram a chegar os primeiros cabo-verdianos ao Rio de La Plata, mas depois se espalharam principalmente por Montevidéu, Buenos Aires e Ensenada de Barragan.

Inicialmente, aportaram à Argentina como tripulantes de barcos da marinha mercante a partir do Porto Grande do Mindelo que, na altura, constituía o mais importante entreposto marítimo no Atlântico médio.

Muitos daqueles marítimos deixaram os barcos e instalaram-se em terra, dando início a uma interessante comunidade cabo-verdiana naquele país da América do Sul.

1.2. ÁFRICA

1.2.1 – SENEGAL

Com a quebra da emigração para as Américas, aumentou o débil fluxo migratório já existente rumo ao Senegal, estimulado principalmente pela falta de trabalho que tanto se fazia sentir em Cabo Verde.

Contudo, essa corrente alcançou maior significado nos anos cinquenta do século passado, na medida em que a proximidade facilitou os contactos entre os dois países, levando empreiteiros senegaleses a recrutarem em Cabo Verde profissionais, nomeadamente nas especialidades de pedreiros, marceneiros, pintores e outros artífices, de que necessitavam para fazer avançar as obras de expansão da cidade e porto de Dakar.

Ainda hoje se mantêm essas relações, agora ampliadas com a entrada de Cabo Verde na CEDEAO¹, o que já proporcionou uma corrente no sentido inverso, fazendo de Cabo Verde, que antes era um país de emigração, passasse actualmente a ser também um país de imigração.

1.2.2 – SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A exploração de grandes propriedades agrícolas nas ilhas de São Tomé e Príncipe exigia uma razoável quantidade mão-de-obra, que passou a ser em boa percentagem coberta por trabalhadores cabo-verdianos.

Com as faltas de chuvas regulares numas ilhas cuja economia se baseava numa agricultura artesanal, os responsáveis pelos destinos de Cabo Verde, em cooperação com os proprietários das “roças” daquele arquipélago, viram nessa situação uma válvula de escape para os acoissados pela fome que grassava, ao mesmo tempo que resolviam o problema de escassez de braços naquelas empresas, enviando para lá trabalhadores cabo-verdianos sob a capa de pseudo-contratos, pois as respectivas cláusulas nunca eram cumpridas.

¹ Comunidade Económica dos Países da África Ocidental (*Communauté Économique des États de l'Afrique de l'Ouest*, CEDEAO; *Economic Community of West African States*, ECOWAS) (N.E.)

Contudo, dessa deslocação de “contratados” resultaram nulos proveitos para os cabo-verdianos, pois eram explorados sem que houvesse qualquer preocupação com a aplicação da legislação, que apenas servia para mascarar internacionalmente a realidade, levando a que aqueles trabalhadores estivessem numa situação de quase escravocracia, para além de apanharem muitas doenças tropicais inexistentes em Cabo Verde.

Deste modo, a grande maioria nunca conseguia amealhar uma economia que permitisse o seu regresso à terra natal. Acresce que, com a descolonização e a partida dos proprietários daquelas “roças”, muitos cabo-verdianos foram abandonados à sua sorte. Os que ainda lá se encontravam passaram a viver numa situação de miséria, drama que o Governo de Cabo Verde tem procurado minorar concedendo-lhes uma pensão de sobrevivência, na medida em que, depois de tanto tempo, se mostra difícil a sua possível reintegração na actual sociedade cabo-verdiana.

1.2.3 – ANGOLA

Tirando muitos funcionários da antiga administração colonial, a presença de migrantes cabo-verdianos em Angola desenvolveu-se caracterizada por condicionalismos diversos, porque se processavam de acordo com os interesses das políticas dos dominadores, numa espécie de “emigração dirigida” em que os trabalhadores cabo-verdianos iam para Angola trabalhar nas grandes fazendas agropecuárias, através de “contratos” celebrados com a colaboração das autoridades locais de então.

Porém, o clima e as condições de trabalho bastante diferentes daqueles a que estavam habituados em Cabo Verde levaram à desistência de muitos cabo-verdianos, que deixaram a agricultura e passaram a exercer funções noutras actividades.

Contudo, também outros cabo-verdianos se deslocaram para Angola com as mais diversas motivações e a comunidade cabo-verdiana nesse país foi-se aumentando, sendo actualmente bastante expressiva.

1.3 – EUROPA

A inflexão rumo à Europa constituiu uma grande viragem nos destinos da emigração cabo-verdiana, facilitada em parte pela conjuntura internacional, na medida em que alguns países europeus se encontravam em franca reconstrução dos efeitos da II Grande Guerra.

Estas deslocações iniciaram-se nos finais dos anos cinquenta do século passado e, como havia uma enorme falta de mão-de-obra nos referidos países, os cabo-verdianos foram muito bem recebidos, facto que provocou um verdadeiro “êxodo”, primeiro para a Holanda e Bélgica, mas depois se estendeu a quase toda a Europa

Ocidental, constituindo-se no maior fluxo de saídas de cabo-verdianos no século passado.

Acontece que a Europa estava passando por importantes mudanças socioeconómicas, o que possibilitou aos imigrantes cabo-verdianos receberem salários compatíveis, serem integrados nos sistemas de segurança social, terem direito a férias e descontos para a reforma, entre outros apoios, circunstâncias que possibilitavam algum desafogo económico e facilitaram deslocações regulares à terra natal.

1.3.1 – PORTUGAL

No entanto, paralelamente, ocorria uma forte migração de portugueses, principalmente para a França e Alemanha, a qual, ampliada pela saída de um significativo número de militares para as três frentes da guerra colonial em África, traduziu-se numa insuficiência de mão-de-obra em Portugal, levando a que, por iniciativa governamental, se socorressem dos cabo-verdianos para preencher a lacuna que se fazia sentir numa altura em que, nomeadamente, se tinham iniciado as obras do porto de Sines e a construção de unidades hoteleiras no Algarve para corresponder à expansão da procura turística.

Portugal tornou-se, assim, um importante destino de trabalhadores cabo-verdianos que se viam a braços com a falta de emprego no arquipélago, que atravessava mais uma das suas crises de falta de chuvas.

Como esta corrente migratória ocorreu durante o período colonial, em que Cabo Verde estava dependente de Portugal, mais tarde este país também funcionou como uma “placa giratória” de onde partiam os potenciais emigrantes cabo-verdianos para os diversos países europeus de acolhimento.

Todavia, se numa primeira fase as deslocações eram facilitadas pelas razões já aludidas, a recessão económica e o facto de Cabo Verde se ter tornado um país independente levou a que os cabo-verdianos passassem a ser considerados estrangeiros e a sua entrada em Portugal se mostrou mais difícil.

Porém, muitos utilizaram “vistos como turistas” para entrarem nesse país e ficaram a trabalhar como clandestinos, enfrentando assim toda a sorte de consequências que tal situação acarreta, como a exploração por pessoas sem escrúpulos, falta de assistência médico-medicamentosa, inexistência de serviços de apoio social ou de descontos para reformas.

1.3.2 – OUTROS PAÍSES EUROPEUS

Saliente-se que o sonho dos cabo-verdianos nunca foi ficar em Portugal, mas sim viajar para os países com melhores salários e regalias sociais.

Daí que os potenciais emigrantes lançavam mão de toda a espécie de estratagemas para entrarem na Europa e deste modo continuaram a viajar para destinos europeus consoante os respectivos mercados de trabalho, que portanto se tornaram países hospedeiros de comunidades cabo-verdianas.

Numa primeira fase, os cabo-verdianos eram recrutados para trabalhar na marinha mercante mas, surgida a possibilidade de se fixarem em terra, começou o reagrupamento familiar, engrossando a corrente migratória que sem quaisquer dúvidas mais consequências positivas carrou para Cabo Verde.

2. EFEITOS DA EMIGRAÇÃO NA SOCIEDADE CABO-VERDIANA

Estas deslocações possibilitaram contactos com outros povos e culturas diferentes. Embora considerando que a adaptação a outros contextos culturais é sempre difícil, na dialéctica entre a forte ligação às próprias raízes culturais e as da sociedade hospedeira, o emigrante cabo-verdiano começa por comportar-se com um indivíduo “dividido” mas, face à necessidade de não se alhear do meio circundante, também acaba por absorver novos traços culturais.

Todavia, como produto de uma sociedade mestiça e bom trabalhador reconhecido internacionalmente, consegue adaptar-se aos mais diversificados ambientes e ofícios, alcançando deste modo proventos com que auxilia a família que deixou em Cabo Verde, ao mesmo tempo que vai arrecadando um pecúlio que, mesmo magro, lhe permite visitar regularmente a terra.

Assim, sem nos determos numa análise detalhada das influências que os emigrantes de torna-viagem introduziram na dinâmica sociocultural do processo cabo-verdiano, diremos que as aculturações de que foram portadores, principalmente a partir dos destinos europeus, se constituíram num fenómeno com fortes repercussões, principalmente nos meios urbanos, mas que depois se espalharam por todo o país devido aos seus importantes impactos a nível económico, social e cultural, que ultrapassam a chamada “evolução natural”, nomeadamente nos seguintes campos:

2.1. Economia

Constata-se a significativa importância na economia local das remessas enviadas regularmente pelos emigrantes aos seus familiares, a cujo volume registado nas estatísticas oficiais devem ser acrescidos quantitativos que chegam pelas diversas vias informais e que, no conjunto, também colaboram na estabilidade da balança comercial de Cabo Verde.

Para além de aumentarem o poder de compra, essas remessas têm repercussões nas benfeitorias socioeconómicas, conforto e bem-estar dos seus familiares, melhorias que se materializaram nomeadamente na aquisição de símbolos de prestígio, como construção de novas habitações, recheio dos seus interiores com mobiliário de qualidade, aquisição de electrodomésticos (mesmo em locais onde ainda não havia electricidade) e compra de bens de prestígio (carros, aparelhagens de som, vídeo, etc.).

2.2. Literatura

Face à sua história no contexto sociocultural cabo-verdiano, a emigração entrou no imaginário local, pelo que integra a escrita local como tema recorrente, desde o chamado “evasionismo” aquando do lançamento das bases de uma literatura de raiz cabo-verdiana, com a “Claridade”, presente no conhecido dilema “Ter de partir e querer ficar; Ter de ficar e querer partir”, bem como na tradição oral e uma marcante presença nas letras de muitas canções tradicionais.

2.3. Habitação

Considerando que uma das aspirações do emigrante prende-se com ter casa própria, logo que pode, ele procura satisfazer essa pretensão, muitas das vezes com a preocupação de construir um edifício que demonstre ter sido bem-sucedido e, curiosamente, se possível com estilo semelhante ao dos locais onde esteve emigrado.

Exemplificando com São Vicente, ilha com forte vocação marítima devido ao seu Porto Grande, que foi aquela que numa primeira fase forneceu maior contingente de emigrantes que foram trabalhar na marinha mercante europeia, tendo como base principal a Holanda, aconteceu que no último quartel do século passado muitos dos residentes e naturais do Mindelo escolheram o bairro do Monte Sossego para construir as suas novas casas, localizadas quase todas numa sequência, levando a que o local passasse a ser denominado Avenida da Holanda, configuração que acabou mais tarde por ser reconhecido oficialmente pelas entidades municipais.

2.4. Alimentação

Saliente-se, também, que as modificações no campo da alimentação em Cabo Verde não ocorreram apenas por acção do desequilíbrio ecológico e consequente diminuição da produção agrícola, mas principalmente devido às influências da emigração, que possibilitou um melhor poder de compra às populações e, ainda, devido aos novos hábitos introduzidos junto dos familiares e amigos, como será o caso do uso das saladas, anteriormente praticamente arredadas da alimentação tradicional.

Acresce que o aumento de produtos importados permitiu uma maior variedade

de alimentos disponíveis, potenciando, portanto, a diversificação das dietas, porque o milho foi substituído pelo arroz, a banha de porco pelos óleos vegetais, a “manteiga da terra” pelas margarinas e generalizou-se a utilização dos alimentos enlatados.

Mencione-se, igualmente, que uma das práticas alimentares absorvidas adveio da relevante emigração do sexo feminino rumo à Itália, a qual, nos seus contactos com a terra natal, introduziu o uso generalizado das massas na alimentação cabo-verdiana.

2.5. Tempos livres

Registaram-se, também, mudanças na ocupação dos tempos livres, lazer e hábitos de sociabilidade, traduzidos (p. e.) na alteração do costume dos homens que, nos momentos de ócio, apenas iam para as tabernas conversar e bebericar entre jogos de cartas e de ouri, passarem a assistir ao futebol, noticiários e novelas na televisão, enquanto as crianças deixaram de “escutar estórias à boca da noite” para verem desenhos animados na TV.

Destaque-se que, com o aparecimento do gira-discos e do gravador, quase que desaparecerem os antigos bailes animados pelas orquestras de “pau e corda”. Acompanhando o progresso tecnológico e o acesso aos “media”, surgiram as bandas com instrumentos electrónicos e despontaram novas músicas e ritmos que, em ondas consoante a moda, contagiaram principalmente a juventude.

2.6. Mudanças socioculturais

Do mesmo modo, facilitadas pela natural tendência que os cabo-verdianos possuem para adaptar e integrar elementos de outras culturas, os “torna-viagens” têm dinamizado as mudanças socioculturais no arquipélago (nomeadamente junto das camadas mais jovens).

Assim, acrescido ao facto de contribuírem grandemente para diluir algumas das diferenças entre contextos rural/urbano e esbater certos estatutos do ponto de vista económico, muitos cabo-verdianos consideram um sinal de ascensão social imitar o emigrante de “torna-viagem”, aspecto que levou a modificações nos comportamentos, procedimentos, costumes, valores e tradições.

Outro aspecto digno de menção prende-se com o facto de aspectos da cultura tradicional, em contacto com traços ou hábitos de que os emigrantes de “torna-viagem” são portadores (ampliado pela incapacidade de filtrar as informações fornecidas pela comunicação social), conduziram a alterações motivadas pela imitação, levando a que valores antes arreigados, como a honra, o respeito à palavra dada e o decoro, interiorizados por uma formação cristã, tenham vindo a ser

“subvalorizados”, o respeito pelos anciãos substituído pela conhecida irreverência da juventude em nome de uma falsa modernidade, enaltecido o individualismo, enquanto a tradicional solidariedade e cooperação (djunta-mom) são permutados pela competição e ostentação dos indicadores de riqueza.

3. DIVULGAÇÃO DA CULTURA CABO-VERDIANA

Como o cabo-verdiano é detentor de uma identidade cultural fortemente enraizada, a sua cultura acompanha-o para qualquer parte onde se estabelece e, também, tem servido como “escudo” para o emigrante se defender contra as agressivas influências das culturas que o envolvem nos países de acolhimento.

Desta forma, ultrapassada a “crise de adaptação” e à medida que os grupos de emigrantes se mostram representativos, aos poucos a cultura cabo-verdiana começa a ser aceite pelas sociedades hospedeiras, constatando-se que, deste modo, ela se expande para além das suas comunidades, passando às vizinhanças através do convívio, até se extrapolar para o público em geral, nomeadamente por influência das muitas associações espalhadas pelos vários países receptores.

Citando, por exemplo, os EUA, para onde rumou a primeira grande corrente migratória, apesar de, a princípio, os cabo-verdianos terem tido que enfrentar as fortes barreiras da cor, da língua e da falta de formação profissional, paulatinamente as comunidades espalhadas por aquele país não só mantiveram como também difundiram a sua cultura, exemplificado pelo facto de a língua cabo-verdiana estar a ser leccionada há algumas décadas em várias universidades americanas.

Poderemos ainda referir o caso de Portugal, em que de há muito a literatura cabo-verdiana é matéria de estudo, tanto ao nível do ensino secundário como na formação superior, para além de esta cultura ser leccionada em universidades e constituir tema para monografias, dissertações de mestrados, teses de doutoramentos e mesmo matéria para congressos e colóquios internacionais.

Naquele país, a música cabo-verdiana integra actualmente programas de televisão e da rádio com muito boa audiência, sendo igualmente muito utilizada para animação de convívios e passada em discotecas que, pelo facto de se tratar de uma música contagiante, se tornam as mais concorridas e frequentadas por pessoas de todos as origens e escalões etários.

Outro aspecto resultante das influências dessa corrente migratória, que se concentrou na chamada “Grande Lisboa”, é o facto de presentemente a gastronomia tradicional cabo-verdiana passar a constar da ementa de muitos restaurantes desta

região de Portugal. Mencione-se, similarmente, que muitos dos festejos tradicionais são comemoradas pelos imigrantes nalguns bairros com o mesmo entusiasmo que em Cabo Verde, ao ponto de as “Festas de Sam Jom” já estarem oficialmente integrados no “Património Imaterial de Portugal”.

No contexto urbano, gostaríamos de, ainda, salientar a força dos hábitos cabo-verdianos, demonstrada (p. e.) pela circunstância de nos inícios da emigração para a Europa, perante a significativa presença de imigrantes cabo-verdianos concentrados em Roterdão, enquanto os mesmos aguardavam pela possibilidade de embarcar nalgum barco como tripulantes, tinham o hábito de se reunir numa praceta para conviverem e também recolherem informações acerca das possíveis vagas solicitadas por embarcações que escalavam aquele movimentado porto.

Como aqueles imigrantes andavam quase sempre sem dinheiro, socorrendo-se do tradicional humor/ironia do cabo-verdiano, apelidaram ao local “Pracinha de Quebród” (Praceta dos Depauperados), aspecto que mais tarde, e tendo em conta o importante contributo facultado pelos cabo-verdianos no desenvolvimento daquele país, levou a que, em reconhecimento, a edilidade local oficializasse aquela denominação, actualmente ostentada numa placa inscrita nas línguas holandesa e cabo-verdiana.

Voltando à música, convém ter presente que, para além da edição de discos de autores cabo-verdianos por várias editoras estrangeiras, é digno de relevo o papel que a mesma vem desempenhando pela mão de cantores cabo-verdianos, pois tem levado o nome de Cabo Verde aos mais diferentes povos e culturas, divulgando não só na Europa, Américas e África, mas até na Índia ou no longínquo Japão, nomeadamente pelas vozes da consagrada Cesária Évora, de Tito Paris, Lura e Maira Andrade, entre muitos outros artistas/emigrantes cabo-verdianos.

Diríamos, em resumo, que face às especificidades da cultura cabo-verdiana, da mesma maneira como são diversificadas as influências de que os emigrantes de “torna-viagem” são portadores, consoante os respectivos países de acolhimento, também são importantes as potencialidades da divulgação da cultura de Cabo Verde feita pelos mesmos no estrangeiro.

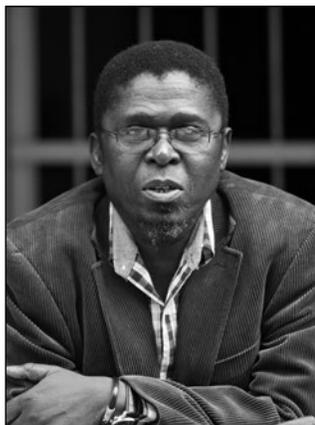
3º CAPÍTULO A INFÂNCIA NAS CIDADES

1. TONY TCHEKA | **A criança, a mulher e a cidade na literatura guineense – Meninos da terra vermelha**
2. UNGULANI BA KA KHOSA | **A cidade e a infância, ou recordando Luandino e outros autores**
3. SULEIMAN CASSAMO | **Nossas cidades, nossos laços literários**
4. JOSÉ FANHA | **Pontes de palavras**
5. LUÍS CARDOSO “TAKAS” | **“Monangambé”, o poema, o poeta e o meu equívoco**



**A CRIANÇA, A MULHER E A CIDADE
NA LITERATURA GUINEENSE**
Meninos da terra vermelha

TONY TCHEKA



V ENCONTRO DE ESCRITORES
DE LÍNGUA PORTUGUESA

**Conferencistas do 3º tema,
A INFÂNCIA NAS CIDADES**

EM CIMA:

*Da esquerda para a direita,
Tony Tcheka, Ungulani Ba Ka Khosa e Suleiman Cassamo*

EM BAIXO:

*Da esquerda para a direita,
José Fanha e Luís Cardoso "Takas"*

Desde já passo à apresentação: CHAMO-ME MENINO!

*Sou a criança pobre
de uma rua sem nome
num bairro escuro
de covas fundas
em gargantas
fatalmente magras
carentes de pão
e sem muita ambição
Sou filho da miséria
escancarada
enteado da vida
entreaberta
Vivo na periferia
passo no tempo
com trejeitos d' homem*

*Chamo-me Menino!
Dou passas desde os cinco
tenho doze chuvas
uma cara operária
sobre um corpo fininho
de cinco anos
Sofro de raquitismo
por comer com os olhos
enquanto na garganta
destilam bolas de saliva
Meu peito nicotizado
é mortalha e tantam
arde e inflama
como a chama! –Chamo-me menino!*

Os meninos da terra vermelha da Guiné coalhada de esperanças esquecidas – fonte de inesperadas canseiras – mas também de surpreendentes *saburas*, cedo se fizeram convocar para protagonizar a construção da literatura guineense, posicionando-se, desde logo, nos dois lados da estória. Aqui e ali, ainda nas diferentes épocas que marcaram e cadenciaram a marcha do país, apareciam amiúde. Pela sua condição de grupo vulnerável, arredados da escola, dos serviços médicos e medicamentosos, depois porque nas diferentes formas de manifestação culturais iam protagonizando episódios que a história foi registando pela pena de antropólogos, sociólogos, investigadores, contistas, poetas, assumindo muitas vezes dimensões de casos de estudo. Da literatura publicada antes e depois da independência, os meninos de Bissau, Gabu, Bafatá, Catió e outras cidades de praça e do mato iam alimentando registos e estórias de estórias premiando o conto, fábulas e poesia. Nas estórias contadas e cantadas nas noites de *djumbai*, no *er-er* e *storia sertu*, não faltavam figuras de crianças dando vida a figuras referência do bem-fazer, da insatisfação e da não resignação. Entre os autores e personagens de registos escritos, como nos círculos de *conta-passada*¹, sobressaem e entram no nosso imaginário. Sim, pontificam nos dois lados da história, como relata “t” em “literaturas e oralidade guineenses”². Alguns estudiosos referem essa problemática nos conteúdos abordados pelos *djidius*³ ainda num período bem recuado – no século XV. Um período marcante dos *djidius* (*griots*) em toda a África Ocidental e que consta dos registos históricos feitos pelo soberano do império Mali, Sundiata Keita. A oralidade foi, de resto, a fonte que, em 1883, alimentou as estórias em kiriol⁴ de “Lubu ku garsa”⁵, contadas por Marcelino Marques de Barros, que, para a alegria dos meninos da terra, recuperou também outras estórias como “Storia de um fidju Strabaganti”⁶ e “Tris Gulus”⁷.

Na interseção de dois momentos da história da Guiné-Bissau, entre um dos períodos mais musculados da colonização, vivenciados na década de 60, e o fim do regime que o sustentava já em queda livre, em 1973, jovens desconhecidos vivendo na cidade de Bissau, quiçá contagiados pelos novos ventos nacionalistas que varriam o continente

¹ Lembrar acontecimentos do passado ou do presente, independentemente do assunto ou tema.

² Comunicação feita num Colóquio sobre “Política Cultural na Guiné-Bissau”, em 1978, em Bissau.

³ Contadores de estórias, pessoas que tinham o compromisso de preservar e transmitir histórias, factos históricos e os conhecimentos e as canções de seu povo.

⁴ Em português, crioulo. Também se usa o termo “Kriol”.

⁵ “O lobo e a garça”.

⁶ “Estória de um filho extravagante”.

⁷ “Os três gulosos”.

africano, decidiram, cada um por si, em exercícios individuais, registar nos seus canhe-nhos de escola episódios diversos relacionados com o sistema social e político vigente, o descontentamento, a força policial repressiva, as prisões, as muitas dores das mulheres de pano preto “e o caminho sem regresso que muitos papas tomavam para não mais voltarem”.

Toda esta problemática, social, política e literária de ontem e de hoje, está amplamente plasmada na obra de Moema Parente Augel, *O Desafio do Escombro – Nação, Identidades e Pós-Colonialismo na Literatura da Guiné-Bissau*.

No dealbar da independência, ao tomar contato com estes registos e tendo podido conviver de perto com a maioria dos seus autores, no quadro de processos de construção nacional, o angolano Mário de Pinto de Andrade⁸, na época residindo em Bissau, encontrou nesses trabalhos um denominador comum: Pindjiguiti – nome do porto de Bissau que foi palco de um massacre que ceifou a vida a mais de uma centena de marinheiros e trabalhadores portuários. Daí tê-los batizado de “Meninos da hora de Pindjiguiti” e, por iniciativa própria, impulsionado a compilação e coordenação de centenas de textos recolhidos que viriam a resultar no primeiro livro da Guiné-Bissau independente, a que se deu o nome de *Mantêhas para Quem Luta*, uma antologia poética que reuniu os principais trabalhos de 14 meninos, num total de 48 textos escritos em português. Fazendo fé nas datas indicadas, significa que a idade média dos jovens autores era inferior a 17 anos. Um ano depois (1978) seria editado uma segunda coletânea, *Momentos Primeiros da Construção*, contendo obras mais recentes, sugerindo um olhar para dentro mas numa perspectiva universal e denotando maiores preocupações estético-literárias. Alguns autores romperam mesmo a fronteira das temáticas “colonização e da luta de libertação”, inovando também com a inclusão de um espaço de poesia em kiriol, a principal língua nacional guineense.

Filomena Embaló, analisando a literatura do seu país, valoriza esse momento literário protagonizado pelos “Meninos da hora de Pindjiguiti”, agora jovens quadros ao serviço do país, falando em “*vaga de jovens poetas cujas obras impregnadas de um espírito revolucionário, manifestando um carácter social...*”. Ao tratar os aspetos temáticos, não hesita no entanto em eleger “o colonialismo, a escravatura e a repressão denunciados por esses autores que no pós independência imediato apelam para a construção da Nação e invocam a liberdade e a esperança num futuro melhor. O tema da identidade é abordado através de diferentes situações: a humilhação do colonizado, a alienação ou assimilação e a necessidade de afirmação da identidade nacional”.

⁸ Mário Pinto de Andrade foi coordenador do Conselho Nacional de Cultura (1976-1978) e Comissário (ministro) da Informação e Cultura da Guiné-Bissau (1978-1980).

Todavia, no entender de F. Embaló, investigadora, romancista e poeta a viver há mais de uma década em Paris, “*a questão de identidade não é apresentada como um fator de oposição entre o indivíduo e a sociedade na qual este evolui. Ela é analisada como um conflito pessoal do indivíduo, que consciente do seu desfasamento cultural em relação à sociedade de origem procura identificar-se com as suas raízes, da qual foi afastado pela assimilação colonial. Por conseguinte, nesta abordagem não se põe em causa a pertença do indivíduo à sociedade em questão*”.

A estes jovens foram-se juntando novas vozes que acabaram por ser a base de uma nova coletânea temática, *Antologia Poética da Guiné-Bissau*, reunindo catorze autores, sendo seis deles os referenciados “Meninos da hora de Pindjiguiti”. Assinalam-se mais de vinte textos que elegem a Criança e a Mulher, a par da terra libertada, como musas e motivos de preocupação. Outrossim, percebe-se em muitos textos, críticas revelando inconformismo e ceticismo pela forma como os destinos do país estavam a ser conduzidos. Os títulos são sugestivos: “Não vás por aí, meu povo / Canto à mulher / Desabafo / O Eco do pranto / Melodia do desespero / Cor e dor, Mulher / Canção da criança / Meninos de amanhã / Prato de fome / Canção ao menino / Mulher da minha terra / Manta da minha mãe / Porque choras mama?” E os conteúdos dão razão aos que descortinaram nesta obra os primeiros indícios de outras preocupações para além dos hinos à independência.

... Vejo-me ao espelho / sem atalhos / falhos de verdade / Nu / a corpo inteiro /... / e digol / não darei nem mais um passo / no descompasso desta caminhada / deserdada...

Logo-logo, nesse mesmo ano, chegada a hora das publicações individuais, constata-se que todas elas consagraram espaços consideráveis à temática “criança”. Conduto de Pina, Vasco Cabral, Teresa Montenegro e Hélder Proença são alguns dos nomes mais sonantes e importa assinalar formas subtis de interpelar o pulsar do país pela voz das crianças, que parecia funcionar como o barómetro da situação. Proença, com um discurso poético renovado, eivado de estética e melodia, deixa em aberto questões sugerindo uma sociedade mais justa, a tal que lhes fora prometida nos palanques da política. Referindo-se à criança da sua terra diz ver, (...) *Nos teus olhos / O dó desta aventura / alheia / mas tua (...)*

O corolário da “criança” na literatura guineense ocorre em 1992, com a edição, pela Editorial Inquérito, de Lisboa, do livro *O Eco do Pranto*, que antologiza nove poetas em 34 textos que fazem o respaldo da criança na poesia moderna guineense.

O historiador e crítico literário L. Amado⁹, que assina o prefácio, é perentório

⁹ Leopoldo Amado

ao considerar a obra como “do desabafo poético na hora de renovação”. Sustenta a sua tese por caminhos do real acontecido e da ficção poética elaborada, assumindo que “na moderna poesia guineense, vai passando o tempo em que o eufórico exclusivismo da temática revolucionária constituía, pelo seu peso político e ideológico, um empecilho à embriologia duma poética nacional que se quer multimoda e até axiológica”. Ao ajuizar os contornos, a dimensão deste trabalho a várias mãos, o historiador e crítico literário enaltece o seu grau de literariedade exibido *vis-à-vis* um fino pendor estético e a diversidade dos subtemas a ela associadas.

Criança trabalhadora, menino de rua, portadores de deficiência, enfim a realidade vigente que mais não é que o reflexo do seu próprio atraso de desenvolvimento, o que também coloca a infância à margem da saúde e da própria escola, longínqua pela distância mas também do ponto de vista dos conteúdos e com insuficiências pedagógicas por não refletirem e nem atenderem à realidade e às necessidades das comunidades.

Esta amálgama de situações nefastas à vida da criança foram levadas à poesia nesta obra, onde se defende querer-se uma criança só para ser o cidadão do amanhã. Reclama-se um tempo presente. Um tempo para ser simplesmente menino com os confortos e afetos próprios, tempo *para deixar-te ser / criança de hoje*.

Uma outra pena fala da beleza natural e contagiante da criança: *vento forte / vento norte / lá vem a criança / na sua esperança / lá vem a criança / criança na sua pujança...* e dá lugar a que as teclas escurram por outros rios tumultuosos que doem na alma: *... confesso / que é doloroso / ver a semente pronta para a germinação / debaixo da terra;* ou noutros versos não menos bem conseguidos:

*Aquela lágrima pequena
Que dos seus olhos brotava
Como se tratasse
D'algum rio correndo
Taciturno e límpido
Sobre a pedra castanha
Da sua face
Era a marca da dor
Que o seu pranto ingénuo
Não soube explicar.
Por isso te abraçava
Como quem tivesse*

*A noção de que a vida tão pequena
Estava-lhe escapando...*¹⁰

Outras formas de abordagem ressaltam de outros poemas de outros autores na mesma antologia. Veja-se como o problema da saúde se encaixa num labor poético exaltante e doloroso:

*Ergo a minha voz
e firo o tecto do silêncio
nego a morte de crianças
porque há minguia de medicamentos
na angústia
liberto o verbo
mordo o pólen da desgraça
que grassa
nesta África desventurada
em obra
e graça
subdesenvolvendo-se.
coloco andaimos
nos alicerces do tempo
perscruto os ventos
circunciso as ondas
nego a convivência da paciência
que amordaça o pensamento
e cala o sentimento.
exorcizo o paludismo
apeio a poliomielite
amputo a desgraça
e ergo a graça da criança
florescendo à vida.*¹¹

Sem dúvida que o tema “infância” é amplamente tratado na literatura guineense. E a poesia, mais do que qualquer outro género literário, não hesita em assumi-lo.

¹⁰ “O baque do pranto em dez poemas com terra e lágrimas”, Epígrafe, Hélder Proença, in *Antologia Poética da Guiné-Bissau*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1990.

¹¹ “Tecto de silêncio”, Tony Tcheka, *Noites de Insónia na Terra Adormecida*. Bissau: Tony Tcheka e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1996.

Não há assuntos tabu, nem áreas interditas. A poesia franqueia as portas e amplia o espaço e formas de dar a voz a quem não a tem. Os casos dos “mininus di kriason”, do casamento obrigatório, da mutilação genital feminina, são elencados e tratados com rigor de linguagem, não faltando critérios estéticos bem definidos. Importa destacar igualmente a linguagem erudita e hermética dos autores mais experientes e a evidência de outras sensibilidades e idiossincrasias poéticas que coabitam numa ideografia de fundo que lhes é comum.

Por exemplo, os “meninus de kriason”, crianças entregues a supostos cuidados de famílias urbanas remediadas, com o fito de aprenderem a ser gente e a ter uma vida melhor. São levadas para a cidade com o fito de aprenderem a vida. Aprender a respeitar... Aprender a trabalhar... são chamados “mininus de kriason”!!! Entre o enunciado e a verdade ressalta a dimensão verdadeira da criança maltratada, a criança escravizada.

Chegados à cidade ou noutros centros urbanos, na casa dos senhores, são confiados a um trabalho árduo e sem limites. São os primeiros a erguer-se, ainda antes dos raios de sol vencerem a madrugada, seguindo os caminho das fontes para encher baldes e baldes de água e apanhar lenha para fazer crepitar o fogareiro e preparar o “matabicho” dos senhores da casa e familiares. Nunca vão à escola e se falham nalguma labuta são severamente punidos. A muitos deles, quando tudo se torna insuportável, só lhes resta a fuga para a rua, onde alimentam o batalhão dos Meninos de Rua, como ilustra o poema “Mininu di kriason”¹²:

*Amassando o barro vermelho
nas bolanhas de Bandim
para mais um carnaval
que há de vir
Desvirgindando as lalas
no sobe
e desce
aos mangueiros
e cajueiros
é Djondjon mininu de kriason
Nunca teve berço
já sobreviveu um terço*

¹² “Tecto de silêncio”, Tony Tcheka, *Noites de Insónia na Terra Adormecida*. Bissau: Tony Tcheka e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1996, p. 121.

*da vida que não tem
Ei-lo nos becos da cidade
esquivando-se ao cassetete
ou livrando-se lesto ao tabefe
factura de mil traquinices
Ziguezagueia pelos cantos
enquanto aguarda
uma tigela de cuntango
que se não aparece
é na cabaça da Tia Mandjendja
o banquete que apetece...
E depois a corrida
mais uma esquivadela
Djondjon – mininu di kriason
não tem criação
Aí vai ele
corre solto e liberto
faz da vida
um carnaval
de gargalhadas
que dói na alma.*

Trinta e três anos depois dos “Meninos da hora de Pindjiguiti“, foi lançada em Lisboa (2010) uma nova antologia juvenil da Guiné-Bissau, assinada por vinte e três jovens que produziram 112 poemas em português e kiriol. Muitos deles ainda não eram nascidos no momento em que a bandeira da independência foi hasteada.. Mas viveram o período das juras e promessas de uma terra melhor. Foram ninados pelos hinos de sonho pátrio edificado na justiça e pão para cada boca. Uma terra mãe para os seus filhos. E tornaram-se sonhadores para logo depois tentarem na poesia exorcizar as desesperanças e as dores que ressaltam da sua escrita prenhe de entrega e porfia do querer, de quem quer fazer mais e melhor. Na verdade, a dor e a paixão chegam a confundir-se. Falam de *trinta e quatro anos de peregrinação incerta / neste pedaço de cabaça infeliz / duma esperança deserta / cheia de certezas fatais / cabaça de horizontes apagados / de tantas dores forçadas / mães com sofrimentos aguçados / crianças com manhãs salgadas...*

Assim, os meninos de ontem e de hoje persistem na poesia guineense, continuam a povoar espaços criativos nos dois lados da construção da literatura e ajudando nos

registos da própria história do seu país enquanto ela decorre. A presença feminina é o senão desta iniciativa juvenil. Dos antologizados, só três são mulheres.

E a cidade dos meninos? Aquela cidade que recebeu e acarinhou os homens e mulheres que protagonizaram a epopeia libertadora? Sacudida ciclicamente por crises políticas e militares violentas, ela resiste e disponibiliza-se como palco das lides letrárias que acontecem nos centros culturais das embaixadas de países amigos. Eventos que desafiam a violência das armas e das palavras amargas feitas lâminas cortantes que incitam a violência, amiga da dor e do atraso. A cidade capital aceita as mutações do tempo oferecendo a sua hospitalidade de sempre. Não discrimina quem nela nasceu e nem os que na sua concha se aconchegam. E as penas dos poetas registam, recriando os episódios... até há quem, em tempo de paz, verseje parodiando:

*Bissau cresce
quando o sol desce
vem com o fio da noite
e só adormece
quando amanhece
O álcool
e o week-end
inflamam corpos
cheios de adornos
Na noite
há insónias
e sónias de muitos nomes
não é só o mote
aqui há funky
há merengada
e antilhas na madrugada
Lufadas de amor
moldam corpos
suarentos de ardor
há um saracoteio
permanente
na passarelle da noite
sedas flutuantes
coxas remexendo
num sincopado
que dá síncope*

O odor
mastiga o ar
sem pudor mistura-se
confunde-se
catínga
chanel
paco rabane
água cheiro
suor
e dior
ça va comme ça...
tudo muito very special
O old scotch
dá o toque final
É fatal
Afina! porque não...
A batucada cresce
abre o espaço
a cidade não dorme¹³.

Quando os tempos são duros, trazendo lascas e bagos de dor, outras penas perscrutam a cidade dos meninos, atingida pelo macaréu¹⁴ da maldade, e os canhões orquestram valsas fúnebres que sentenciam a desertificação compulsiva da cidade – um tempo de deixar «*correr todas as lágrimas que não puderam ser choradas*».

Noutro registo poético o mesmo autor mostra a outra face da mesma moeda, completando um quadro hediondo. E fala em «*balaios de mágoas / corpos sofridos / dores encruadas / cruzando-se em estradas de ninguém / caras tisonadas / carificadas com bagos de dor / gente baldeada / sem caminhos / magotes de guineenses fugindo de Bissau / insuflada de pólvoras de ódio*».

Os *nhanheros* calam-se e juntam-se ao silêncio ruidoso do bater das asas das garças e dos pelicanos, debandando em voos cronometrados pelo medo, pela guerra instalada em «Bissau-nandó» sem dó.

¹³ Poema “Batucada na Noite”, em *Noites de Insónia na Terra Adormecida*, de Tony Tcheka.

¹⁴ Onda de maré, provocada pelo choque das águas de um rio caudaloso com as ondas oceânicas que se formam durante o início da preia-mar. Este fenómeno tem várias designações, dependendo do local onde ocorre. Na Guiné-Bissau, verifica-se na foz do rio Geba.

Odete Semedo, na marcha da fuga, vê a sua cidade afundar-se no fundo do canto e abre a alma para reconhecer que Bissau «*não quis acreditar / que estava a ser violada / violentada (...) vergou com a dor dos seus filhos / mas não se quebrou / nua deitou-se de bruços / para receber chicotadas / para receber açoite /... di nhara sikidu*».

A morte, o pânico, a fuga dos donos da terra-bissau é contada na primeira pessoa, na condição de personagem fugitiva e poeta-repórter. De si para si, ela questiona: *vais para onde? / para onde os meus pés me levarem / e sei que será o mais longe possível / longe do cheiro e do fumo da pólvora... Nenhum grito / nenhum gemido / palavra nenhuma / letra alguma / jamais traduziu / tanto sofrer / os olhos sentiram / a minha gente viu / e eu? / e eu?*

Durante mais de uma década, esta cidade de meninos não parou de ser fustigada e castigada por lâminas desembainhadas, amputando mentes, lascando corpos, suprimindo vidas. As pessoas sentiram no corpo e na alma o que é a diáspora dentro da própria terra – emigrar sem ter saído do país...

Desde a ponta final do ano findo que as garças e os pelicanos fizeram a viagem de regresso ao seu habitat. Os nossos *catchus*, *caleron*, *saia blusa*, *tchintchor*, *inguli-malgueta*¹⁵ voltaram a cantar o fim da madrugada, despertando os bissauinos para o início de um novo dia. – Novo dia! Novo tempo! A palavra renovada e a esperança resgatada. A cidade renova-se!!!

Na semana passada, no centro da cidade de Bissau, ao começar do dia, ouvi um menino de Bissau perguntar à mãe: Mama, porque razão passámos a ter luz em casa todos os dias, mesmo quando o sol está quente e a noite não chega?

É entre desventuras que a mulher emerge como um segundo *métier* dos autores guineenses. Afinal, ela tem sido a referência do ser guineense. É a guineidade atravessando os tempos e a sociedade guineense multiétnica nas diferentes fases.

Desde a mulher em armas e na política nos momentos primeiros, do hastear da bandeira à companheira, cantada e sublimada por José Carlos Schwarz, na figura de “Apili”, ou a mulher mãe, *mulher-bidera* – aquela que pelo seu suor-canseira é enaltecida na poesia de TT: *Guiné / és tu / mulher-bidera / em filas de insónia...!* que tudo faz para manter a coesão e os valores. São este os ditâmes e o *leitmotiv* para que escritores e cientistas sociais a convoquem, tanto para dar forma à ficção literária, como para pesquisas sociológicas ou análises económicas.

A mulher surge como a fiel depositária dos valores e referências porque se pauta a idiosincrasia guineense. E nega ser diasporizada na sua própria terra. Finca o pé

¹⁵ Nomes de pássaros

no chão e ergue-se, poderosa como camponesa que semeia o verde na cintura que serpenteia a capital, Bissau. É pescadora, empresária, é mestra, professora. É a voz que se ouve, o discurso nunca adiado preñado de determinação, desafiando o silencioso ruído da sujeição da pessoa humana, por «*homens de armas na mão e coração de pedra, empurrando a terra para o cadafalso...*».

Nem sempre ser mulher é sinónimo de satisfação, ante adversidades de vária ordem instala-se a revolta que desagua na escrita de uma poeta: *obrigado por esta dor / por este desespero / essa voz gigante / ecoando em mim /.../ obrigada por este momento de angústia / por esta raiva de ser mulher / esta luz / obrigado por este silêncio / meu refúgio.../* Mas é também pelos verso de Odete Semedo que se percebe uma abordagem inovadora sintonizada com o género: *...sou o rio que corre / tropeçando em pedras e velas / para chegar ao seu destino / não sou mulher nem homem /... apenas um pedaço deste chão.*

Tanto tratadas, no entanto, são poucas as vozes femininas no universo literário guineense. Destacam-se: Odete Semedo; Saliatu Costa; Domingas Samy; Filomena Embaló; Teresa Montenegro; Eunice Borges; Mariana Ribeiro; Auzenda Nogueira; Filomena Correia; Gina Cói; Irina Ramos e Rira Ié. Contudo, no 2º volume da antologia poética guineense, *Traços no Tempo*, participam já nove poetisas.

Glossário

Balaios – Cestas de verga ou vime.

Catchus, caleron, saia blusa, tchintchor, inguli-malgueta – Nomes de pássaros.

Conta-passada – Lembrar acontecimentos ou episódios do passado ou do presente, independentemente do assunto ou tema.

Cuntango – Arroz branco cozido só com água e sal.

Djumbai – Momentos de encontro e convívio em que as pessoas se juntam para contar e ouvir histórias reais e/ou ficcionadas.

Er-er – Início de uma história à qual os que escutam respondem *ere certo*.

Lalas – Planícies, terrenos que se estendem ao longo das margens dos rios ou cursos de água.

Mulher-bidera – Mulher que se dedica a pequenos negócios, revendedeira.

Nhanhero – Instrumento de cordas guineense.

Nhara – Designação atribuída a algumas mulheres líderes que antigamente gozavam de um estatuto especial, o que lhes permitia decidir em nome da comunidade, sem que houvesse direito a qualquer contestação. As autoridades coloniais chegavam a solicitar o seu apoio para resolver questões delicadas.

Saburas – Delícias, felicidade.

Sikidu – De pé, firme.

Storia sertu – História escolhida, selecionada para o momento.

A CIDADE E A INFÂNCIA, OU RECORDANDO LUANDINO E OUTROS AUTORES

UNGULANI BA KA KHOSA

A escolha do tema deveu-se, em grande medida, ao livro homónimo de Luandino Vieira¹. De entre as estórias (ao jeito da grafia de Luandino) do livro, ficou-me “A fronteira de asfalto”. Já lá vão mais de trinta anos. E a estória ainda mexe comigo. Estória curta mas de inusitada densidade. Por detrás de palavras simples, “... *Virou os olhos para o seu mundo. Do outro lado da rua asfaltada não havia passeio. Nem árvores de flores violeta. A terra era vermelha. Piteiras. Casas de pau-a-pique à sombra de mulembas. As ruas de areia eram sinuosas. Uma tênue nuvem de poeira que o vento levantava, cobria tudo. A casa dele ficava ao fundo. Via-se do sítio donde estava. Amarela. Duas portas, três janelas. Um cercado de aduelas e arcos de barril.*”, há um mundo em conflito, o mundo do Ricardo, o preto que convivera na infância com a Marina, menina branca, também em conflito, recordando o “*Ricardo (que) brincava com ela. Ela corria feliz, o vestido pelos joelhos, e os caracóis loiros brilhavam. Ricardo tinha uns olhos grandes. E subitamente ficou a pensar no mundo para lá da rua asfaltada. E reviu as casas de pau-a-pique onde viviam famílias numerosas. Num quarto como o dela dormiam os quatro irmãos de Ricardo... porquê? Porque é que ela não podia continuar a ser amiga dele, como fora em criança? Porque é que agora era diferente?*”

O mesmo sentimento de inquietude tocou-me, num outro universo, com o conto “As mãos dos pretos”, de Luís Bernardo Honwana, em *Nós Matamos o Cão Tinhoso*. E cito: “*Deus fez pretos porque tinha de os haver... Depois arrependeu-se de os ter feito porque os outros homens se riam deles e levavam-nos para as casas deles para os pôr a servir como escravos ou pouco mais. Mas como Ele já os não pudesse fazer ficar todos brancos porque os que já se tinham habituado a vê-los pretos reclamariam, fez com que as palmas das mãos deles ficassem exactamente como as palmas das mãos dos outros homens. E sabes porque é que foi? Claro que não sabes e não admira porque muitos e muitos não sabem. Pois olha: foi para mostrar que o que os homens fazem, é apenas obra de homens... Que o que os homens fazem, é feito por mãos iguais, mãos de pessoas que se tiverem juízo sabem que antes de serem qualquer outra coisa são homens.*”

Infâncias sofridas, memórias que se grudam à personalidade, estórias que serviram, em muitos casos, à sedimentação da consciência nacionalista e de estopim à revolta, à gesta nacionalista. Estórias actuais porque se demoram no tempo e fazem prevalecer, de forma compungida, os retratos de um tempo que se quer vivo na memória de gerações presentes e futuras.

A minha infância, e parte da adolescência, passou-se fora das grandes cidades. Com uma mãe enfermeira, a infância teve em vilas o seu grande epicentro. Nunca conheci o grande subúrbio como espaço de vida, de convívio intenso, de marca de um tempo. Viviam paredes meias com hospitais distritais e, ao alcance da vista, com as palhotas dos camponeses com as machambas a florirem, os meninos descalços a circularem sem medo pelo asfalto das vilas com carrinhos de arame e caniço, as línguas, então designadas por dialectos, a ganharem alguma cidadania pelas ruas de asfalto e macadame da minha infância povoada de estrelas reluzindo nas noites tropicais, e da luminosidade do arco-íris cortando as tardes de chuva branda que soltava da terra esse cheiro único e inconfundível que me marcou para sempre. A fronteira que me marcou foi a cantina do comerciante branco ou indiano a separar o mundo urbano de dezenas de casas de alvenaria perfiladas por entre as ruas medidas, e as casas de adobe despontando por entre mangueiras e cajueiros, a indicarem, no vasto horizonte, a desconhecida floresta dos medos da infância.

Da grande cidade capital Maputo, então Lourenço Marques, me aproximei por uns escassos dois anos. Tempo relâmpago no cruzar de luzes permanentes da cidade e das lamparinas do subúrbio. Dela retenho as surtidas ao elevador de um prédio próximo à missão anglicana, então minha residência como estudante aguardando condições em outros distritos do meu destino. Era uma espécie de assalto às hostes inimigas. Investíamos o nosso talento de espíões para que não fôssemos apanhados

¹ *A Cidade e a Infância*, Luandino Vieira, Editorial Caminho, 2007.

em falta. Eram as grandes viagens da infância no elevador do prédio de cinco andares. O subúrbio estava bem próximo. Havia tios e primos e amigos que lá viviam, e onde, amiúde, convivíamos. E foi também o tempo das primeiras leituras, as bandas desenhadas onde pontificava o Mandrake², os livros de seis balas que trocávamos na papelaria do Alto-Maé, bairro contíguo aos subúrbios de Chamanculo / Xipamane do nosso escritor Luís Bernardo Honwana, e da Mafalala do nosso poeta maior José Craverinha, autores então desconhecidos.

Chegada a independência, e em plena adolescência, demo-nos conta, por via da literatura, da dimensão da infância sofrida de muitos compatriotas nossos ao longo da noite colonial. O olhar alterou-se. O poema “Elegia a uma mulher de seis anos”, de José Craveirinha, dispensa comentários: *Uma vida de seis anos / uma vida / sem quarto de bonecas loiras feitas no estrangeiro / e embalando nos bracinhos magros / a sua boneca inteligente de carolo de milho / no dia da viagem comprida de cocuana Zelina / para as terras do medo e do mistério / das histórias de quizumbas / e de guerreiros zulos / matando leões com azagaias. / Seis anos somente / chorando ao canto do mundo de caniço / uma esteira no chão / e o seu pequenino coração / asfixiado na incompreensão de vestirem / cocuana Zelina com a xicatauana de seda / a capulana nova de ramagens encarnadas de mapsele / e também na cabeça branca de algodão / amarrarem o lenço verde de florinhas amarelas. / E deixaste, velha Zelina / na casinha de ripas do Xipamane / uma mulher de seis anos a brincar / com a boneca inteligente de carolo de milho / e chorando ainda de olhos secos / Cocuana Zelina... Oh... Cocuana Zelina... / E uma vida de seis anos / somente / ficou chamando o teu nome / na partida para sempre / no dia de sol em que as flores foram para ti / e perfumaram o teu sono, cocuana Zelina / e se deitaram contigo / na vala de um por dois da parcela / cavada em honra do teu repouso. / Mas também tu, mulher de seis anos / lá ficaste / no asilo da velhice de cocuana Zelina / deitada no talhão reservado aos imóveis / cidadãos alforriados de costas / no subúrbio derradeiro.*

Muitos dos nossos textos, refiro-me à primeira geração de escritores pós-independência, distanciaram-se bastante cedo da realidade colonial, muito por causa da profusão de textos dados à estampa pela geração da gesta nacionalista e da realidade que nos cercava: a guerra. Pessoalmente, a realidade política então vigente marcou os meus primeiros passos na literatura. Em “A Pequena História”, já me interrogo sobre a política em curso:

² Personagem de banda desenhada, criado em 1934, por Lee Falk.

“ – Mano, o que é socialismo?

E esta? Não esperava. Como respondê-la? Como explicá-la? Não sei. Mas as palavras terão que sair, depois escalonar-se-ão e virá o sentido.

– O socialismo é uma palavra bonita que diz muita coisa bonita. O socialismo quer dizer liberdade. Quer dizer felicidade: vamos ser felizes. Quer dizer que não haverá ricos e pobres: seremos todos iguais.

– É verdade?

– É, é verdade.

– Vamos ser ricos?

– Vamos.

– Vamos ter casas grandes e bonitas?

– Vamos.

– Vamos ter carros?

– Vamos.

– Vamos ter tudo?

– Quase tudo.

– Mentira, mano.

– É verdade.

– Como? Aquele que vive ali tem um carro e uma casa grande. O filho anda comigo na escola. O pai vai deixá-lo todos os dias à escola. Ele diz que o pai é director, é rico, é chefe...

– E depois?

– Depois, no socialismo, eles serão mais ricos.”

A infância continua a vestir-se de política. Mas a cidade continua como pano de fundo. Ela não emerge como um cenário de grande suporte às personagens. Ela está nos textos como uma simples hospedaria. De um escritor da década de 90, Aurélio Furdela, destaco o conto / crónica “O Golo” que meteu o árbitro:

“... No sábado seguinte, o jogo entre os Babalaza e os Valentes terminara antes dos noventa minutos. Tudo porque Fernando Coto, não Couto, entrou velozmente na grande área e deu um salto, tentando cabecear a bola para o fundo das malhas da baliza dos Babalaza. Mas devido à escassez da sua altura, quase não conseguia chegar ao esférico. Para emendar a falta, levantou o braço amputado e, pelo Coto, enviou a bola para o fundo das redes. A bancada gritou golo, sob o apito do árbitro, que o invalidou.

– Que mão está esse gajo a apitar? Por acaso viram vocês uma mão tocar na bola? – perguntou uma voz da assistência.

– Mão é o que falta ao Fernando para levar à bola. – Completou outra.

- *Se tivesse mãos seria ele o nosso guarda-redes.*
- *Este tipo não serve para apitar nada.*
- *Deixa-se comprar por litro de sura!*
- *Surra é o que ele vai apanhar agora!”*

A guerra marcou as nossas cidades e as nossas histórias. Vivo há trinta e quatro anos na cidade capital, Maputo. Mas só agora é que sinto a cidade a entranhar-se nos meus músculos e a pedir maior presença nos textos. E deteto em muitos dos textos dos meus confrades que a cidade não passa de um objeto decorativo de segunda categoria. Dela se socorrem como um embrulho, algo para cobrir o texto. A cidade ainda é uma paisagem. E muito por causa das grandes revoluções a que foi submetida. A primeira, a que não consta, em profundidade, nos nossos textos, deu-se logo após a independência. As cidades mudaram de rosto e de tom. No mesmo bairro, no mesmo prédio, cruzavam-se professores com serralheiros, médicos com serventes, mecânicos com juízes, sapateiros com ministros, biscateiros com deputados, todos tratando-se por camaradas e falando a mesma linguagem. O poder tratou, logo cedo, de fugir a esta harmonização social e aglutinou outros epítetos ao termo camarada. E o espaçamento físico começou a fazer-se sentir. As empregadas domésticas e os mecânicos, os biscateiros e os serventes, começaram a apartar-se da elite política. Entendemo-nos na linguagem mas não no convívio, deram a entender os políticos, os que mandavam. Por outro lado, e de forma descontrolada, o exército de deslocados e estropiados da guerra foram ocupando o subúrbio dos que ocuparam a cidade de cimento. A segunda grande virada, a que hoje vivemos, é a de retorno à nossa condição, segundo os ditames da economia neoliberal. O dinheiro está ditando o nosso lugar na sociedade.

Posto isto, senhores, posso adiantar, sem muitas reservas, que as nossas cidades, as cidades das nossas independências, não tiveram infância, não tiveram os grandes momentos da ingenuidade, da inocência. Fomos e somos os eternos deslocados nas nossas próprias cidades. Precisamos urgentemente, isso sim, de encontrar espaços duradouros para que as gerações futuras tenham uma infância estável e feliz nas nossas cidades. E que a literatura infantil floresça com a seiva literária que lhe é devida.

Glossário

Capulana — Pano estampado, usado pelas mulheres em Moçambique, que serve como saia ou para levar os bebés às costas.
Cocuana — Avô / avó, termo respeitoso para referir pessoas mais velhas.
Machamba — Terreno agrícola, terreno cultivado.
Mapsele — Mulher casada, mulher de meia-idade, respeitável.

Mulemba — Árvore de grande porte e copa volumosa, também conhecida como figueira africana. Encontra-se principalmente na África Subsariana.
Sura — Bebida preparada com seiva das palmeiras.
Xicatauana — Blusa, camisa usada pelas mulheres.

NOSSAS CIDADES, NOSSOS LAÇOS LITERÁRIOS

SULEIMAN CASSAMO

Incolino-me ao convite da UCCLA para proferir uma comunicação neste V Encontro de Escritores de Língua Portuguesa, começando por colocar as seguintes questões:

- Qual é a importância das nossas cidades capitais no contexto das literaturas dos nossos países?
- Existem ou não laços entre estas literaturas, implicados na relação entre as nossas principais cidades?

Na tentativa de encontrar respostas para estas questões, começaria por definir a cidade como lugar de fundação coletiva, aonde todos viemos ter, lugar das luzes que chamam de longe. É nesse lugar carregado de promessas onde nos sentimos parte da nação. Aliás, *cidadão* e *cidadania* têm em cidade a palavra-mãe.

Para os indivíduos, o campo será, no mínimo, o espaço de gestação, sendo a cidade, na mentalidade hoje dominante, o palco do reconhecimento, da legitimação do talento. Um destino quase obrigatório: centro da indústria cultural, esperança da realização artística e material.

A cidade cristaliza em si os conflitos sociais e culturais, as tensões entre o rural e o urbano, o rico e o pobre, a tradição e a modernidade. A capital, por norma, torna-se no destino dos talentos dum país, e não só. Nova Iorque, Londres e Paris têm exercido ao longo da história esse fascínio global, funcionando como locais de

emancipação universais: dentre outros, de pintores, cineastas, cantores, escritores e de dançarinos.

Na opinião de muitos, Paris foi, ao longo do século XX, a capital cultural do Mundo. Muitos artistas – europeus, americanos e africanos – nela convergiram: atraídos pela beleza da cidade, seu sentido de história, seus requintados restaurantes e cafés, seu lado boémio, com a animada e decadente vida nocturna; fascinados pela vitalidade do cenário artístico e intelectual, pela tolerância nela vigente para com a inovação, o respeito concedido aos criadores e à liberdade do indivíduo na busca de identidade própria.

Paris da época de ouro, com bairros como Quartier Latin ou Montparnasse, espaços fervilhantes de ideias, pelas suas características, só podia conferir enorme projeção aos artistas que aí se fixaram: Samuel Beckett, John Dos Passos, Ernest Hemingway, James Joyce, Ezra Pound, Gertrude Stein ou Júlio Cortázar.

Gabriel Garcia Marquez e Mário Vargas Lhosa, ambos prémios Nobel de Literatura, expoentes da mesma geração de escritores latino-americanos, embora sejam particularmente devedores de Barcelona, a capital catalã, também passam pela *cidade-luz*.

O fascínio planetário exercido por Paris ilustra bem a importância dos aglomerados urbanos na criação do ambiente que propicia o contacto com a arte, em espaços como salas de cinema, de debate, *ateliês*, livrarias e quiosques; ou simples espaços de convívio entre artistas, associações abertas ou fundadas de acordo com disciplinas artísticas. Dos que desfrutaram desse magnífico ambiente, alguns vêm, mais tarde, a criar, a gravar, a exhibir e a editar suas próprias obras.

As nossas capitais – Luanda foi em tempos chamada de Paris de África – não emergem das mesmas circunstâncias históricas que as dos Anos Loucos da *cidade-luz*. Mas, também elas, Bissau, Brasília, Díli, Lisboa, Luanda, Maputo, Praia ou São Tomé, a seu modo, fazem a atração, a fixação e a afirmação de talentos, particularmente literários.

Pode-se afirmar que, sem Maputo e Luanda, as literaturas moçambicana e angolana não existiriam, com os seus aromas índico e atlântico penetrando a savana e o doirado deserto. Como também não existiriam as literaturas guineense, cabo-verdiana, são-tomense e timorense, sem Bissau, Praia, Príncipe e Díli.

Para a literatura portuguesa, Lisboa terá uma importância partilhada com Coimbra e Porto. Brasília vem assumindo o seu papel dinamizador, mas, historicamente, a literatura do país de verde e amarelo tem o seu umbigo em Salvador da Bahia, Rio de Janeiro ou São Paulo. Sem desprimor para a capital do *país do carnaval*, deve-se

admitir que ela nasceu com motivações geoestratégicas, políticas e económicas.

Já agora, por arrasto, vale a pena evocar Buenos Aires, o berço de Jorge Luís Borges. Essa cidade é símbolo não só da literatura argentina como também de todo um continente. Carrega consigo a memória da literatura latino-americana em geral.

Se Buenos Aires exhibe a magia dos nomes na evocação da tradição literária; Lisboa é tão antiga que sempre se chamou de Lisboa ao lugar que é ainda hoje Lisboa; como algumas das capitais africanas, que mantiveram tanto a localização como o nome, após as independências: Bissau, Luanda, Praia e São Tomé.

Já Maputo sucede a Lourenço Marques. E qual é a origem do nome? O movimento de libertação colocara a si a tarefa de “unir o povo e levar a luta do Rovuma ao Maputo”. Ou seja, os rios que delimitam Moçambique, ao norte e ao sul. Com Samora Machel, o primeiro Presidente da República, Maputo torna-se na capital do país livre e independente.

Ora, a literatura é saudosista por natureza. Um tom nostálgico perpassa toda a criação literária. Por vezes, surge a dúvida quando se trata de situar os acontecimentos no tempo respectivo: como localizar uma estória que tem como cenário Maputo mas ao tempo de Lourenço Marques? Devo ater-me a razões políticas e oficiosas? Ou a literatura preserva os nomes como a escultura os monumentos?

É claro que o escritor goza de liberdade de opção, podendo criar lugares que nem sequer existem, nomes que nunca foram ditos, ouvidos ou escritos.

Se existem laços entre as nossas literaturas, aliados à génese das nossas cidades? Com certeza que sim. Bissau, Díli, Luanda, Maputo, Praia e São Tomé têm muito em comum. Para além da história da colonização em si, a língua comum é determinante. No passado não muito distante, no ensino primário, feito nestas cidades, travámos contacto com Luís de Camões, Guerra Junqueiro, Matilde de Araújo¹, Maria Breyner Anderson², Herculano ou Miguel Torga. Ou seja, há uma matriz de educação comum à geração fundadora das nossas literaturas, a geração envolvida no processo de afirmação das nossas identidades, sendo também de recordar a ação dos jovens da Casa dos Estudantes do Império, na Lisboa dos anos 60.

Estas literaturas nascem geralmente ligadas ao jornalismo, cúmplices ao fervor libertário. Em Moçambique, o poeta José Craveirinha e publicações como O Brado Africano constituem exemplo desse percurso. Por outro lado, apesar da descontinuidade geográfica entre os territórios, ao longo do tempo, houve circulação

¹ Matilde Rosa Araújo

² Sofia de Mello Breyner Anderson

e partilha de livros, fora dos canais oficiais. Eça de Queirós, Aquilino Ribeiro, Machado de Assis, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, entre outros, irão espervitar em nós o gosto pela leitura. O livro *Os Subterrâneos da Liberdade*³, que fala do militante brasileiro Luís Carlos Prestes, uma obra proibida⁴, foi lido por nacionalistas moçambicanos e outros.

Isto comprova a existência de vasos comunicantes, que passam pelo chão cúmplice das nossas cidades. Sendo verdade que também nos vêm enriquecendo as literaturas de outras latitudes: a francesa, a inglesa, a americana e até a africana de expressão francófona ou anglófona.

É natural que, nesta comunicação, eu fale mais de Angola, pois este encontro ocorre em Luanda. É também natural porque angolanos e moçambicanos tiveram muito em comum, desde as lutas de libertação. Na segunda metade da década de 70, fomos particularmente tocados pelo *boom* da literatura angolana. Depois de José Luandino Vieira, autores como Agostinho Neto, António Jacinto, Boaventura Cardoso, Pepetela e Uanhenga Xitu foram, entre nós, acolhidos com particular entusiasmo.

O intercâmbio entre a Associação de Escritores Moçambicanos e a União de Escritores Angolanos tem ocorrido de forma regular. Em Maputo, temos recebido visitas de confrades angolanos e iniciativas de lançamento de livros seus; ali fez-se, em 2014, o anúncio da extensão do Grande Prémio Sonangol de Literatura aos restantes escritores africanos de língua portuguesa, passando o prestigioso galardão a incluir também os moçambicanos.

Infelizmente, as nossas relações culturais continuam a ocorrer de forma episódica, entre uns e outros, no lugar de todos com todos; mais expressivas no plano bilateral do que ao nível das plataformas de cooperação, como a CPLP⁵.

Com a língua portuguesa como referência comum, acredito que as nossas cidades continuarão a ser espaços de criação, edição e publicação de obras dos nossos escritores.

A propósito, termino deixando em aberto as seguintes perguntas:

- Porque não o estímulo a editoras de carácter transnacional, que façam sair livros dos nossos escritores simultaneamente em Bissau, Brasília, Díli, Lisboa, Luanda, Maputo, Praia e São Tomé?

³ Jorge Amado.

⁴ Proibido em Portugal e no Império Português durante o Estado Novo.

⁵ Comunidade de Países de Língua Portuguesa.



PONTES DE PALAVRAS

JOSÉ FANHA

- O que falta para que os mesmos sejam divulgados, publicados e lidos por um horizonte de leitores que corresponde ao conjunto dos nossos países?
- O que falta para que o português se imponha como língua de difusão dos nossos autores no espaço global?
- E porque não também projetos de tradução comuns, que coloquem os nossos principais autores nos mercados anglófono e francófono?
- E porque não o prémio UCCLA de Literatura, com o patrocínio das cidades filiadas?

Eu venho falar-vos sobre um menino chamado Francisco e sobre a construção de pontes de palavras.

No entanto, em primeiro lugar permitam-me que vos diga que sorrio um tanto envergonhado sempre que alguém diz: “Não gosto de ler.”

E sorrio porque eu sei que todo o homem é um leitor. Lê imagens, sinais, signos e palavras. Lê a linguagem das nuvens e sabe que vai chover. Lê a linguagem dos pássaros, a das cabras, a das águas, lê todas as linguagens da natureza. Lê as linguagens que se leem com a vista, com o olfato, com o sabor, com o ouvido, com a pele. Para sobreviver na selva ou na tundra, os nossos antepassados dos tempos pré-históricos tinham que ser muito bons leitores.

A esta capacidade original de ler veio juntar-se a capacidade de nomear através da palavra. Esse foi um primeiríssimo ato mágico e maravilhoso, fundador da história da humanidade.

O próprio mundo, na tradição judaico-cristã, é criado pela palavra. Segundo o Génesis:

“No princípio, Deus criou os céus e a terra.

A terra era informe e vazia. As trevas cobriam o abismo, e o Espírito de Deus movia-se sobre a superfície das águas.

Deus disse: “Faça-se luz”. E a luz foi feita. Deus viu que a luz era boa e separou a luz das trevas. Deus chamou dia à luz e noite às trevas.”

O criador do Homem e do Mundo disse: “Faça-se luz”. Isto é, a palavra gerou a coisa. Mais do que isso, a palavra e a coisa ficaram indissolúvelmente ligadas. A coisa contém a palavra. Melhor, contém o nome. E o nome convoca a coisa.

Aos olhos de cada ser humano, aquela extraordinária descoberta que era a palavra dita continha uma forma de poder sobre o objeto nomeado. Pelo menos cada palavra era uma forma de um homem se aproximar da verdade nuclear daquilo que era nomeado, da inteireza fragmentada entre céu e terra, água, fogo e ar. Nomear seria uma forma de aproximação ao próprio ato primeiro dos deuses na criação do mundo e das coisas.

Esse era e é o poder dos analfabetos primários, que são definidos desta forma pelo poeta e ensaísta alemão Hans Magnus Enzensberger:

“O analfabeto clássico não sabe ler nem escrever, precisa da memória, e tem de exercer a capacidade de narrar.”

Foram analfabetos que pegaram na palavra e inventaram a literatura nas suas formas elementares, o mito, o conto, a canção, as rimas infantis.

E é com esses instrumentos que os analfabetos se relacionam consigo próprios, com os outros, com o mundo, com o correr do tempo.

Sem querer idealizá-los ou embarcar na ilusão do bom selvagem, há que lembrar que sem tradição oral não haveria poesia, não haveria livros.

A escrita levou tempo a fazer a sua entrada em cena.

No entanto, inventada a escrita, durante muito tempo foi considerado preguiçoso aquele que tivesse o hábito de recorrer ao livro já que, segundo Platão, a sabedoria na sua dialética tinha de ser oral.

O escrito debilitava o pensamento e destruía a memória. Ao contrário do orador, o texto escrito não era capaz de dar respostas nem se poderia defender quando questionado.

A verdade é que a escrita foi uma tecnologia que levou tempo a desenvolver-se e a ser utilizada integral e proficuamente pelo pensamento filosófico e científico, e bastante mais tempo ainda a entrar no quotidiano como um instrumento generalizado de relação individual e, digamos, poética com o mundo, para além da sua função de relatar o real.

No seu excepcional romance *Vinte anos e um dia*, o escritor espanhol Jorge Semprún afirma, de uma forma simultaneamente definitiva e carregada de ironia, que: *“As histórias completamente verídicas só interessam à polícia”*.

De facto, todos nós somos feitos do que vivemos, do que lemos, do que imaginamos e do que escrevemos. Como leitores, preservamos pedaços do pensamento, da emoção vivida ou escrita por outra pessoa para nos tornarmos nós próprios em participantes de um ato de criação, uma forma de diálogo que desenvolvemos conosco próprios, com o mundo e com o tempo.

São a leitura e a escrita que nos permitem habitar o tempo para trás e para a frente, no sentido da memória, ou da esperança.

Como vos disse, eu venho falar-vos sobre um menino muito especial chamado Francisco e sobre pontes de palavras.

Mas antes disso gostava de vos falar de uma experiência muito especial que foi trabalhar durante um ano com meninos delinquentes dos Centros Educativos do Ministério da Justiça.

Trabalhei ali durante um ano com meninos delinquentes dos 12 aos 17 anos. Assassinos, assaltantes à mão armada, ladrões vulgares, violadores.

Aprendi com eles que pior que estar preso entre paredes é estar preso nas malhas do tempo. Não tinham passado. Ou melhor, o seu passado era tão doloroso que eles o afastavam para o mais longe possível. Futuro, não havia nenhum que lhes sorrisse e os chamasse. Por isso eles estavam encerrados no tempo presente.

Estes meninos não sabiam sonhar. Não sabiam elaborar o desejo. Viam um rapaz com uns ténis bonitos. Gostavam deles. Puxavam da faca, “Dá cá os ténis!” Ou então iam roubar dinheiro para comprar uns ténis iguais àqueles.

Não tinham mãe a quem pedir: “Compra-me uns ténis daqueles.” Talvez a mãe lhes dissesse: “Agora não, mas no Natal...” Ou então: “Quando fizeres anos pode ser que eu tos compre...” E eles ficavam a sonhar com o futuro mais ou menos breve em que viriam a receber uns ténis daqueles.

Mas não. Aqueles meninos estavam presos. Presos num espaço e presos no tempo presente. E tanto nas malhas do espaço como nas do tempo presente as portas estavam fechadas para a frente e para trás, para o passado e para o futuro.

Trabalhei com eles procurando que lessem, porque a matéria da leitura é o tempo e o sonho. É o passado e o futuro.

Todos nós vivemos um pouco numa prisão como a destes meninos. Vivemos um tempo dominado por uma economia que mata, como diz o Papa Francisco, uma economia que reduz o entendimento da complexidade do mundo, que vê a cultura como mercadoria e a ciência como estrito instrumento prático. Esta economia reduz a vida dos homens a uma coisa sórdida e limitada em que o desejo é estereotipado e a vida é uma prisão chamada tempo presente.

A figura que há muito domina a cena social é a do “analfabeto secundário”.

Pode ser um ministro, um gestor, uma empregada de caixa de supermercado.

Sabe ler e escrever mas diz com frequência que não tem tempo para ler, tem coisas mais importantes para fazer

É ativo, adaptável, tem boa capacidade para abrir caminho, safa-se na vida.

Está muito bem informado sobre os importantíssimos assuntos de cada dia que no dia seguinte serão esquecidos porque, de facto, têm muito pouca importância.

Sabe ler as informações de uso dos objetos que compra. Sabe usar os cartões de crédito e sabe passar cheques. Vive dentro de um mundo que o afasta hermeticamente de tudo quanto possa inquietar a sua consciência. A atrofia da memória não o preocupa.

Aprecia a sua própria capacidade para se concentrar em nada.

Vê a cultura como espetáculo ou mercadoria. Não tem a menor ideia de que é um analfabeto, um analfabeto secundário, mas um analfabeto.

A sua escrita está reduzida ao mínimo. O seu meio ideal é a televisão, as redes sociais, o sms.

Habita o território do lugar comum e alimenta-se de doses fartas das “reflexões” de especialistas e comentadores políticos, económicos, desportivos e outros produtores do pensamento único.

Como vos disse pretendo falar-vos sobre um menino muito especial chamado Francisco e sobre a construção de pontes de palavras.

Mas antes disso gostava de vos dizer que sou diabético. Trato-me na Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal, em Lisboa, que é uma das mais fantásticas instituições de saúde do nosso país.

Às vezes fico por lá várias horas. Aproveito e faço no mesmo dia análises e consultas diversas. Fico horas nas salas de espera e tenho ouvido coisas assustadoras da parte dos outros doentes. Percebo que muitos deles não sabem gerir a sua própria doença. Ouvindo-os e falando com o meu médico cheguei à conclusão de que há uma deficiência de comunicação entre alguns médicos e alguns doentes.

Muitas vezes os médicos esquecem-se da importância de saber ouvir e saber contar histórias.

Pergunto: o que é um doente? É uma pessoa que tem uma história para contar, a história da sua doença.

Muitas vezes a história que ele vai contar é mentira. Por exemplo, o médico pergunta ao doente: “O senhor costuma comer doces?” O doente responde com toda a segurança e certeza que não come doces. Nem pensar. De facto, come 3 bolas

de berlim por dia. Mas isso, para ele, não são doces, são bolos. Doces são doces de colher. E doces de colher ele não come.

Em consequência, o médico vai medicamentá-lo de uma determinada maneira, desadequada aos hábitos do doente, considerando que ele não come doces.

A verdade é que, para o doente e para o médico, a palavra “doces” quer dizer coisas completamente diferentes. Mais do que isso. O problema maior é que o médico não sabe, ou não tem tempo, para interrogar o doente e levá-lo a contar a sua verdadeira história.

Por outro lado, o médico tem de ser um muito bom contador de histórias para contar ao doente a história do que deverá vir a ser a sua vida a partir do momento em que se descobriu a sua doença.

O meu médico convidou-me então para ir a um congresso de médicos e terapeutas da diabetes para falar sobre este assunto, ou seja, sobre a importância de saber contar e de saber ouvir contar histórias.

Ao fim dessa sessão, uma médica, diretora de um serviço de Desenvolvimento da Criança, convidou-me para repetir aquela palestra para os médicos e terapeutas do seu serviço. E eu lá fui, feliz de ver que a importância que eu dou à escrita e à narração começavam a ser entendidas muito para além da própria questão da literatura.

A minha relação com estes médicos e terapeutas foi tão boa e eles sentiram que aquilo de que eu falava lhes era tão importante que acabámos por levar à prática um curso de escrita que durou 3 meses. Devo dizer-vos que foi das coisas mais emocionantes da minha vida. A entrega de todos nós a este curso foi impressionante, os textos que dali saíram foram nalguns casos de uma emoção difícil de explicar.

Vou ler-vos um dos textos escritos por um desses médicos.

O dia em que eu comecei a ter pesadelos

“Aqui temos o novo modelo destinado a pais com crianças pequenas.

O consumo é reduzido, a suspensão suave, o preço acessível.

As revisões correm apenas de 2 em 2 anos.

É seguro e com um compromisso qualidade-preço inigualável.

A exclusividade da construção e dos materiais, o interior climatizado e o isolamento sonoro permitem que uma criança possa dormir tranquila sem ser incomodada.

Os vidros fumados e o amplo interior asseguram o conforto.

A direção assistida, os 9 airbags, os travões antibloqueio, garantem a segurança dos mais jovens membros da família.

Até que um dia a mãe, a caminho do trabalho, se esqueceu da filha que dormia no

banco de trás e só se apercebeu ao fim da tarde, quando a ama lhe ligou. A criança ficou todo esse dia ao sol, ninguém a ouviu chorar, gritar, gemer, ter convulsões, até ficar em silêncio.

Este modelo não cumpriu o seu papel. E nós não conseguimos cumprir o nosso.”

O médico que escreveu este texto estava de urgência no hospital e foi ele que recebeu a menina morta. Desde então tinha pesadelos todas as noites.

Como é normal, fiquei extremamente emocionado. Levei o texto e dei-o a conhecer a vários amigos. Falei, falei, falei sobre esta história trágica.

Na semana seguinte, disse ao médico autor do texto como ainda me sentia tocado pelas suas palavras. E ele agradeceu-me por o ter levado a escrever. Desde que escrevera aquela história tinha deixado de ter pesadelos.

Imaginem a alegria que senti. E como ainda acreditei mais que escrever e ler são porventura as coisas mais importantes da vida.

Mas peço-vos desculpa por andar aqui às voltas porque o que eu pretendo mesmo é falar-vos sobre um menino muito especial, com paralisia cerebral, chamado Francisco e sobre a construção de pontes de palavras.

O FRANCISCO

O Francisco tem 4 anos e é neto da minha amiga arquiteta Isabel Manta.

Fomos estudantes de arquitetura, os dois, no final dos anos 60, e sempre que podia ia até casa dela, ali ao Bairro Alto, a dois passos da Escola de Belas Artes.

Era e continua a ser uma casa muito especial. Uma casa de arquiteto, de artista, uma casa de livros e música, de palavras e encontros. A casa do pai, o arquiteto, pintor, desenhador, cartoonista João Abel Manta, um homem pelo qual eu tinha e continuo a ter uma imensa admiração.

Foi lá que, fascinado, ouvi os primeiros discos de Jazz, de João Gilberto e da Bossa Nova. Lá ainda que convivi de longe com pessoas como o pintor Rolando Sá Nogueira, o poeta Alexandre O'Neill, o escultor Fernando Conduto, o romancista José Cardoso Pires. Ouvia-os à distância, porque éramos uns miúdos e ainda não tínhamos bagagem para meter o bedelho na conversa.

Os anos foram passando e aquela casa continuou a ser para mim um ponto de referência, um lugar de inteligência e bom gosto, onde tudo tinha o seu lugar e a sua razão de ser e não havia nenhuma cedência ao arrebique ou ao enfeite que enche o olho e esvazia o sentido.

Conheci e falei muitas vezes com o avô e a avó da Isabel, o pintor Abel Manta e a avó, também pintora, Clementina Carneiro de Moura Manta, que me deixava em brasa quando me contava as visitas que fazia a um sobrinho preso pela PIDE no Forte de Peniche.

A pouco e pouco, com muito respeito e admiração, fui-me tornando amigo do João Abel Manta. Os seus cartoons e cartazes foram uma das mais ácidas críticas à ditadura ronceira de Salazar e, também, a mais perfeita língua a falar e a rir durante os tempos fantásticos do 25 de Abril. Os seus desenhos para as primeiras capas do JL¹ são absolutamente admiráveis, a sua pintura, menos conhecida do que merece, será fundamental quando se quiser fazer um balanço do Portugal em que vivemos durante muitas das últimas décadas.

A vida aproximou-me e afastou-me da Isabel. Mas, com mais ou menos proximidade, a profunda amizade continuou sempre.

Um dia a Isabel telefonou-me e contou-me a história do neto Francisco, um menino com paralisia cerebral. Pediu-me que eu escrevesse uns poemas, coisa pouca, para juntar a uns “trabalhitos” do pai. Para um presente de Natal à filha, a Ana. E ao marido dela, o João. E aos filhos deles, a Maria, e o Francisco.

Tudo isto porque o Francisco, que tinha então 3 anos e sofre de paralisia cerebral, era o centro de toda aquela família que o estimula, o embala, o faz crescer e ultrapassar os limites impostos pela doença. E aqueles “trabalhitos” e poemas seriam, de alguma maneira, a prenda de Natal para todos.

Quando chegaram, os “trabalhitos” do João Abel Manta não eram “trabalhitos”, eram trabalhos, uma sequência de 31 colagens intervencionadas em torno do rosto do Francisco.

Fiquei eufórico, primeiro. Vou escrever para colocar as minhas palavras ao lado de trabalhos do João Abel!

Mas logo depois fiquei muito aflito. Como escrever para a família daquela criança? Com que voz? Em que língua? O que é que eu podia encontrar em mim matéria que me permitisse construir uma ponte de palavras e silêncios entre o meu ofício de poeta e aquele menino que eu nem conhecia?

Em tempos, o meu filho João, formado em Pintura, deu aulas de Educação Visual (!) a meninos com paralisia cerebral e dizia-me: “Pai, aqueles meninos são lindos!” E eu pensava: “Bolas! O meu filho é ainda mais poeta do que eu!”

¹ [Jornal de Letras](#).

Mas mal conheci o Francisco, percebi que o meu filho tinha toda a razão. Num ápice fiquei apaixonado pelo Francisco, pela sua inteligência, pela sua alegria transbordante, pela expressão dos seus olhos carregados de misterioso entendimento do mundo em seu redor.

Depois, foi uma busca do menino que ainda posso ter dentro de mim e das minhas palavras. Do menino que gostaria de ter tido uma mãe, um pai, uma avó, um bisavô assim à sua volta. De um menino feliz, carregado do talento de descobrir coisas novas, coisas estranhas, de mil cores, coisas por vezes inatingíveis, por vezes assustadoras, coisas maravilhosas que vai conhecendo e interligando numa manilha de sentidos e emoções.

Deste passeio de mim para o Francisco foram nascendo os poemas. Pequenos apontamentos, sorrisos, inquietações, ironias, brisas, brincadeiras breves, jogos de palavras, caminhos possíveis entre um homem e um menino muito especial, tornados em livro graças ao talento do excelente designer que é o Zé Brandão e ao interesse, amabilidade e empenho da Fundação Calouste Gulbenkian.

E só tenho de agradecer à vida por me dar a oportunidade de aprender um pouco mais deste ofício de construtor de pontes de palavras que vão da mão que escreveu ao olhar deslumbrado dos meninos e dos homens que, por serem diferentes, nos permitem aperfeiçoar a nossa tão frágil humanidade.

Foi ali que tudo começou mãe
Por dentro da maçã.
Uma coisa pequenina a crescer a crescer.
Havia um rio e eu
e a música redonda do meu rio
e uma luz quente a espalhar na minha pele
o rosto claro da manhã.

Foi ali que tudo começou mãe:
nas tuas mãos a agarrar uma maçã.

As maminhas andam por aí
dentro da camisa
dentro
mas às vezes saltam pulam

caem lá de dentro
brancas quentes redondinhas

Já não sei porquê
já só sei que gosto muito de maminhas.

Eu não sei palavras de dizer
eu não sei palavras de falar.

Tenho a mãe no meu olhar.
Tenho as pernas a dançar.
Sei sorrir e acender
uma luz, uma luzinha
mesmo cá dentro de mim.

Eu não sei palavras de dizer
eu não sei palavras de zangar
mas há dias em que a boca
fica assim, assim, assim.

O verde é muitos verdes
folha
relva
vidro
mar e pedra
musgo e mais.

O peixe vai e vem
respira verde.

O passarinho canta verde
lá no ramo.

As gotinhas do orvalho gostam de pousar no verde.
E eu também



Desenha-me uma pomba avô.
Desenha-me uma pomba no papel
no desenho dos meus passos tontos
nas paredes de uma rua
e no rosto luminoso e redondinho
da lua na janela.

Desenha-me uma pomba avô
E outra e outra.
E continua sempre
porque as tuas mãos são sábias
sabem bem desenhar pombas.

“MONANGAMBÉ”, O POEMA, O POETA E O MEU EQUÍVOCO

LUÍS CARDOSO “TAKAS”

Na infância, quando comecei a aprender sobre a África, foi-me dito que era um território muito grande onde havia leões, tigres, rinocerontes e elefantes. Quando pela primeira vez me mostraram algumas fotografias desses animais, imaginei África como um território enorme para suportar o peso dessas nobres entidades da natureza que precisariam de muito espaço para se movimentarem. Mas como nunca os tinha visto ao vivo, mantive uma certa reserva sobre o que me ensinavam. Até que um dia, foi-me apresentado o senhor Mário Lopes, o africano. Um desterrado político que era originário de São Tomé e Príncipe. O senhor, realmente, era um colosso. Parecia uma montanha viva. Foi a confirmação de que a África só podia ser mesmo grande para suportar o peso de tantos homens grandes, para além dos leões, tigres, rinocerontes e elefantes.

Mário Lopes era alto. Tinha quase dois metros de altura, era calvo e possuía uma proeminente barriga. Mas, sobretudo, era um bom orador. Aproveitava sempre os momentos mais solenes para pedir a palavra e fazer um longo discurso que, segundo dizia, era sobre o momento actual. Para ele, o momento actual era falar mal do colonialismo. Tinha boas razões para o fazer. Fora desterrado para Timor e daí para a pequena ilha de Ataúro. As autoridades esperavam que com o tempo fosse sendo esquecido pelos familiares e depois morresse. Incrivelmente resistiu a tudo. Fundou uma cantina e construiu uma embarcação, a *Perseverança*, que fazia a travessia entre

Díli e a ilha de Ataúro. Depois da revolução dos cravos, e na sequência da guerra civil, o último governador português retirou-se para a ilha de Ataúro. A FRETILIN, depois de ter tomado o controlo militar do território, proclamou a República Democrática de Timor-Leste a 28 de novembro de 1975. Na sequência, deu-se a invasão indonésia e o governador abandonou o território. Na retirada, perguntou a Mário Lopes se o queria acompanhar. A resposta não tardou:

— Tu vais, eu fico!

Viria a falecer uns anos mais tarde, quando a Indonésia transformou aquela pequena ilha num campo de concentração, depois das campanhas de cerco e aniquilamento. Ele é o meu herói de infância.

Os meus pais eram originários de Manufahi. Em 1911 iniciou-se uma revolta nessa região montanhosa. Na altura em que na Metrópole também se deu a mudança da Monarquia para a República. Houve quem tivesse apontado como uma das causas das revoltas nativas, a instabilidade provocada por essa mudança. O que me parece uma justificação menos apropriada. A revolta veio na sequência de outras anteriores. Para combater essa sublevação, o governo colonial resolveu iniciar uma campanha dita de pacificação. Socorreu-se, para além de forças militares regulares, também dos regulados timorenses, ditos leais. Requisitou mancebos de Goa, com a promessa de que, finda a guerra, os levariam a ver Lisboa, e landins moçambicanos, a quem prometeram terras no regresso. Foram estes últimos que realmente acabaram com a revolta. Finda a rebelião, muitos ficaram em Timor e alguns casaram com timorenses. Tenho parentes que são frutos dessa união.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses invadiram Timor, apesar da proclamada neutralidade portuguesa. Mas os primeiros que lá entraram foram os Aliados. Acabado o conflito, o território estava todo devastado. Uma das medidas tomadas pelo governo colonial para a reconstrução do território foi a importação de mão de obra cabo-verdiana, pedreiros e carpinteiros, que fizeram um trabalho meritório. Muitos ficaram por lá e constituíram família com timorenses. Havia uma grande comunidade. Além dessa miscigenação física, houve também uma troca cultural. Os cabo-verdianos introduziram em Timor a morna, que teve uma influência muito grande na música urbana de Díli, o *koremotan*. Uma música essencialmente tocada ao violino, que em tétum se diz *rabeka*. Ora *rabeka* foi um termo introduzido do crioulo cabo-verdiano.

Eu gostava de cantar mornas. Sobretudo a “Morna do Mindelo”. Lembro-me que numa festa da escola pediram-me para cantar uma canção. Eu sugeri uma de António Mafra, que a emissora de Díli costumava passar, que dizia “eram praí sete

pico”. Mas a professora achou que não devia, por motivos que tinham a ver com a letra da canção. Algumas palavras não eram adequadas aos meninos da minha idade. Sobretudo por causa do episódio da Locas que foi parar aos braços do Amaral. Também gostava do Roberto Carlos. Quando cantava uma canção que dizia “quero buzinar o calhambeque”. E calhambeque era o transporte que as meninas bonitas apanhavam para irem à escola. Como alternativa sugeri que podia cantar uma morna. “Uma morna?”, sorriu a professora, que era cabo-verdiana. Disse que sim. Disse que sabia cantar muito bem a “Morna do Mindelo”. Lembro-me que, no fim da canção, ela estava envolta em lágrimas. Não sei se foi da *sodade* ou da minha triste figura. Mas acho que cantei muito bem e por isso só podia ser da *sodade*. Ganhei os rebuçados que ela havia prometido como prenda para o melhor intérprete.

Continuei a saber de África por causa de um encontro entre o Papa Paulo VI e os líderes dos movimentos de libertação, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos. Lembro-me de ter visto e lido no jornal A Época a indignação dos governantes. Foi então que me interessei sobre a luta dos povos africanos. Continuei a saber da guerra colonial sobretudo através de jovens portugueses que andavam a estudar nas Universidades de Coimbra e de Lisboa e foram destacados para cumprir o serviço militar obrigatório em Timor. Foi através deles que tive conhecimento dos Movimentos de Libertação e dos poetas angolanos (e moçambicanos) como Agostinho Neto, Viriato da Cruz e António Jacinto. Foi através deles que li os livros proibidos, como *A Mãe*, de Máximo Gorki, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, de Frantz Fanon, e *Dinossauro Excelentíssimo*, de José Cardoso Pires. Através deles chegavam, também, discos proibidos dentro das capas de discos de Amália Rodrigues. Um perfeito disfarce. Lembro-me do Padre Fanhais, que cantava um poema de Sophia de Mello Breyner Andresen, que dizia assim, “vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar (...) a bomba de Hiroshima, (...) África e Vietname”. A primeira canção de Angola que ouvi foi através do Duo Ouro Negro, que cantava “Muxima”. Ainda hoje acalento a vontade de visitar Muxima para acender lá uma vela.

Muita coisa se transformou na minha vida depois de ouvir Rui Mingas cantar “Monangambé”. Ouvi esta canção centenas de vezes. E cantava, cantava para ver se conseguia imitar a voz de Rui Mingas. Quando não conseguia, bebia uns golos de aguardente para ver se ficava com a voz rouca como a dele. Cantava quando estava sozinho ou acompanhado. Cantava quando estava revoltado com as injustiças. Ainda hoje o faço quando me irrita com a política e com os políticos. Nunca me senti tão identificado com uma canção como “Monangambé”. Creio que houve um casamento perfeito entre o poema e a música. Gostei muito do poema do António

Jacinto, que para mim era óbvio que fosse um preto. Assim pensava por ter deduzido da parte do poema que dizia, “quem faz o branco prosperar, ter barriga grande, ter dinheiro, quem?”

Mais tarde, quando fui estudar para Lisboa, fiz parte da delegação timorense convidada para estar presente no congresso do PS. Eram muitos os convidados estrangeiros, entre os quais delegados de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. No porto de honra oferecido aos convidados, pude conhecer os membros das delegações estrangeiras. Foi-me dito por um camarada meu, sabendo da minha admiração pelo autor do poema “Monangambé”, que António Jacinto fazia parte da delegação angolana. Claro que me esqueci completamente da minha missão. Estava ali para contactar com as delegações estrangeiras e explicar-lhes a situação dramática de Timor-Leste e não para satisfazer um capricho pessoal. Na altura, só queria saber onde estava a delegação angolana. Vi no meio da sala dois senhores que falavam em voz alta. Supus que fossem angolanos. Lembro-me que um era magro, cerimonioso e mais contido. Era preto. O outro era gordo, tinha uma proeminente barriga, usava uma camisa branca, desabotoada no peito, mostrando uma penugem alva. Era branco. Fui ter directamente com o senhor que achava ser o poeta. Disse-lhe que era de Timor-Leste e seu admirador desde que me foi dado a conhecer o seu poema “Monangambé”. Ele sorriu com o equívoco e disse que não era ele o poeta, mas a pessoa com quem estava a conversar. Fiquei um tanto desnorteado com a situação. Achava que estavam a brincar comigo. Aquele senhor não era António Jacinto. O poeta António Jacinto só podia ser um preto. Aquele era branco e muito parecido com o senhor branco que o poeta descreve no seu poema. Achava que me estavam a pregar uma partida, como faziam muitos dos meus colegas angolanos do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. Uns brincalhões! Valeu a intervenção de um membro da organização que convidou os representantes das delegações a ocuparem os respectivos assentos. Durante o jantar não larguei os olhos da mesa onde estavam os representantes angolanos. Queria ter a certeza que o poeta era o branco. Foi quando anunciaram que estava entre os convidados o autor de “Monangambé”, António Jacinto. Olhei para a mesa dos angolanos. Foi então que vi o senhor branco levantar-se para saudar as delegações. Naquele momento, se tivesse um buraco, enfiava-me dentro dele.

Foram os poetas angolanos, entre os quais António Jacinto, que criaram em mim uma vontade enorme de dizer poesia. Por causa da oralidade da escrita angolana. Durante a Resistência, costumava declamar nas sessões públicas um poema de Agostinho Neto, que tem como título “Havemos de Voltar”. Um poema

de esperança. Da sagrada esperança, como ele dizia.

Hoje, já voltámos a Díli. Somos um país livre e independente. Continuamos a ter a sagrada esperança de construir um país justo e solidário. Uma cidade sem muros nem ameias, como dizia Zeca Afonso.



1



3



5



2



4

1. Chegada ao aeroporto de Luanda.
Na imagem, a jornalista Ana Sousa Dias, à sua esquerda Maria José, mulher de José Carlos de Vasconcelos, à sua direita Tony Tcheca e, mais à direita, Luis Cardoso "Takas".
2. Entrada do Hotel Diamante, em Luanda onde se realizou o V Encontro de Escritores de Língua Portuguesa.
3. Mesa de abertura dos trabalhos.
Da esquerda para a direita: Graciano Domingos, Governador da Província de Luanda; Rosa Cruz e Silva, Ministra da Cultura do Governo Angolano; José Tavares, Presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luana; e Vítor Ramalho, Secretário-Geral da UCCLA.
4. Um aspeto da assistência.
5. A Ministra da Cultura, Rosa Cruz e Silva, dirige-se aos participantes do V EELP.



6. O escritor angolano Pepetela durante a sua intervenção no primeiro painel.
7. Manuel Rui (Angola), apresenta a sua comunicação intitulada "Relatório de Expedição"
8. Mesa do primeiro painel, "Dinâmicas, transformações e ambiente social".
Da esquerda para a direita: Manuel Rui, Pepetela, o moderador, João Lopes Filho, Conceição Lima e Albino Carlos.
9. Da esquerda para a direita:
António Fonseca (Angola), Miguel Senna Fernandes (Macau, RPC), o moderador, José Carlos de Vasconcelos (Portugal), Carmo Neto (Angola) e Conceição Cristovão (Angola).
10. João Lopes Filho (Cabo Verde) e Conceição Lima (Angola).



11



14



12



13



15

11. Um aspeto do 2º painel, "As migrações e as cidades". Da esquerda para a direita: José Luiz Tavares (Cabo Verde), João Lopes Filho (Cabo Verde) e Ungulani Ba Ka Khosa (Moçambique).
12. Outro momento no decurso das intervenções do 2º painel, com José Luiz Tavares, João Lopes Filho, o moderador, Ungulani Ba Ka Khosa e o escritor brasileiro Marco Guimarães.

13. José Carlos de Vasconcelos (Portugal).
14. O escritor timorense Luis Cardoso de Noronha, "Takas", durante a sua intervenção no 3º painel, "A infância nas cidades".
15. Tony Tcheka (Guiné-Bissau) e José Fanha (Portugal).



16



19



17



18



20



21



22



23

16. Ulisses Correia e Silva (Cabo Verde), Presidente da Comissão Executiva da UCCLA.
17. Um momento da participação do público.
18. Momento cultural com atuação de um grupo de dança, num dos intervalos das sessões.
19. O Governador da Província de Luanda, Graciano Domingos, dirige-se aos participantes do V EELP.

20. O escritor angolano Ondjaki, entrevistado pelo jornalista da TSF, José Carlos Barreto (Portugal).
21. Momento do debate.
21. Idem
21. Momento de confraternização dos escritores e representantes da UCCLA.

LITERATURA E LUSOFONIA

PROGRAMA DAS MESAS E COMUNICAÇÕES REALIZADAS NO V EELP

Dia 21 de outubro

- 8h30min – 12h Receção e cerimónia de abertura
Intervenção do Presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (Angola)
Intervenção do Secretário-Geral da UCCLA (Portugal)
Discurso de Abertura por Sua Excelência a Ministra da Cultura de Angola
- 13h30min – 13h **Tema: DINÂMICAS, TRANSFORMAÇÕES E AMBIENTE SOCIAL**
Moderador José Carlos de Vasconcelos (Portugal)
1º Conferencista Carmo Neto (Angola)
União dos Escritores Angolanos – 40 anos: escritores, cidades e literatura
3º Conferencista António Fonseca (Angola)
Luanda, Loanda, Lwanda ... do nome à literatura
4º Conferencista Conceição Cristóvão (Angola)
A cidade: dinâmicas do centro e periferia [Entre o real e o imaginário na literatura]
- Lançamento do Livro
Literatura e Lusofonia 2012 – Anais do III Encontro de Escritores de Língua Portuguesa.
- 15 h *Encerramento*

Dia 22 de outubro

8h30min – 15h **DINÂMICAS, TRANSFORMAÇÕES E AMBIENTE SOCIAL**
(Continuação)

Moderador João Lopes Filho (Cabo Verde)

1º Conferencista Manuel Rui (Angola)

Relatório de expedição

2º Conferencista Pepetela (Angola)

Benguela, a cidade mestiça

3º Conferencista Albino Carlos (Angola)

Literatura nos musseques

10h40min *Pausa para café*

11 h **Tema: AS MIGRAÇÕES E AS CIDADES**

Moderador Ungulani Ba Ka Khosa (Moçambique)

1º Conferencista Miguel Senna Fernandes (Macau)

Migração e identidade: a experiência de uma comunidade em Macau

2º Conferencista Marco Guimarães (Brasil)

As viagens do Saci Pererê

3º Conferencista José Luiz Tavares (Cabo Verde)

Erguer(-se) pela palavra – Uma fenomenologia da criação poética

4º Conferencista João Lopes Filho (Cabo Verde)

Influências da emigração na cidade / sociedade cabo-verdiana

12h10min *Encerramento*

Dia 23 de outubro

9h30min – 15h **Tema: A INFÂNCIA NAS CIDADES**

Moderador Carmo Neto (Angola)

1º Conferencista Tony Tcheka (Guiné-Bissau)

A criança, a mulher e a cidade na literatura guineense – Meninos da terra vermelha

2º Conferencista Ungulani Ba Ka Khosa (Moçambique)

A cidade e a infância, ou recordando Luandino e outros autores

3º Conferencista Suleiman Cassamo (Moçambique)

Nossas cidades, nossos laços literários

4º Conferencista José Fanha (Portugal)

Pontes de palavras

5º Conferencista Luís Cardoso “Takas” (Timor-Leste)

“Monangambé”, o poema, o poeta e o meu equívoco

Encerramento

Local: Hotel Diamante – Luanda, Angola

ANAIS DO V ENCONTRO DE ESCRITORES
DE LÍNGUA PORTUGUESA

LITERATURA E LUSOFONIA 2015

ESCRITORES DO V EELP Referências Biobibliográficas

Albino Carlos
António Fonseca
Carmo Neto
Conceição Cristóvão
João Lopes Filho
José Fanha
José Luiz Tavares
Luís Cardoso "Takas"
Manuel Rui
Marco Guimarães
Miguel Senna Fernandes
Pepetela
Suleiman Cassamo
Tony Tcheka
Ungulani Ba Ka Khosa

ALBINO CARLOS

[Angola]



Natural de Angola (1965), docente universitário, doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Albino Carlos foi Diretor-Geral do Centro de Formação de Jornalistas (CEFOJOR) e da Rádio Escola e é atualmente Diretor Nacional de Publicidade do Ministério da Comunicação Social Angolano.

Membro da União de Escritores Angolanos (UEA), recebeu em 2012 o Diploma de Honra do Ministério da Cultura pela sua contribuição para o desenvolvimento da cultura angolana. Foi galardoado com o Prémio Nacional de Cultura e Artes (Literatura), em 2014, pelo livro *Issunje*, e com o Prémio de Literatura António Jacinto, em 2006, com *Olhar de Lua Cheia*. Jornalista há 30 anos (RNA, *Jornal de Angola* e *Revista Angolé*, entre outros), quadro sénior do Ministério da Comunicação Social, foi ainda Diretor de Gabinete de Vice-Ministro e Adido de Imprensa e Cultura na Embaixada de Angola no Canadá.

ANTÓNIO FONSECA

[Angola]



António Antunes Fonseca nasceu no Ambriz, em Angola, a 9 de julho de 1956. Licenciado em Economia pela Universidade Agostinho Neto (Angola), é diplomado em Estudos Superiores Especializados de Políticas Culturais e Ação Artística pela Faculdade de Direito e Ciências Políticas da Universidade de Borgonha (França). Quadro superior do Ministério da Cultura angolano, exerce a função de Diretor-Geral do Instituto Nacional das Indústrias Culturais e leciona a cadeira de Gestão e Administração de Indústrias Culturais na Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto.

António Fonseca iniciou a sua atividade jornalística em 1976, na Emissora Católica de Angola, ingressando posteriormente na Rádio Nacional de Angola (RNA) onde, desde 1978, realiza e apresenta o programa “Antologia”, dedicado a temas da tradição oral e em particular à literatura oral, no quadro do qual desenvolve as rubricas “Questões Sobre Tradição Oral”, “Os Mais Velhos Falaram Assim” (divulgação e comentários de provérbios) e “O Nosso Conto Habitual” (divulgação de contos), pelo qual recebeu o Diploma de Honra da RNA e o Diploma de Mérito do Ministério da Cultura.

Membro da União dos Escritores Angolanos, foi co-fundador da Brigada Jovem de Literatura. Integrou por diversas vezes o júri dos prémios literários António Jacinto e Sagrada Esperança, assim como do Prémio Nacional de Cultura e Artes. Por várias vezes foi membro do júri do Prémio Maboque de Jornalismo, ao qual presidiu durante alguns anos.

António Fonseca foi galardoado com o Prémio Nacional de Jornalismo, na categoria de Rádio, em 2011, e com o Prémio Literário Cidade de Luanda, na categoria de Literatura, em 2010, pela obra *Primo Narciso e Outras Estórias*.

A sua obra alarga-se no campo da poesia, ensaio e prosa, tendo publicado diversos livros, para além de manter colaboração dispersa em várias revistas e jornais. No domínio das ciências humanas e sociais, para lá de contos publicados nos primórdios da independência em jornais e revistas, como o *Apostolado* e o *Jornal de Angola*, foi o primeiro a fazê-lo em livro após a independência do seu país. Tem no prelo o livro de contos *Da vida e da morte de Ufano Garcia (Mabezu) – Do Olhar, da História e da Memória*.

BIBLIOGRAFIA

- | | |
|---|--|
| <i>Raízes</i> (Contos tradicionais), INALD, 1982 | <i>Histórias e Memórias Desancoradas</i> (Novela), Editorial Quilombelombe, 2006 |
| <i>Sobre os Kikongos de Angola</i> (Ensaio etno-histórico), UEA, 1985 | <i>Contos de Antologia</i> (Ensaio), INALD, 2008 |
| <i>Poemas de Raiz e Voz</i> (Poemas), UEA, 1985 | <i>Contos da Nossa Terra</i> (Contos), 2010 |
| <i>Crónica dum Tempo de Silêncio</i> (Contos), UEA, 1988 | <i>Primo Narciso e Outras Estórias</i> (Estórias), 2010 |
| <i>Contribuição ao Estudo da Literatura Oral Angolana</i> (Ensaio), INALD, 1996 | |

CARMO NETO

[Angola]



Natural de Malange, Angola, onde nasceu em 1962, António Carmo Neto é advogado e jornalista, membro da Ordem dos Advogados de Angola e da União dos Jornalistas Angolanos. É igualmente romancista, cronista e contista, e membro da União dos Escritores Angolanos (UEA), da qual é atualmente o secretário-geral. Foi diretor da Revista Militar das Forças Armadas Angolanas e é membro fundador do Jornal Desportivo Militar.

Publicou *A Forja* (1985), *Meu Réu de Colarinho Branco* (1988), *Mahézu* (2000), *Joana Maluca* (2004) e *Degravata* (2007). Tem neste momento duas obras por publicar, sendo uma de contos e outra uma novela. Os seus contos estão traduzidos em inglês, francês, árabe e espanhol.

CONCEIÇÃO LUÍS CRISTÓVÃO

[Angola]



Conceição Cristóvão nasceu em Malanje, em 1962. Formado em Engenharia, é consultor e docente na Universidade Agostinho Neto, em Angola.

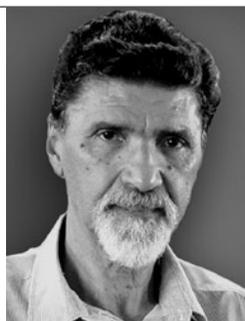
No Huambo, para onde foi ainda em criança, fez os estudos secundários e começou a sua aventura no mundo das Letras, em especial na poesia. Ali integrou a Brigada Jovem de Literatura do Huambo. Mais tarde, em Luanda, tornou-se membro da Brigada naquela cidade, da qual foi secretário-geral durante quatro anos, e deu continuidade ao seu trabalho poético, revelando um profundo avanço estético.

É membro da União dos Escritores Angolanos (UEA) e da Ordem dos Engenheiros de Angola e foi deputado à Assembleia Nacional de Angola.

Conceição Cristóvão tem quatro livros publicados, todos de poesia: *A Voz dos Passos Silenciosos* (1990), *Amores Elípticos* (1996), *Idade Digital do Verso* (2000) e *Pela Porta da Palavra* (2003).

JOÃO LOPES FILHO

[Cabo Verde]



João Lopes Filho é natural da Ilha de São Nicolau, Cabo Verde. É Professor Agregado do Curso de Antropologia, na Especialidade de Estudos Africanos, da Universidade Nova de Lisboa, e Doutorado em Antropologia, na Especialidade de Etnologia, também pela Universidade Nova de Lisboa. É licenciado em Ciências Antropológicas e Etnológicas e ainda em Ciências Sociais e Políticas, pela Universidade Técnica de Lisboa (UTL), diplomado em Administração, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, e Engenheiro Técnico Agrário, pela Escola Agrícola de Santarém, também em Portugal.

A sua atividade profissional reparte-se entre a docência, na Universidade Nova de Lisboa e na Universidade de Cabo Verde (onde leciona diversas matérias e coordena cursos de Mestrado), e a investigação, no Centro de Estudos de Sociologia e no Centro de Estudos Africanos, ambos da Universidade Nova de Lisboa, e no Centro de Estudos das Migrações e Relações Internacionais da Universidade Aberta, em Lisboa.

Escritor e antropólogo, João Lopes Filho tem uma vasta obra publicada e integra diversas coletâneas em várias línguas, para além de trabalhos em coautoria. Pela sua obra como escritor e como antropólogo, já foi galardoado com diversos prémios e distinções, entre os quais: Troféu Prestígio “AI-UÉ, 1992” - Etnografia Africana; Medalha de 1ª Classe da Ordem do Vulcão, concedida pelo Presidente da República de Cabo Verde (2004); Medalha de Reconhecimento, concedida pela Câmara Municipal da Vila da Ribeira Brava, São Nicolau (2007); Grande Prémio de Literatura SONANGOL (2010); Cidadão Honorário da Cidade Velha, pelo Município da Ribeira Grande de Santiago (2011); Prémio de Investigação - Gala Somos Cabo Verde, Praia (2015).

BIBLIOGRAFIA

- Cabo Verde - Apontamentos Etnográficos*, Lisboa, Ed. do Autor, 1976
- Estória, Estória... Contos Cabo-Verdianos*, Lisboa, Ulmeiro, 1978 (2ª ed. - 1983, Edição em inglês - 1995)
- Cabo Verde - Subsídios para um Levantamento Cultural*, Lisboa, Plátano Editora, 1981
- Contribuição para o Estudo da Cultura Cabo-verdiana*, Lisboa, Ulmeiro, 1984
- Defesa do Património Sócio-Cultural de Cabo Verde*, Lisboa, Ulmeiro, 1985
- A Comunidade Cabo-Verdiana em Portugal* (co-autor), Lisboa, I.E.D., 1992
- Vamos Conhecer Cabo Verde*, Lisboa, Embaixada de Cabo Verde, 1988 (2ª ed.- Secretariado Entreculturas, Ministério da Educação, 1992).
- Cabo Verde. Retalhos do Quotidiano*, Lisboa, Caminho, 1995
- Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde. Formação da Sociedade e mudança cultural*, (2 vols.), Lisboa, Ministério da Educação, 1996
- O Corpo e o Pão. O Vestuário e o Regime Alimentar Cabo-verdianos*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1997
- Voices da Cultura Cabo-verdiana*, Lisboa, Ulmeiro, 1998
- O Forte do Príncipe Real e a Defesa da Ilha de S. Nicolau*, Cascais, Edições Património, 1998
- Olhares Partilhados*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2002
- Introdução à Cultura Cabo-Verdiana*, Praia, Instituto Superior de Educação, 2003
- Subsídios para o estudo da abolição da escravatura*, Praia, Spleen, 2006
- Imigrantes em Terra de Emigrantes*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2007
- In Memoriam João Lopes*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2007
- Crónicas do Tempo que Passou*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2009
- Percursos & Destinos*, Luanda, União de Escritores Angolanos / Sonangol, 2010
- O Gatinho Medroso*, Mindelo, Ilhéu Editora, 2012.
- António Carreira - Etnógrafo e Historiador*, Praia, Fundação João Lopes, 2015

JOSÉ FANHA

[Portugal]



José Fanha nasceu em Lisboa, em 1951. Licenciado em arquitetura, é escritor, poeta e declamador, tendo participado em inúmeras sessões de animação cultural com o grupo dos chamados “badaleiros”, ou cantores de protesto, de José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Francisco Fanhais e Fausto, entre outros. Foi professor do ensino secundário e tem o estatuto de formador de formadores, pela Universidade do Minho. É Mestre na área de Educação e Leitura pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, com uma tese sobre Comunidades de Leitores.

É dramaturgo e dramaturgista, adaptador de textos de teatro, nomeadamente de Brecht, Dario Fo e Steven Sondheim, autor de letras para canções e textos para rádio, guionista de televisão e cinema. Ficou particularmente conhecido pela sua participação no concurso da RTP, “A visita da Cornélia”, em 1977.

Foi o Comissário do 1º Encontro da Literatura Infanto-Juvenil da Lusofonia, na Fundação “O Século”, Estoril, em 2015.

Tem dirigido Oficinas de Poesia e de Escrita, além de desenvolver trabalho intenso de divulgação de poesia e promoção do livro e da leitura em bibliotecas e escolas um pouco por todo o país.

José Fanha tem uma vasta obra publicada, em prosa, poesia e teatro, principalmente dirigida à infância e à juventude.

BIBLIOGRAFIA PARCIAL

A noite em que a noite não chegou (2001), Campo das Letras

Diário inventado de um menino já crescido (2004), Ed. Gailivro

Poemas com animais - antologia de poemas portugueses sobre animais (2004), Ed. Gailivro

O dia em que o mar desapareceu (2005), Ed. Gailivro

Alex Ponto Com: uma aventura virtual (2006), Texto Editora

Poemas para um dia feliz - antologia de poemas felizes portugueses (2007), Ed. Gailivro

O dia em que a mata ardeu (2007), Ed. Gailivro

Os sapatos do Pai Natal (2008), Ed. Gailivro

Alex Ponto Com: Mary Lob, a lagosta assassina (2009), Texto Editora

O dia em que a barriga rebentou (2009), Ed. Gailivro

Sol negro, em conjunto com Luísa Beltrão (2009), Editorial Presença

Histórias para contar em noites de luar (2010), Ed. Gailivro

Esdrúxulas, graves e agudas, magrinhas e barrigudas (2010), Texto Editora

Era uma vez a República (2010), Ed. Gailivro

A namorada japonesa do meu avô (2011), Ed. Gailivro

As orelhas voadoras (2013), Paulinas Editora

Era uma vez o 25 de Abril (2014), Alfaguara

Histórias na ponta de um sorriso (2014), Porto Editora

Ailé ailé - Zeca Afonso cantado e contado às crianças, com Daniel Completo (2015)

Era uma vez eu (2015), Booksmile

A mulher árvore (2015), Fundação Maria Dias Ferreira

O Baile do Bê-Á-Bá, com Daniel Completo (2016)

JOSÉ LUIZ TAVARES

[Cabo Verde]



José Luiz Tavares nasceu em 1967, no lugar de Chão Bom, concelho do Tarrafal, Ilha de Santiago, Cabo Verde. Estudou literatura e filosofia em Portugal, onde reside.

A sua obra poética conta já com numerosos livros publicados, pelos quais recebeu diversos prémios em Cabo Verde, Portugal, Brasil e Espanha, nomeadamente: Prémio Revelação Cesário Verde, da Câmara Municipal de Oeiras (1999); Prémio Mário António de Poesia, da Fundação Calouste Gulbenkian (2004); Prémio Jorge Barbosa, da Associação de Escritores Cabo-Verdianos (2006); Prémio Literatura para Todos, do Ministério da Educação do Brasil (2008, 2009, 2010); Prémio Pedro Cardoso, pelo livro em língua cabo-verdiana *Tenpu di Dilubri* (no prelo), Ministério da Cultura de Cabo Verde (2009); Prémio Cidade de Ourense (Espanha), pelo livro *As Irrevogáveis Trevas de Baldick Lizandro* (2010). O escritor tem diversos trabalhos traduzidos em inglês, espanhol, francês, italiano, catalão, letão e finlandês.

José Luiz Tavares foi ainda finalista do prémio ibero-americano de literatura «Correntes d'escritas/Casino da Póvoa, 2005» e finalista do Prémio Portugal Telecom de Literatura (Brasil, 2009).

BIBLIOGRAFIA

Paraíso Apagado por um Trovão, Spleen Edições, Praia (2003)

Agreste Matéria Mundo, Campo das Letras (2004)

Lisbon Blues seguido de *Desarmonia*, Abysmo (Brasil, 2008)

Cabotagem & Ressaca, Moçambique, EPM (2008)

Cidade do Mais Antigo Nome, Assirio & Alvim (2009)

As Irrevogáveis Trevas de Baldick Lizandro (2010)

Coração de Lava, US Edições (2014)

Contrabando de Cinzas, Escrituras (2016)

LUÍS CARDOSO

[Timor-Leste]



Luís Cardoso Pacheco de Noronha nasceu em 1959, em Cailaco, Timor-Leste. Fez os seus estudos secundários no Liceu Francisco Machado, em Díli, tendo depois seguido para Portugal, onde se formou em Silvicultura pelo Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. Posteriormente, fez uma pós-graduação em Direito e Política do Ambiente pela Universidade Lusófona. Em Portugal, onde está radicado, desempenhou as funções de representante do Conselho Nacional da Resistência Maubere. Entre outras atividades, Luís Cardoso é um contador de histórias timorenses, cronista da revista *Fórum Estudante* e professor de Tétum e Língua Portuguesa nos cursos de formação especial para timorenses.

Luís Cardoso, “Takas” para os amigos, é autor de vários livros, de que se destacam: *Crónica de uma Travessia* (1997), *Olhos de coruja olhos de gato bravo* (2002), *A última morte do coronel Santiago* (2003 e 2007), *Requiem para o navegador solitário* (2007) e *O ano em que Pigafetta completou a circum-navegação* (2013). Os seus romances estão traduzidos para inglês, francês, alemão, holandês, italiano e sueco.

O autor, que viveu em Portugal durante a ocupação indonésia, também estudou Direito e fez o Mestrado em Política do Meio Ambiente.

MANUEL RUI

[Angola]



Manuel Rui (Manuel Rui Alves Monteiro) nasceu no Huambo, em Angola, em 1941. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, Portugal, onde desenvolveu advocacia, e foi membro fundador do Centro de Estudos Jurídicos. Ainda em Coimbra, foi membro do Centro de Estudos Literários da Associação Académica de Coimbra, redator da revista de cultura e arte *Vértice* e coordenador do suplemento literário “Sintoma” do *Jornal do Centro*. É cofundador das edições *Mar além*, onde se editou a Revista de cultura e literatura dos países de língua oficial portuguesa.

Tem colaboração dispersa em diversos jornais e revistas, *Jornal de Angola* (Jornal da Associação dos Naturais de Angola), *O Planalto*, *Diário de Luanda*, *Revista Novembro*, *Jornal de Angola*, *Lavra & Oficina*, *Jango*, *Vértice*, *Jornal do Centro*, *Diário de Lisboa*, *República* (Portugal), *África* (Portugal), *Europeu* (Portugal), *Público* (Portugal), *Terceiro Mundo* (Brasil), *Jornal de Letras* (Portugal), *Mar além* (Portugal), semanário *O Angolense*, entre outras. Figura em diversas Antologias de ficção e poesia.

Manuel Rui é autor da letra do Hino Nacional de Angola e de outros hinos, como o Hino da Alfabetização, Hino da Agricultura e a versão angolana da *Internacional*. É também o autor da letra do Hino da UCCLA, apresentado pela primeira vez em público em 2015, em Lisboa, no encerramento da Homenagem aos Associados da Casa dos Estudantes do Império.

É autor de canções em parceria com Rui Mingas, André Mingas, Filipe Mukenga, Paulo de Carvalho e Carlos do Carmo (Portugal), Martinho da Vila e Cláudio Jorge (Brasil), entre outros.

É membro fundador e subscreveu a proclamação da União de Escritores Angolanos (UEA), bem como da União dos Artistas e Compositores Angolanos e da Sociedade de Autores Angolanos.

Textos seus estão traduzidos para umbundu, espanhol, francês, inglês, italiano, checo, servo-croata, romeno, russo, alemão, árabe, sueco, finlandês, hebraico e mandarim. Renunciou ao Prémio Nacional de Cultura na disciplina de Literatura e foi-lhe outorgada a comenda Jorge Amado da Universidade da Baía. Escreveu, ensaiou e pôs em cena duas peças de teatro, *O Espantalho* (inspirado na tradição oral angolana e representada por

trabalhadores da construção civil da cidade do Lubango) e *Meninos do Huambo* (representado por crianças, a sua divulgação foi imediatamente impedida após a antestreia gravada para a televisão). Participou, com declamação de poemas, no filme de António Ole, “O Caminho das Estrelas”, com texto e dicção nos filmes de Orlando Fortunato, “Memória de Um Dia”, “Kianda” e nos diálogos de “Combóio da Kanhoca”.

Desenvolve também atividade nas áreas da crítica, ensaio e crónica. Tem participado em inúmeros eventos como conferências, colóquios e similares. Participa no Encontro de Escritores de Expressão Ibérica “Correntes d’ Escritas”, desde a 1ª. Edição, em 2000. Manuel Rui participa também, pela segunda vez, nos Encontros de Escritores de Língua Portuguesa (EELP), promovidos pela UCCLA.

BIBLIOGRAFIA PARCIAL

POESIA

Poesia Sem Notícias, (1967), *A Onda* (1973), *11 Poemas em Novembro-Ano Um* (1976), primeiro livro de poesia publicado em Angola após a independência, *11 Poemas em Novembro-Ano Dois* (1977), *11 Poemas em Novembro-Ano Três* (1978), *11 Poemas em Novembro-Ano Quatro* (1979), *11 Poemas em Novembro-Ano Cinco* (1980), *11 Poemas em Novembro-Ano Seis* (1981), *11 Poemas em Novembro-Ano Sete* (1984), *Ombela* (2007, bilingue: português-umbundu), *O Semba da Nova Ortografia* (2010).

FICÇÃO

Regresso Adiado (1973), *Sim Camarada* (1977), primeiro livro de ficção angolana publicado após a independência, *A Caixa* (1977), primeiro livro angolano de literatura infantil, publicado cinco dias depois da independência (1979), *Memória*

de Mar (1980), *Quem Me Dera Ser Onda*, Prémio Caminho das Estrelas 1980 (adaptado para teatro em Moçambique, Portugal e Angola e também para televisão; um extrato deste livro integra a Antologia de textos para o ensino secundário na Suécia e, no Brasil, a obra foi incluída no Plano de Bibliotecas do Ministério da Educação para as escolas secundárias), *Crónica de um Mujimbo* (1989), *Um Morto & Os Vivos* (1993) (adaptado para um seriado na Televisão Pública de Angola, “O Comba”), *Rio seco* (1997), *Da Palma da Mão* (1998), *Saxofone e Metáfora* (2001), *Um Anel Na Areia* (2002), *Nos Brilhos* (2002), *Maninha - crónicas, cartas optimistas e sentimentais* (2002), *Conchas e Búzios*, infantojuvenil, com ilustrações do moçambicano Malangatana Valente (2003), *O Manequim e o Piano* (2005), *Estórias de Conversa* (2006), *A Casa do Rio* (2007), *Janela de Sônia* (2009) e *Travessia por Imagem* (2011).

MARCO GUIMARÃES

[Brasil]



Marco Guimarães, nascido em 1951, no Rio de Janeiro, possui nacionalidade brasileira e portuguesa, dividindo atualmente sua moradia entre Paris e Rio de Janeiro. Tem formação acadêmica com pós-doutorado e doutorado em Medicina e passagens pelos cursos de Astronomia, Física, Fisioterapia e Veterinária. A partir de 1997 passou a escrever crônicas, contextualizadas no campo da filosofia, da literatura ficcional e da sociologia, para uma revista da área de saúde. Escreveu o seu primeiro romance, *De escritores, fantasmas e mortos*, sob o pseudônimo de Paul Lodd. O seu segundo romance, *Meu pseudônimo e eu*, foi nomeado como um dos 20 finalistas do Prémio Portugal Telecom de Literatura em 2012 e, em 2014, foi publicado na Croácia pelo grupo editorial Ljevak. O seu terceiro romance, *A bicha e a fila*, escrito a quatro mãos com o escritor angolano Manuel Rui, foi publicado no Brasil e em Angola. Possui dois romances inéditos (*A Escolha* e *O Espelho*) e escreve, agora, o seu sexto romance (*A carta*). Fez leituras e ministrou conferências sobre os seus livros nas seguintes instituições e eventos: Universidade Paris IV / Sorbonne; Universidade de Colônia (Alemanha); Universidade de Aachen (Alemanha); Feira de Livros de Porto Alegre, edição 2013. Artigos e resenhas sobre os seus dois primeiros romances foram publicados em França e em Portugal. Atualmente é cronista colaborador do Jornal Diário do Comércio de Minas Gerais.

MIGUEL SENNA FERNANDES

[Macau, República Popular da China]



Henrique Miguel Rodrigues de Senna Fernandes nasceu em 1961, em Macau, onde exerce as profissões de advogado e notário.

É membro e dirigente de diversas associações de matriz portuguesa, sendo presentemente presidente da direção da Associação Promotora da Instrução dos Macaenses (APIM). Acérrimo defensor da cultura macaense, é estudioso do velho crioulo de Macau, conhecido por Patuá de Macau. Foi um dos fundadores do grupo teatral “Dóci Papiçám di Macau” (“A doce língua de Macau”). Durante mais de 20 anos, escreveu peças de teatro, e é o guionista e letrista nos trabalhos em palco do grupo nesse crioulo.

Em coautoria com Alan Baxter publicou *Maquinista Chapado: vocabulário e expressões do crioulo português de Macau*, em 2001.

PEPETELA

[Angola]



Pepetela, pseudónimo literário de Artur Pestana, nasceu em Benguela, Angola, em 1941, onde fez o ensino secundário. Partiu para frequentar a Universidade em Lisboa, em 1958. Por razões políticas, em 1962 saiu de Portugal para Paris, depois para a Argélia, onde se licenciou em Sociologia e trabalhou na representação do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e no Centro de Estudos Angolanos, que ajudou a criar.

Participou diretamente na luta de libertação angolana, tendo na altura adotado o nome de guerra de Pepetela, que mais tarde viria a utilizar como pseudónimo literário. Em novembro de 1974 integrou a primeira delegação do MPLA que se fixou em Luanda, desempenhando os cargos de Director do Departamento de Educação e Cultura e do Departamento de Orientação Política.

Em 1975, participou na fundação da União de Escritores Angolanos (UEA). De 1976 a 1982 foi Vice-Ministro da Educação, passando posteriormente a lecionar Sociologia na Universidade Agostinho Neto, em Luanda, até 2008. Desde a fundação, tem desempenhado cargos diretivos na UEA, sendo atualmente Presidente da Assembleia-Geral da Associação Cultural “Chá de Caxinde” e da Sociedade de Sociólogos Angolanos. Também é membro da Academia de Ciências de Lisboa.

Foi galardoado com os prémios seguintes: Prémio Nacional de Literatura de 1980 pelo livro *Mayombe*, Prémio Nacional de Literatura de 1985 pelo livro *Yaka*, Prémio especial dos críticos de S. Paulo (Brasil) em 1993 pelo *A Geração da Utopia*, Prémio Camões de 1997 pelo conjunto da obra (Portugal/Brasil), Prémio Prinz Claus (Holanda) de 1999, pelo conjunto da obra, Prémio Nacional de Cultura e Artes de 2002, pelo conjunto da obra, Prémio Internacional 2007 da Associação dos Escritores Galegos (Espanha), Prémio do Pen da Galiza “Rosália de Castro”, em 2014.

Distinções principais concedidas: 1985, Medalha de Mérito de Combatente da Libertação pelo MPLA; 1999, Medalha de Mérito Cívico da Cidade de Luanda; 2003, Ordem do Rio Branco da República do Brasil, com o grau de Oficial; 2005, Medalha do Mérito Cívico pela República de Angola; 2006, Ordem do Mérito Cultural da República do Brasil, com o grau de Comendador; 2007, nomeado pelo Governo An-

golano Embaixador da Boa Vontade para a Desminagem e Apoio às Vítimas de Minas; 2010, Doutor Honoris Causa pela Universidade do Algarve (Portugal).

BIBLIOGRAFIA

- | | |
|---|--|
| <i>As aventuras de Ngunga</i> (romance juvenil), 1973 | <i>A montanha da água lilás, Fábula para todas as idades</i> , 2000. |
| <i>Muana puó</i> , 1978 | <i>Jaime Bunda, agente secreto</i> , 2001 |
| <i>A revolta da casa dos ídolos</i> (teatro), 1979 | <i>Jaime Bunda e a morte do americano</i> , 2003 |
| <i>Mayombe</i> , 1980 | <i>Predadores</i> , 2005 |
| <i>Yaka</i> , 1985 | <i>O terrorista de Berkeley, Califórnia</i> , 2007 |
| <i>O cão e os calús</i> , 1985 | <i>O quase fim do mundo</i> , 2008 |
| <i>Lueji</i> , 1989 | <i>Contos de morte</i> (contos), 2008 |
| <i>Luandando</i> , 1990 - apresentação histórico-sociológica da cidade de Luanda. | <i>O planalto e a estepe</i> , 2009 |
| <i>A geração da utopia</i> , 1992 | <i>Crónicas com fundo de guerra</i> (crónicas), 2011 |
| <i>O desejo de Kianda</i> , 1995 | <i>A sul. O sombreiro</i> , 2011 |
| <i>Parábola do cágado velho</i> , 1996 | <i>O tímido e as mulheres</i> , 2013 |
| <i>A gloriosa família</i> , 1997 | |

*Além de Angola, os seus livros estão todos publicados em Portugal e quase todos no Brasil e tem traduções publicadas em mais 21 línguas: alemão, basco, búlgaro, catalão, dinamarquês, espanhol, estónio, finlandês, francês, grego, hebraico, holandês, inglês, italiano, japonês, norueguês, polaco, russo, servo-croata, sueco, ucraniano.

SULEIMAN CASSAMO

[Moçambique]



Nascido no distrito de Marracuene, Maputo, Moçambique, em 1962, Suleiman Cassamo é filho de pai com remota origem asiática e de mãe ronga. Licenciado em Engenharia Mecânica e Mestre em Gestão Empresarial, é assistente universitário na Universidade Eduardo Mondlane e foi Secretário-Geral da Associação de Escritores Moçambicanos (AEM) no biénio 1997-1999.

Tem publicados contos e crónicas em revistas, como a *Charrua*, *Gazeta de Artes e Letras*, *Eco*, de que foi fundador e membro do conselho de redação, *Forja*, e no jornal *Notícias*.

O seu livro mais conhecido, *O regresso do morto*, saiu em Moçambique (AEM) nos anos de 1989 e 2010, em Portugal (Editorial Caminho), no ano de 1997, em França (Edições Chandeigne), no ano de 1994, e em Espanha (Universidade de Valladolid), em 2000. *O regresso do morto* tem merecido a atenção da crítica, com inúmeros artigos dedicados à obra e, em 1994, foi proclamada pela UNESCO como “obra representativa da literatura moçambicana no património literário universal”.

Publicou ainda *Amor de baobá* (Moçambique e Editorial Caminho, Portugal), 1997, e *Palestra para um morto* (Moçambique e Editorial Caminho, Portugal), 1998.

Foi vencedor do Prémio Guimarães Rosa, pela Radio France Internationale (RFI) e União Latina, Paris, em 1994, com o conto “O Caminho de Pháti”. Tem participado em conferências no Brasil, Portugal, Espanha, França e Suíça. É fluente em português e ronga, falando também francês e inglês.

TONY TCHEKA

[Guiné-Bissau]



Tony Tcheka (António Soares Lopes Jr.), natural de Bissau (Guiné-Bissau), poeta e jornalista, é um autor de referência no panorama da literatura do seu país. Foi um dos chamados “Meninos da hora do Pindjiguiti” que, no dealbar da independência do seu país, lançou a antologia poética, *Mantêhas para quem luta*, o primeiro livro publicado após a independência. Foi um dos fundadores da UNAE (União Nacional de Escritores e Artistas) da Guiné-Bissau. Dinamizador de várias iniciativas literárias e culturais, integrou o grupo de escritores, animadores e professores que criou e animou o GREC (Grupo de Expressão Cultural) que, durante algum tempo, entre várias atividades, editou a revista *Tcholona*. Foi ainda editor da revista *África Lusófona* e colaborador da revista *Lusografias*.

Tony Tcheka coordenou as primeiras e mais importantes antologias poéticas da Guiné-Bissau: *Mantêhas Para Quem Luta*, *Momentos Primeiros da Construção*, *Antologia da Poesia Moderna Guineense* e *Ecos do Pranto*, todas com poesias em crioulo.

O seu trabalho poético está integrado em diferentes antologias, publicadas em várias partes do mundo e em diversas línguas, como a *Anthologie Littéraire de l'Afrique de l'Ouest* (França); *No Ritmo dos Tantãs* (Brasil); *Na Liberdade* (Portugal); *Rumos dos Ventos* (Portugal); *Anna* (Alemanha) e *Poesia da Guiné-Bissau* (Grã-Bretanha). Tony Tcheka é citado no *Dicionário Temático da Lusofonia*.

Entre prémios e distinções que lhe foram atribuídos, destacam-se: Diploma com Estatuteta do ISCE – Instituto Superior das Ciências da Educação de Lisboa; Diploma de Mérito em Literatura, Grau de Engenheiro de Alma da SGA- Sociedade de Autores Guineenses. Esta mesma Instituição distinguiu-o ainda com três outros diplomas de Mérito em Jornalismo, nas áreas de Televisão, Rádio e Imprensa Escrita.

Autor de *Noites de Insónia na Terra Adormecida* e de *Guiné Sabura que dói*, tem três livros de poesia aguardando publicação: *O vazio da semente seca*, *Insónias & Sabura*, *Kriol sabi kriol sibi*. Na modalidade de contos, regista alguns títulos por publicar: “Madrugada que não amanhece”, “O paraíso dos derrotados”, “Pecador de Sambasabi”, “Excisadas”, “Camarada melhor amanhã”, “O triunfo dos Tchokas”, “Vida de aguenta”, “Há sandes mas o pão acabou”.

No decurso da sua atividade de jornalista, foi correspondente da BBC, Voz da América, Voz da Alemanha, Tanjug, jornal Público e Rádio TSF. Foi ainda colaborador da RDP-África e da RTP, Diretor da RDN (Rádio Nacional da Guiné-Bissau) e dirigiu o jornal Nô Pintcha.

Como consultor, trabalhou com a UNICEF e outras organizações internacionais e Organizações Não Governamentais (ONG) em períodos diferentes. Desempenhou ainda funções de Administrador de Programas e Projetos da organização sueca “Save the Children”.

Atualmente leciona na Corubal – Cooperativa de Produção, Divulgação Cultural e Científica, oficinas de escrita e produção literária, com o objetivo de promover o uso e a apropriação da língua portuguesa enquanto meio e instrumento de produção literária na Guiné-Bissau.

UNGULANI BA KA KHOSA

[Moçambique]



Ungulani Ba Ka Khosa, nome tsonga (grupo étnico do sul de Moçambique) de Francisco Esaú Cossa, nasceu a 1 de agosto de 1957, em Inhaminga, província de Sofala. Formado em Direito e em Ensino (bacharel) de História e Geografia, exerce atualmente as funções de Diretor do Instituto Nacional do Livro e do Disco, tendo sido anteriormente diretor Adjunto do Instituto Nacional de Cinema e Audiovisual de Moçambique. Durante a década de 90 foi cronista de vários jornais nacionais, com participação ativa em debates que a II República desencadeou. Foi cofundador da revista literária Charrua e é membro da Associação dos Escritores Moçambicanos, da qual é o atual Secretário-Geral.

Ungulani Ba Ka Khosa recebeu, entre outros galardões, o Prémio Gazeta de Ficção Narrativa, em 1988, o Prémio Nacional de Literatura, em 1991, a Homenagem da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 2003, o Prémio José Craveirinha, em 2007 e, com *Ualalapi*, a sua obra de estreia, foi incluído na lista dos cem melhores autores africanos do século XX.

É também autor de *Orgia dos Loucos* (1990), *Histórias de Amor e Espanto* (1993), *Os Sobreviventes da Noite* (2005), pelo qual foi galardoado com o Prémio José Craveirinha, *Choriro* (2009), *O Rei Mocho*, história infanto-juvenil (2012) e *Entre as Memórias Silenciadas* (2013), Prémio BCI para o melhor livro de 2013.

Em fevereiro de 2014, em cerimónia ocorrida em Maputo, foi condecorado pelo Presidente da República Portuguesa com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, pelo contributo que tem dado para o enriquecimento das letras moçambicanas e da divulgação de Moçambique e das suas culturas a nível internacional.



